

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA
PORTUGUESA DA PUC-SP

MICHELINE TACIA DE BRITO PADOVANI

O discurso literário: memórias lusófonas

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2021

MICHELINE TACIA DE BRITO PADOVANI

O discurso literário: memórias lusófonas

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Língua Portuguesa, sob orientação da Professora Doutora Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.

SÃO PAULO

2021

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

PADOVANI, Micheline Tacia de Brito. *O discurso literário: memórias lusófonas*. São Paulo, 2021.

Orientadora: Prof^a Dr^a Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduados em Língua Portuguesa- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2021. 139 pp.

Inclui Referências.

1. Lusofonia.
2. Análise do Discurso.
3. Memória Discursiva.
4. Identidade.
5. Discurso Literário.

BANCA EXAMINADORA

Ao meu marido e aos meus filhos por me apoiarem, me esperarem e estarem sempre ao meu lado e não me deixarem desistir.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradecimentos

Ao meu esposo, amigo e companheiro, Marcio, que me apoiou durante essa viagem lusófona e aos meus filhos Micheli e Marcio Júnior.

À Capes pela concessão de bolsa de estudos, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc - S P.

À professora Neusa Bastos pela orientação, paciência, dedicação, incentivo e por acreditar em mim durante todo o processo de construção desse trabalho de doutoramento.

Às professoras Marilena Zanom e Nancy Arakaki pela abertura ao diálogo, pelas contribuições ao desenvolvimento e ao resultado final desta tese de doutorado e por comporem esta Banca Examinadora, e ainda, às professoras Dieli Desaro Palma e Vera Lúcia Karabagi Hanna, pela leitura e por integrarem a Banca Examinadora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e aos funcionários da biblioteca e do Programa de Pós-Graduados em Língua Portuguesa.

À professora Joseane Maria de Souza por ter me apresentado no curso de Graduação em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa, a literatura lusófona e, ainda pelo empréstimo de vários livros que contribuíram para o desenvolvimento desta tese.

Aos amigos que conquistei neste importante percurso acadêmico.

Lusofonia
Martinho da Vila

*Eu gostaria de exaltar em bom tupi
As belezas do meu país
Falar dos rios, cachoeiras e cascatas
Do esplendor das verdes matas e remotas tradições
Também de cantar em guarani os meus amores
Desejos e paixões
Bem fazem os povos das nações irmãs
Que preservam os sons e a cultura de raiz*

*A expressão do olhar
Traduz o sentimento
Mas é primordial
Uma linguagem comum
Importante fator
Para o entendimento
Que é semente do fruto
Da razão e do amor*

*É sonho de ver um dia
A música e a poesia
Sobreporem-se às armas
Na luta por um ideal
E preconizar
A lusofonia
Na diplomacia mundial.*

RESUMO

Esta tese insere-se na Linha de Pesquisa Texto e Discurso nas modalidades oral e escrita, do Programa de Estudos de Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP. Apresenta como tema: O discurso e a representação do contexto histórico e social em obras literárias lusófonas, no qual traz a hipótese de que as literaturas lusófonas implicadas em contexto histórico e social revelam por meio do discurso e da memória discursiva marcas de cultura e de identidade. Orientados por essa percepção, definimos a seguinte pergunta de pesquisa: Como a memória discursiva e o multiculturalismo se relacionam em literaturas lusófonas? Os objetivos específicos são: 1) verificar em obras lusófonas a memória discursiva e o multiculturalismo tendo em vista a língua portuguesa; 2) identificar e analisar sequências literárias lusófonas presentes nas obras que compõem o *corpus*; 3) selecionar e analisar sequências literárias lusófonas presentes nas obras que compõem o *corpus*. Como categorias de análise, selecionamos: formação discursiva, memória discursiva, identidade discursiva e multiculturalismo. Como aporte teórico destacamos: Abdala Júnior (2007), Hernandez (2005), Memmi (1966:1977), Pereira (2014), sobre os aspectos culturais e sociais da história de Angola, Moçambique, Brasil e Portugal. Para a lusofonia e o discurso lusófono: Bastos e Brito (2006, 2012), Brito e Hanna (2014), Cristovão (2008), Namburete (2006). Com relação as literaturas lusófonas: Chaves (1999, 2003, 2005), Coutinho (2004), Ervedosa (1974), Fonseca (2003). Para o discurso literário: Maingueneau (1995, 2005, 2006, 2008, 2010). Acerca de formação discursiva: Foucault (1969;2013), Maingueneau (2008, 2015), Pêcheux (1971;2011, 1997, 2009), Pêcheux e Fuchs (1993). Já a memória e memória discursiva: Candau (2019), Le Goff (1999;2014), Paveau (2015). Quanto a identidade discursiva: García Canclini (2006), Hall (2003, 2006, 2011, 2016). E o multiculturalismo: Bauman (2013), Bhabha (2013), Lopes (2013). O *corpus* é composto por quatro obras literárias lusófonas, das quais selecionamos trechos para análise, a pesquisa é descritiva e interpretativa. Os resultados apontam que a memória discursiva e o multiculturalismo trazem uma constituição híbrida.

Palavras-chave: Memória discursiva. Análise do Discurso. Multiculturalismo. Identidade. Literaturas Lusófonas.

ABSTRACT

This thesis is part of the Text and Discourse Research Line in the oral and written modalities of the Postgraduate Studies Program in Portuguese at PUC/SP. Its theme is: The discourse and representation of the historical and social context in Lusophone literary works, which brings the hypothesis that Lusophone literatures involved in historical and social context reveal, through discourse and discursive memory, marks of culture and identity. Guided by this perception, we defined the following research question: How are discursive memory and multiculturalism related in Portuguese-speaking literature? The specific objectives are: 1) to verify the discursive memory and multiculturalism in Portuguese-speaking works in view of the Portuguese language; 2) identify and analyze Lusophone literary sequences present in the works that make up the corpus; 3) select and analyze Lusophone literary sequences present in the works that make up the corpus. As analysis categories, we selected: discursive formation, discursive memory, discursive identity and multiculturalism. As theoretical support, we have highlighted: Abdala Júnior (2007), Hernandez (2005), Pereira (2014) on cultural aspects and social aspects of the history of Angola, Mozambique, Brazil and Portugal. For Lusophony and Lusophone discourse: Bastos and Brito (2006, 2012), Brito and Hanna (2014), Cristovão (2008), Namburete (2006). With respect to Lusophone literature: Chaves (1999, 2003, 2005), Coutinho (2004), Ervedosa (1974), Fonseca (2003). For literary discourse: Maingueneau (1995, 2005, 2006, 2008, 2010). About discursive formation: Foucault (1969;2013), Maingueneau (2008, 2015), Pêcheux (1971;2011, 1997, 2009), Pêcheux and Fuchs (1993). Regarding memory and discursive memory: Candau (2019), Le Goff (1999;2014), Paveau (2015). As for discursive identity: Dubar (2009, 2013), García Canclini (2006), Hall (2003, 2006, 2011, 2016). And multiculturalism: Bauman (2013), Bhabha (2013), Lopes (2013). The corpus is composed of four Portuguese-speaking literary works, from which we selected excerpts for analysis, the research is descriptive and interpretive. The results show that discursive memory and multiculturalism bring a hybrid constitution.

Keywords: Discursive memory. Speech analysis. Multiculturalism. Identity. Lusophone Literature.

RESUMEN

Esta tesis forma parte de la Línea de Investigación de Textos y Discursos en las modalidades oral y escrita del Programa de Estudios de Postgrado en Portugués de la PUC / SP. Su tema es: El discurso y la representación del contexto histórico y social en las obras literarias lusófonas, plantea la hipótesis de que las literaturas lusófonas involucradas en el contexto histórico y social revelan, a través del discurso y la memoria discursiva, marcas de cultura e identidad. Guiados por esta percepción, definimos la siguiente pregunta de investigación: ¿Cómo se relacionan la memoria discursiva y el multiculturalismo en la literatura de habla portuguesa? Los objetivos específicos son: 1) verificar la memoria discursiva y la multiculturalidad en obras de habla portuguesa en vista de la lengua portuguesa; 2) identificar y analizar secuencias literarias lusófonas presentes en las obras que componen el corpus; 3) seleccionar y analizar secuencias literarias lusófonas presentes en las obras que componen el corpus. Como categorías de análisis, seleccionamos: formación discursiva, memoria discursiva, identidad discursiva y multiculturalismo. Como soporte teórico, destacamos: Abdala Júnior (2007), Hernandez (2005), Pereira (2014) sobre cultura aspectos y aspectos sociales de la historia de Angola, Mozambique, Brasil y Portugal. Para la lusofonía y el discurso lusófono: Bastos y Brito (2006, 2012), Brito y Hanna (2014), Cristovão (2008), Namburete. (2006). Con respecto a la literatura lusófona: Chaves (1999, 2003, 2005), Coutinho (2004), Ervedosa (1974), Fonseca (2003). Para el discurso literario: Maingueneau (1995, 2005, 2006, 2008, 2010). Sobre la formación discursiva: Foucault (1969;2013), Maingueneau (2008, 2015), Pêcheux (1971; 2011, 1997, 2009), Pêcheux y Fuchs (1993). Ya memoria y memoria discursiva: Candau (2019), Le Goff (1999; 2014), Paveau (2015). En cuanto a la identidad discursiva: García Canclini (2006), Hall (2003, 2006, 2011, 2016). Y multiculturalismo: Bauman (2013), Bhabha (2013), Lopes (2013). El corpus está compuesto por cuatro obras literarias de habla portuguesa, de las cuales seleccionamos extractos para su análisis, la investigación es descriptiva e interpretativa. Los resultados muestran que la memoria discursiva y el multiculturalismo traen consigo una constitución híbrida.

Palabras clave: Memoria Discursiva. Análisis del habla. Multiculturalismo. Identidad. Literatura Lusófona.

SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FD – Formação Discursiva

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

M.U.D – Movimento de União Democrática

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

PSP - Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PVDE – Política de Vigilância e Defesa do Estado

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União das Populações ao Norte de Angola

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1- Lusofonia: o contexto histórico e as literaturas lusófonas	19
1.1. Lusofonia, mas, afinal, o que é?	19
1.2. O contexto histórico português do século XX	24
1.3. A literatura portuguesa neorrealista.....	28
1.4. O contexto histórico brasileiro: séculos XX/XXI	31
1.5. Os movimentos rurais no Brasil: a política dos coronéis e o Contestado.....	34
1.6. A literatura brasileira.	37
1.7. Portugal e a disputa territorial: Angola e Moçambique	38
1.8. Angola: um país em reconstrução	45
1.9. A literatura angolana	49
1.10. Moçambique	51
1.11. A literatura moçambicana.....	55
1.12. As políticas de assimilação e de diferenças em Angola e Moçambique.....	56
1.13. As literaturas lusófonas	58
Capítulo 2- O discurso e o contexto histórico e social.....	61
2.1. O discurso literário e as obras lusófonas	61

2.2. Formação discursiva	64
2.3. Memória e memória discursiva	68
2.4. Identidade discursiva	71
2.5. Multiculturalismo.	76
Capítulo 3- O espaço lusófono: uma abordagem discursiva	81
3.1. Procedimentos de análise.....	81
3.2. Os autores e as obras	82
3.2.1. António Lobo Antunes, <i>Os cus de Judas</i>	83
3.2.2. Roberto Drummond, <i>O cheiro de Deus</i>	84
3.2.3. José Eduardo Agualusa, <i>O vendedor de passados</i>	85
3.2.4. Mia Couto, <i>Venenos de Deus, remédios do diabo</i>	85
3.3. A literatura histórica e seus desdobramentos	86
3.4. O discurso e as formações discursivas nas literaturas lusófonas.....	88
3.5. A memória discursiva: revivendo e criando histórias	95
3.6. Identidade discursiva e multiculturalismo	105
3.7. Literaturas lusófonas: intersecções discursivas	116
Conclusão	129
Referências bibliográficas	132

Introdução

Deixa-me seguir para o mar

Tenta esquecer-me... Ser lembrado é como
evocar-se um fantasma... Deixa-me ser
o que sou, o que sempre fui, um rio que vai fluindo...

Em vão, em minhas margens cantarão as horas,
me recamarei de estrelas como um manto real,
me bordarei de nuvens e de asas,
às vezes virão em mim as crianças banhar-se...

Um espelho não guarda as coisas refletidas!
E o meu destino é seguir... é seguir para o Mar, as imagens perdendo no caminho...
Deixa-me fluir, passar, cantar...

toda a tristeza dos rios é não poderem parar

Mário Quintana

Esta tese insere-se na Linha de Pesquisa: Texto e Discurso nas modalidades oral e escrita, do Programa de Estudos de Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP. Apresenta como tema: O discurso e a representação do contexto histórico-social em obras literárias lusófonas. Tem como hipótese o fato de que as literaturas lusófonas implicadas em contexto histórico e social revelam por meio do discurso e da memória discursiva marcas de cultura e de identidade. Para tal, analisamos quatro obras literárias lusófonas, buscando a representação de cultura e identidade presente nas narrativas escritas e publicadas por escritores lusófonos de quatro países respectivamente, são eles: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

Dito isso, justificamos que o *corpus* de análise deste trabalho consiste em quatro obras literárias que buscam a representação dos espaços lusófonos, abordando a questão sócio-histórica-cultural do povo representado nas narrativas discursivas. Assim, analisamos as obras: *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, primeira edição de 1979, aqui utilizamos a edição publicada em 2007, pela Editora Objetiva; *O cheiro de Deus*, de Roberto Drummond, publicada em 2001, pela Editora Objetiva; *O vendedor de passados*, de José Eduardo Agualusa, publicada em 2004, na tese usamos a edição publicada em 2009, pela Editora Gryphos e, *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, de Mia Couto, publicada em 2008, pela Companhia das Letras.

Justificamos que a escolha da obra *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, se dá por dois motivos: o escritor é português (colonizador) e participou atuando como médico da guerra civil em Angola. Já as obras *O vendedor de passados*, de José

Eduardo Agualusa, e, *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, de Mia Couto foram publicadas no período de pós-guerra das ex-colônias portuguesas em Continente Africano. E, por último, a obra *O cheiro de Deus*, de Roberto Drummond, se justifica pelo fato de ser uma literatura brasileira, escrita em território de ex-colônia portuguesa, e ainda, retratar fatos históricos e sociais do período de ditadura no Brasil.

Ainda sobre a escolha do *corpus*, esclarecemos que tanto os escritores quanto as obras literárias, estão comprometidas numa abordagem discursiva na qual revelam, por meio do discurso e da memória discursiva questões de cunho social, tais como: a militância, a desigualdade social, o abuso de poder, o conflito interno, o preconceito racial, a corrupção, entre outros. Além disso, os escritores são representados no espaço lusófono pela aceitação de suas obras no mercado literário, inclusive, com premiações.

Desse modo, orientados por essa percepção lusófona discursiva, definimos a seguinte pergunta de pesquisa: Como a memória discursiva e o multiculturalismo se relacionam em literaturas lusófonas? Como objetivos específicos elegemos: 1) verificar em obras lusófonas a memória discursiva e o multiculturalismo tendo em vista a língua portuguesa; 2) identificar em obras lusófonas a formação discursiva e a identidade em contexto histórico e social; 3) selecionar e analisar sequências literárias lusófonas presentes nas obras que compõem o *corpus*.

Como aporte teórico destacamos: Hernandez (2005) para contextualizar as muitas faces cultural e social da história de Angola, Moçambique, Brasil e Portugal. Para discorrermos sobre a lusofonia e o discurso lusófono utilizamos, Bastos e Brito (2006, 2012), Cristovão (2008). Com relação as literaturas lusófonas recorremos: Chaves (1999, 2003, 2005), Ervedosa (1974). Já para o discurso literário nas obras lusófonas apoiamo-nos em: Maingueneau (1995, 2005, 2006, 2008, 2010). E para expomos sobre formação discursiva nos pautamos em: Maingueneau (2008, 2015), Pêcheux (1971;2011, 1997, 2009). Ao adentrarmos na conceituação de memória e memória discursiva usamos: Le Goff (1999; 2014), Paveau (2015). Quanto a cultura e identidade discursiva: García Canclini (2006), Hall (2003, 2006, 2011, 2016). Diante da concepção de multiculturalismo exploramos: Bauman (2013), Bhabha (2013), entre outros.

Como categoria de análise, selecionamos: formação discursiva, memória discursiva, identidade discursiva e multiculturalismo. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é descritiva e interpretativa, sendo composta por três capítulos.

No primeiro capítulo denominado *Lusofonia: o contexto histórico e as*

literaturas lusófonas, apresentamos questões teóricas, com ênfase no contexto histórico e social a partir do século XX e início do século XXI de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, pois tais informações são importantes para maior compreensão tanto do ponto de vista da representação quanto da apropriação acerca da diáspora lusófona e das interrogações que a cercam com relação as produções sócio discursivas.

Além disso, abordamos questões que circundam o conceito de lusofonia numa perspectiva histórica e, também, discutimos o contexto de produção literária dessas nações durante o recorte do período histórico que corresponde ao século XX e início do século XXI, a fim de verificarmos as influências, as particularidades e a linguagem como forma de denúncia social e de militância, pois elas - a literatura e a linguagem - trazem à luz questões sociais, culturais, econômicas e políticas que ficaram encobertas por décadas. Finalizamos este primeiro capítulo, trazendo uma reflexão sobre as peculiaridades das literaturas lusófonas.

Convém dizer que o termo lusofonia obedece a concepções da globalização e da interdisciplinaridade em que se espera afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística. A lusofonia visa a comunidade que possa ser reconhecida como espaço privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam língua portuguesa, além da projeção internacional dos seus valores históricos, culturais e identitários.

No segundo capítulo, *O discurso e o contexto social*, apresentamos o aporte teórico sobre Análise do Discurso de linha francesa, focalizando os conceitos: Formação Discursiva, Memória e Memória Discursiva, Identidade Discursiva, Multiculturalismo e Discurso Literário e, também, as obras lusófonas. É importante destacar que todos esses conceitos serão promovidos dentro de parâmetros espaciais e temporais, conforme mencionados no primeiro capítulo.

No terceiro capítulo, analisamos o *corpus*, e trazemos à luz diversos aspectos que confirmam nossa hipótese, de que as literaturas lusófonas implicadas em contexto histórico e social revelam, por meio do discurso e da memória discursiva, marcas de cultura e de identidade. Nas obras literárias o discurso literário é utilizado como ferramenta de denúncia social e de militância, principalmente, nos relatos dos personagens e das memórias discursivas reveladas por eles.

Assim, as obras literárias, contempladas, mencionam mediante a representação, fatos e acontecimentos de determinado período histórico social, ou seja, em um recorte espacial e temporal. Sendo assim, cabe-nos mostrar como essas sociedades lusófonas

descritas por intermédio do discurso literário se comportam diante de tal contexto histórico e social e, ainda, refletir sobre a situação das famílias dos coronéis durante o período de ditadura militar no Brasil, além de revelar como a interação entre esses povos favorecem a troca cultural e identitária e a militância nesses espaços lusófonos, resultando numa multiplicidade cultural, identitária e linguística.

Convém ressaltar, que para a realização desta tese, voltamos nosso olhar para fatos históricos e sociais e discursivos, no bojo do discurso literário. Os resultados obtidos apontam que a memória discursiva e o multiculturalismo apresentam uma constituição híbrida, pois estão inseridos em ambiente multi/pluricultural e que o romance lusófono é lugar de encontro de vários discursos.

É válido dizer ainda que as obras literárias apresentam um contexto histórico com fatos recentes da história lusófona como as ditaduras, a libertação dos países africanos e os conflitos de interesses internos de cada país. O discurso literário é instrumento questionador dos ‘valores democráticos’ após o processo de libertação de Angola e Moçambique. Além disso, ele traz a reflexão sobre os valores morais e éticos durante o período de ditadura no Brasil nas famílias dos coronéis. É possível perceber, também, que durante o governo Salazar (1933-1974), vários rapazes foram designados para os campos de batalha nas colônias africanas, ou seja, eram recrutados para a guerra nas colônias com o objetivo de manter vivo o império português.

Ainda sobre o contexto histórico e social, é importante lembrar que enquanto a obra literária portuguesa revela, em seus primórdios, a vida pacata dos moradores de Lisboa, as demais obras mostram uma vida cotidiana agitada e cheia de conflitos sociais, discussões, guerras, entre outras atividades humanas. Entretanto, todas apresentam multiplicidade discursiva em relação à multiculturalidade mediada pelo contexto e pela vida social.

Nessa esteira de pensamento, podemos afirmar que os autores das obras contempladas nesta Tese, realizaram uma boa escolha do material discursivo e histórico utilizado para compor as narrativas, além de fazer uso de uma linguagem literária que permite ao leitor viajar pela narrativa e pelo contexto discursivo, da mesma forma consente a dúvida em relação ao que está sendo narrado, pois, ao mesmo tempo que apresenta uma linguagem lírica, traz uma linguagem questionadora, muitas vezes próxima da linguagem jornalística.

Capítulo 1- Lusofonia: o contexto histórico e as literaturas lusófonas

Lusofonia é futuro porque tem passado e presente e vinca na história
dos povos lusófonos, abrindo os sulcos do futuro, para a semente ser flor, em
liberdade...
João Padrão

De supetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo e muito comovido.
Não vê que lembrei que lá na cidade da Praia, lá no calor equatorial de São
Tomé e Príncipe,
lá na friagem da Serra da Estrela, lá em Djili,
lá nas barrancas do rio Kuanza e do rio Limpopo,
lá na costa de Bissau, Um homem faz pouco se deitou,
está dormindo. Este homem é lusófono que nem eu.
Mário de Andrade

A grande literatura é apenas uma linguagem
carregada de sentido até ao mais
elevado grau possível.
Ezra Proust

Neste capítulo trataremos sobre o conceito de lusofonia e as questões que a circundam. Discutiremos acerca do contexto histórico, político e social a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI de quatro países lusófonos: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. Abordaremos, também, o contexto de produção literária dessas nações, as influências, as particularidades e a linguagem utilizada como forma de denúncia social, pois elas, a literatura e a linguagem, trazem à luz questões sociais, culturais, econômicas e políticas que ficaram encobertas por décadas.

1.1- Lusofonia, mas, afinal o que é?

Falar em Lusofonia implica abrir o leque de significação que a palavra pode apresentar. Segundo Regina Brito e Neusa Bastos, a palavra “lusofonia” remete para Lusitânia, território romano integrado na Hispânia e povoado pelos lusitanos, daí o termo “lusu” (do latim “lusu”) para lusitano, ou seja: português ou referente a Portugal (Brito; Bastos, 2006, p. 65). Destacamos que a abertura do leque pressupõe, também, que “lusofonia” carrega consigo a ideia de pensamento e de representação, conferindo-lhe o lugar simbólico, imaginário e cultural que ultrapassa fronteiras semânticas de proximidade e distanciamento, inscreve-se no presente em continente ‘imaterial’ dos países que a integram (Martins, 2006). A lusofonia e a língua resultam de um processo

cultural que vai além da palavra e que integra as representações simbólicas no espaço lusófono.

Assim, neste capítulo, propomos uma reflexão sobre o conceito de lusofonia como espaço de cultura, que se justifica como aspecto formador da construção da identidade lusófona, um olhar fundado na historiografia linguística, a fim de buscar meandros constantes de discursos portugueses, com o decorrer dos anos de contato cultural, no que concerne às questões formadoras dos sujeitos lusófonos. O leque lusófono se abre para um espaço geolinguístico composto por regiões e países que falam a língua portuguesa como materna ou oficial e, que, por meio dela, a língua, encaram-na como um sentimento, uma memória partilhada de um passado comum, a troca de histórias e culturas, em instituições políticas e culturais.

Além disso, Faraco (2012, p. 32) aponta que a lusofonia engloba como espaço lusófono, além de questões culturais, “projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica”, que podem ser convergentes, divergentes ou concorrentes, em determinados momentos. O autor destaca ainda que a lusofonia é:

[...] o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente. (FARACO, 2012, p. 32).

Faraco (op. cit. p. 36) ao discorrer sobre o quadro das fonias, destaca que a Lusofonia é a mais tardia, e, provavelmente, a mais frágil e complicada, pois, diferentemente da anglofonia, da francofonia e da hispanofonia, não existe, entre os países lusófonos, uma potência política, militar ou econômica. Não há um projeto de articulação econômica entre os países que falam língua portuguesa.

Os dois países em que a língua portuguesa é língua materna, Brasil e Portugal, não unem forças a fim de desenvolver um grande projeto político - econômico de valorização e expansão comercial. O que há no espaço lusófono são políticas territoriais nacionais, dificultando o posicionamento da língua portuguesa em âmbito internacional. Embora o Brasil possua o maior número de falantes da língua portuguesa no mundo, tendo importante papel para a manutenção e difusão da língua internacionalmente, a nação não se posiciona perante Portugal ou os demais países. Assim, o que se vê é que o Brasil tem evitado assumir o papel de protagonista, adotando uma posição secundária.

Diante disso, a primeira impressão é a de que a Lusofonia é de interesse português e, que para as ex-colônias não é relevante. Como falantes de uma língua, em especial, a língua portuguesa, temos a impressão de que ela é estática, não evolui. No entanto, a língua está em constante evolução, é dinâmica e viva, apesar de não percebermos essa mudança ao longo dos anos, pois não notamos que se manifesta de formas diversas em diferentes gerações e esferas sociais. Segundo Martinet (1971, p.177), tudo

[...] conspira para convencer os indivíduos da imobilidade e homogeneidade da língua que praticam: a estabilidade da forma escrita, o conservantismo da língua oficial e literária, a incapacidade em que se encontram de se lembrarem de como falavam dez ou vinte anos antes.

É importante dizer que, esse processo de mudança na língua é regular, lento e gradual, e não costuma ser percebido pelos falantes facilmente. Com isso, os falantes da língua são responsáveis pela modificação linguística, pois a língua depende das necessidades comunicativo-discursivas do grupo que a utiliza: as mudanças linguísticas ocorrem em decorrência das transformações sociais, econômicas e intelectuais, uma vez que o falante cria formas lexicais para se comunicar. Assim, o léxico, em Angola, Moçambique, Brasil e Portugal, funciona como parte viva da língua portuguesa, aceitando a diversidade linguística dos usuários nesse espaço lusófono.

Convém ressaltar que a lusofonia, em território brasileiro, consiste em um sonho da Lusofonia que é um conjunto de peculiaridades que constituem o imaginário, abraçado pelo sonho que o português possa ter sobre a lusofonia. Dessa forma, a Lusofonia preenche para os portugueses, um espaço de refúgio imaginário, o espaço de nostalgia imperial, que, em tempos atuais, ajuda-os a se sentirem menos sós e mais visíveis nas sete partidas do mundo, e que se encontra encerrado o ciclo da sua epopeia imperial.

Fernando Cristóvão (2008), ao retomar o “Quinto Império”, lembra que os portugueses já não são mais donos da língua, e, sim, condôminos, com os brasileiros e os povos africanos pertencentes à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). A própria língua desconstruiu o mito e o transformou em “lusofonia”, passando da fase de lusitanidade para lusofonia. É na expressão “lusofonia” que cabem, em pé de igualdade, questões relacionadas às variantes linguísticas nacionais e regionais em língua portuguesa. Com isso, Fernando Cristóvão (2008) defende ser preferível

abandonar o “Quinto Império” e passarmos a usar lusofonia: aquela que melhor expressa a realidade, os sonhos e os ideais dos povos da CPLP.

[...] Afinal, seria a própria língua a desmentir gramáticos e políticos, porque, como se viu no caso português, a língua “traiu” os “imperadores”, e alinhou ao lado do “inimigo” – o Império. Precisamente porque é próprio da língua absorver, como por osmose, a cultura e a evolução cultural do seu povo, independentemente dos seus protagonistas políticos e outros. Com ela triunfou, sem muitos darem por isso, a passagem da exclusividade lusitana para a solidariedade com os povos do império que a aceitaram e passaram a considerá-la também como sua (CRISTOVÃO, 2008, p. 15).

Dessa forma, a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. Interessa-nos a Lusofonia como cultura, seu caráter mitológico, simbólico e imaginário. O imaginário luso-brasileiro nos remete para duas semânticas que se opõem, mas que se fundem e se redimem pela miscigenação, pela adoção recíproca de valores e comportamentos dos povos em contato: no Brasil, o mulato, nascido da união do senhor da casa grande, primeiro com a mulher indígena, depois com a escrava da senzala. A miscigenação é a principal força da cultura brasileira. A mestiçagem decorrente da dominação sexual pelos senhores brancos é, em uma leitura simbólica, o ato fundador do nascimento da nacionalidade brasileira.

Sendo assim, ao falarmos em Lusofonia, estudamos as possibilidades de variações linguísticas, já que a lusofonia se caracteriza como um conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões ou cidades falantes de língua portuguesa. Devemos registrar que a lusofonia, na atualidade, caracteriza-se como uma identidade cultural partilhada entre os países que falam língua portuguesa, vivida em um processo histórico e enriquecida na sua diversidade. Assim, para Bastos e Brito (2012, p. 306):

[...] lusofonia é o espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geossociopolítico, pretende conciliar diversidades e afinidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português e abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné – Bissau – os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – e Timor Leste.

Segundo Namburete, (2006, p. 63), “lusofonia é um termo que pretende representar a congregação de um grupo de países e comunidades que têm um passado comum e características linguísticas e culturais similares”. O autor destaca ainda que:

[...] o maior conflito reside na própria definição do termo lusofonia, que coloca maior ênfase na língua portuguesa, procurando deste modo criar um

paralelismo com a francofonia ou outras fonias. Essa caracterização empobrece um conceito que devia ser mais abrangente, englobando aí as inter-relações histórica, culturais, econômicas, emocionais, mentais, linguísticas, políticas, e outros factores que são comuns aos países e comunidades cujo passado tem marcas portuguesas (NAMBURETE, 2006, p.73).

Diante do exposto, a Lusofonia em países africanos que foram colonizados por Portugal, é uma realidade que, durante certo tempo, funcionou como um divisor de águas entre as tradições do colonizador e do colonizado. Com isso, “perdeu-se a heterogeneidade, ou seja, toda a riqueza que advém da diversidade e do confronto de ideias, de valores, de crenças e visões do mundo” (CUNHA, 2008, p. 44). Assim, vimos privilegiada uma homogeneidade identitária, que era a do colonizador.

Para Fiorin (2006, p. 25):

[...] lusofonia é o espaço dos que falam português. Entretanto, como a língua não tem meramente uma função instrumental de servir à comunicação, a lusofonia não pode ser pensada simplesmente como um espaço de usuários do português. Tendo a língua uma função simbólica e um papel político, a lusofonia tem que ser analisada como um espaço simbólico e político.

Assim sendo, se, por um lado, a lusofonia objetiva englobar todos os falantes de países que têm a língua portuguesa como oficial isso, infelizmente não ocorre, pois existem aqueles que vivem em um país cuja língua oficial é o português, mas não falam nem leem em língua portuguesa. E, por outro lado, para que a língua seja considerada oficial, veículo de comunicação, “é necessário que haja uma concordância entre os membros dessa comunidade ou nação quanto à gramática, isto é, o sentido das palavras” (op. cit. p. 65).

Cunha (2012, p. 260) enfatiza que devemos “falar de lusofonia como ponto de confluência de identidades sociais distintas e dispersas – quer histórica quer espacialmente, ponto de confluência reconhecido e legitimado no discurso”. É importante assinalar que, conforme exposto acima, a aceitação de uma lusofonia como “nossa” torna-se necessária. Para isso, é preciso

[...] buscar uma integração entre unidade/variedade, reconhecendo que são muitos os “proprietários” da Língua Portuguesa e admitir a noção de diversidade/pluralidade cultural como característica inerente ao conceito – isso caso não se pretenda correr o risco de a Lusofonia abdicar de um significado simbólico real e de se constituir num espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido. (BRITO; HANNA, 2010, p. 81).

Namburete (2006) destaca que, durante o período colonial, vigente do século XV ao XX, os portugueses utilizaram várias estratégias para dominar o povo nativo, entre elas estava a imposição da língua portuguesa, e a desvalorização das línguas nativas. O plano teria dado certo se os nativos se transformassem em portugueses negros. Quando os portugueses desembarcaram em Angola, a população nativa angolana dispunha das línguas nativas que eram utilizadas para a interação social diária e o comércio de mercadorias. Essas línguas foram ignoradas pelo colonizador português e os angolanos precisaram aprender a língua portuguesa.

As figuras de lusofonia e de comunidade lusófona não podem remeter para um imaginário único, e sim para múltiplos imaginários lusófonos. Aquilo que os portugueses entendem por lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Galiza imaginam e concebem como lusofonia. O imaginário lusófono é aquele da pluralidade e da diferença. O espaço da lusofonia é fragmentado. A comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros.

O mito é um fenômeno discursivo, uma questão de linguagem, sendo social essa representação. São definições do real, di/visões sociais. Como expressão mitológica e simbólica, a lusofonia constitui uma particular categoria de palavras. Integra o vasto conjunto de palavras com as quais encenamos a relação entre o mesmo e o outro, entre nós e os outros. A lusofonia está subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais.

1.2. O contexto histórico português do século XX

No final do século XIX, entre os anos de 1890 e 1891, a Europa passou por uma grande crise, que em Portugal se agravou com as fortes tensões internas, como em 1890 com o Ultimato Britânico em que a Inglaterra ameaçava fazer retaliações sangrentas se as tropas lusitanas não se retirassem dos territórios ocupados por Portugal – Moçambique e Angola. As reivindicações britânicas foram ouvidas, pois o Exército Português não tinha condições para enfrentar o Exército Britânico. Esse episódio, associado a constantes instabilidades sociais, políticas e econômicas, em Portugal,

projetou no cenário nacional mais descrédito sobre a monarquia, que resistiu por mais alguns anos. Entretanto, em fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Felipe foram assassinados por populares durante uma passagem pela multidão, a carruagem em que estavam foi atacada. Logo depois, assumiu o trono D. Manuel; atendendo a linha de sucessão, tendo ficado à frente do governo e do exército português até 1910, quando foi proclamada a República portuguesa. Um governo provisório assumiu dando início a algumas reformas de âmbito social, político e econômico.

Esse contexto não durou muito tempo; após anos de violentas e sucessivas crises internas e externas, que agravaram os problemas de Portugal com as colônias e por sua participação na Primeira Guerra Mundial, as forças militares portuguesas tomaram o poder em 1926, originando uma ditadura que durou até 1974. Convém dizer que, em 1926, o golpe militar foi articulado e aplicado pelo partido democrático e Antônio de Oliveira Salazar, chamado para assumir a economia do país.

A Literatura Portuguesa contemporânea ou neorrealista tem como marco o chamado “Estado Novo”, período entre 1933 e 1974, em que houve a concretização da ditadura em Portugal, seguindo o modelo corporativista do fascismo. A consolidação do novo regime com a principal figura de Antônio de Oliveira Salazar, professor de Economia e católico de extrema direita, foi uma das características marcantes desse personagem que ficará no poder de Portugal por quase cinco décadas.

As propostas de Salazar correspondem “às expectativas de grupos socioeconômicos ansiosos por uma “ordem” interna, sem greves ou questionamento político” (SANTILLI; FLORY, 2007, p. 293). Além disso, naquela época, as forças democráticas republicanas portuguesas estavam fragmentadas e não demonstravam poder suficiente para impedir tais ações. Outro aspecto relevante para que os planos de Salazar se estabelecessem, tem relação direta com as classes médias, já que não conseguiram reformar o país econômica e socialmente viviam o modelo da monarquia.

Perante tal contexto, Portugal era um país que buscava a modernidade, mas estava ligado a modelos do passado, o que dificultava as relações internacionais, favorecendo o regime totalitário. Em busca de aliados, Salazar apoiou os fascistas espanhóis, recebendo em troca o seu apoio. O governante português via com desconfiança a política democrática que surgia nas fronteiras do país. Diante de tal desconfiança, aproximou-se da Itália fascista e da Alemanha nazista, mas a

identificação entre as partes não levou a uma política de igualdade, pois o que prevaleceu foi o senso prático, mostrando-se superior às afinidades ideológicas nazi-fascistas.

Frente a esse cenário, ou seja, o salazarismo, não foi permitida a organização de forças de oposição, e o Estado Português, gradativamente, aumentou o seu poder, deixando legítimo, apenas, um partido do governo - a “União Nacional”, possibilitando ao regime a organização da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa que seguiam os modelos do integralismo português.

[...] A força repressora mais identificada com o salazarismo foi a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.), com suas funções ampliadas, após a Segunda Grande Guerra, para a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P.I.D.E), uma espécie de Gestapo nazista Portugal. A P.I.D.E transformou-se em poder quase autônomo dentro do regime. (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 294).

Nesse período de Gestapo nazista em Portugal, houve milhares de prisões, torturas e assassinatos de portugueses e africanos que se opuseram contra o governo; muitos foram levados para o campo de concentração nas Ilhas de Cabo Verde, entre anos de 1936 e 1956. Assim, destacamos que a política salazarista extrapolava o território português europeu. As colônias africanas sentiram a repressão do governo de Salazar. Além disso, havia a censura exercida em todos os meios de comunicação, pois não existia o direito de concessão aos opositores do governo. O conservadorismo e o totalitarismo chegaram a níveis desmesurados, gerando divergências internas dentro do próprio regime, porém Salazar foi inflexível, também, em relação a elas.

Durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), Portugal permaneceu neutro, apesar da simpatia salazarista com o nazismo. Entretanto, “a vitória aliada fez ressurgir a oposição organizada” (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 295), o que não significou o fim do fascismo português, pois as condições internacionais favoreceram o salazarismo com o desenvolvimento da “Guerra Fria”, deixando em lados opostos os Estados Unidos e a União Soviética.

Dessa forma, após a Segunda Guerra Mundial, o jogo político internacional se concentrou em dois pontos opostos: comunistas e capitalistas. Diante de tal contexto internacional, a “Guerra Fria” se desenvolveu, reafirmando o processo de oposição. Entretanto, os Estados Unidos se aproveitaram desse contexto de polarização para aumentar a perseguição àqueles que tiveram ou apoiaram a militância comunista.

Sendo assim, a perseguição aos comunistas ganhou espaço relevante no cenário político internacional. Com discursos persuasivos e vários projetos de lei, o senador Joseph Raymond McCarthy conseguiu aprovar a formação de comitês e leis que determinavam o controle e a aplicação de penalidades contra os que tiveram alguma atividade “antiamericana”. Salazar foi beneficiado pela política de McCarthy porque se posicionou de forma neutra.

Nessa esteira histórica a resistência democrática antifascista de Portugal se organizou em torno do Movimento de União Democrática (M.U.D), mas não conseguiu desenvolver os projetos contra o salazarismo, pois os instrumentos de poder ditatorial: a máquina do governo totalitário e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P.I.D.E) estavam aliados com Salazar e, ainda, o discurso e bandeira anticomunista utilizados por ele em defesa da “civilização cristã ocidental” proporcionou-lhe apoio norte-americano, resultando em mais uma derrota da democracia portuguesa, fato que se repetiu muitas vezes durante vinte anos. De acordo com Abdala Júnior

[...] as divisões do regime irão se acentuar, ao longo desses anos, a par do crescimento de movimentação social de caráter político. A resposta de Salazar mostrou total insensibilidade: procurou frear o desenvolvimento de onde provinham suas bases sociais, uma situação insustentável diante de uma Europa industrializada. Procurava ainda manter o anacrônico império colonial. (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 295).

A população insatisfeita com a repressão, o atraso econômico e social de Portugal, perante outras nações europeias, desencadearam diversas tentativas de se derrubar o regime salazarista por meio de conspirações militares e eleições, porém todas foram frustradas. As tentativas militares se mostram ineficazes diante das manobras de Salazar, já que o governo de Salazar controlava a máquina eleitoral, ele usava manobras legislativas implantadas para ganhar as eleições e se manter no poder dentro da “legalidade”.

Após anos com esse modelo de governo ditatorial, o regime começou a entrar em processo de desagregação. Entretanto, Salazar persistia na permanência de seu comando e “a única solução que encontrava era policial: prisão ou exílio de patriotas” (op. cit. p. 296). Somente com a morte de Salazar, em 1969, que o sistema governamental salazarista perdeu o sentido sem a figura de seu “chefe”. Convém destacar que os aliados de Salazar tentaram uma política de abertura, sem resultado efetivo, dado que o país se encontrava com sérias dificuldades econômicas e, ainda,

estava enfrentando a guerra colonial no Continente Africano, além de sérias condenações sucessivas das Nações Unidas.

Assim, após a morte de Salazar, houve uma divisão no governo. O vice-chefe Antonio de Spínola e o chefe do Estado-Maior do Exército, Costa Gomes, não concordavam em alguns aspectos, ocasionando na demissão de ambos. Embora, o partido estivesse sem condições governamentais, os oficiais de maior patente não anunciavam o fim do regime fascista. Essa decisão fica a cargo dos oficiais menores que em 25 de abril de 1974, derrubaram o regime salazarista.

É importante enfatizar que os militares das Forças Armadas estavam bem articulados militarmente e, também, em relação ao programa de estruturação governamental a ser cumprido a “extinção do Estado Novo e de todos os mecanismos de governo, fim da guerra colonial, anistia para todos os políticos, liberdade de organização da polícia e prisão para os responsáveis pelos crimes políticos do regime salazarista” (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 296).

Depois de décadas do regime salazarista, Portugal respira novas perspectivas na direção nacional. Assim, a tomada de poder ou transição de regime ocorreu de forma pacífica, sendo conhecida poeticamente como a “Revolução dos Cravos”. Passados dois anos da Revolução dos Cravos, foram realizadas eleições com a participação de tendências políticas, iniciando a possibilidade de troca de governo. Nessa época tem-se o processo de descolonização das colônias do continente africano. A política externa portuguesa das navegações vê seu fim. Com isso, Portugal busca novos meios para a política externa. A entrada para a União Europeia em 1986, marca o fim de cinco séculos de exploração colonial, dando início a uma nova era no contexto econômico português.

1.3. A literatura portuguesa neorrealista

Iniciamos nossa conversa aqui, destacando que a literatura portuguesa tem seu nascimento na poesia galego-portuguesa medieval, desenvolvida na Galiza e no Norte de Portugal. A literatura atravessou continentes, alcançando outras terras e povos distantes, ganhou o mundo e está representada nas literaturas oriundas de países lusófonos. A produção literária portuguesa é influenciada por questões históricas,

políticas, sociais e culturais do povo português. É uma literatura que nos coloca com o que existe de mais arcaico e mais contemporâneo.

Com riqueza poética e estilística os textos literários portugueses permitem ao leitor saborear a musicalidade da língua e as metáforas discursivas que levam para uma viagem pela história, pelas conquistas, pelos fracassos e pela cultura portuguesa. Durante os 41 anos da ditadura portuguesa (1933-1974), antes da Revolução do Cravos, a escrita literária portuguesa não teve muitas modificações, pela falta de liberdade de expressão. Conhecidos como “Lápis Azul”, os censores costumavam cortar partes do texto que eram consideradas impróprias. As autoras Bueno, Soares e Parreiras (2012, p. 45) destacam que “as instruções quanto aos temas e às abordagens a serem censuradas variavam no grau de severidade”, em algumas regiões do país, eram mais permissivos e, em outras, mais repressivos.

A luta pela liberdade ansiava por mudanças, por uma voz discursiva livre. Na atualidade, o desenvolvimento da prosa de ficção, apresenta subjetividade e, mais de um narrador. A literatura caracteriza-se como expressão pela palavra escrita, “o intercâmbio cultural com o Brasil e com as outras ex-colônias (...) tem enriquecido a produção literária e a cena cultural portuguesa” (BUENO, SOARES, PARREIRAS, 2012, p. 47). Autores brasileiros e das ex-colônias africanas ganharam expressão, o que auxiliou para que a literatura portuguesa perdesse algumas características deixadas pela ditadura salazarista, ganhando personalidade própria.

É interessante destacar que a explosão do movimento literário neorrealista estava afiliada aos movimentos e à resistência antifascista do final da década de 1930. Com o “Estado Novo” surge uma literatura “engajada”, direcionada aos problemas sociais do país. O novo contexto social tinha urgência de uma literatura que contribuísse com a conscientização sobre questões de cunho político-social, além de abordar e caracterizar os problemas da sociedade portuguesa.

O desejo de se opor às concepções da arte pela arte, consideradas elitistas e despropositadas, levou no início do movimento, a um conteúdo que enfatizava, de forma unilateral, e não julgava importante a forma artística, deixando de lado o fato de que eles são indissociáveis. Tal pensamento levou a literatura a perder seu vigor, inclusive, a literatura de denúncia social. No entanto, o destaque conteudista se justificava historicamente. A literatura transmitia informações que, normalmente, eram

censuradas pela imprensa, pois serviu como uma forma de resistência ao regime salazarista. Entre os escritores, muitos eram jornalistas ou desenvolviam atividades ligadas à profissão, possibilitando a incorporação de técnicas jornalistas nos textos literários.

Além disso, a literatura neorrealista incorporou técnicas do cinema, a narrativa cinematográfica passa a ser vista como recurso estilístico literário nas obras de António Lobo Antunes e outros escritores contemporâneos. Buscava-se, com a utilização de novas técnicas, a sensibilização do público leitor. Com isso, “tais técnicas, assimiladas nesse momento inicial e gradativa desenvolvidas literariamente, contribuíram para a formação de uma das mais fecundas correntes artísticas da literatura portuguesa” (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 299).

Dessa forma, a literatura portuguesa neorrealista vai se transformando e ganhando novas dimensões estéticas. Nessa esteira de pensamento convém dizer que o neorrealismo não é uma escola literária, mas um movimento artístico literário que busca abordar a realidade por meio de uma crítica dialética e procura levar ao leitor a representação da realidade social.

A produção literária neorrealista se caracteriza por uma escrita aberta à incorporação de novos elementos e de novas técnicas, apresenta uma dinâmica diferenciada da literatura clássica e insere processos discursivos das diversas áreas do conhecimento a fim de reunir subsídios que levam à relevância social. Em consonância com Abdala Júnior (2007, p. 304), podemos dizer que “trabalhar a linguagem nessa dinâmica significou para os escritores de ênfase social construir uma literatura ativa”.

Diante do exposto, vimos que a literatura portuguesa neorrealista não se prende às regras ou esquemas, mas trabalha com a linguagem para promover a denúncia social. Posto isto, ressalta-se, ainda, que a produção literária portuguesa contemporânea/neorrealista vem abordando diversos temas em diferentes aspectos, como o fantástico, o imponderável, o impossível, o metafísico, as relações sociais, os conflitos existenciais, as banalidades. São produções com ideias filosóficas, com perspectivas da metalinguagem.

Dentre os temas abordados, destacamos aqui, a literatura de guerra colonial que registra a dimensão do processo de descolonização dos territórios africanos, além da

perspectiva ideológica dos militares que promoveram a “Revolução dos Cravos” e participaram do processo de libertação das colônias situadas na África, uma guerra sem precedentes na qual os personagens são levados a uma guerra e acabam se solidarizando com os povos africanos que no passado oprimiam.

1.4. O contexto histórico brasileiro: séculos XX/XXI

O século XX para os brasileiros foi marcado por diversos acontecimentos históricos, econômicos e políticos que refletem, de forma direta ou indireta nos direcionamentos políticos atuais. Na segunda metade do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, começa uma nova era no cenário político brasileiro. As consequências deixadas pela guerra e os seus desdobramentos da revolução política e social, induzidos pelos acontecimentos de 1930, apontam para novos caminhos.

As evoluções dessa década se sucederam de forma vertiginosa, influenciada pela onda de acontecimentos advindos do contexto mundial. Os eventos mundiais que repercutiam antes de 1945, de forma moderada no contexto nacional brasileiro, agora defrontam-se diretamente com questões econômicas, políticas e sociais do Brasil, como a guerra fria. Além disso, a influência americana impacta de forma taxativa nos hábitos brasileiros e na maneira como o brasileiro passa a ver o mundo. Além das importações de bens e de serviços originários dos EUA, importam-se, também, ideias, palavras, atitudes, hábitos e costumes. Para os brasileiros, o produto símbolo do progresso americano era o carro, que invadiria o mercado nacional em consequência da alta disponibilidade de dólares americanos entre 1945 e 1950.

Assim, as transformações presenciadas na segunda metade do século XX, sobretudo, nos meios de comunicação e de transporte, potencializam a ruptura rumo à modernidade, implantada a partir do Iluminismo, da Revolução Industrial, do nascimento e consolidação do Capitalismo e da Revolução Francesa. Tais transformações e avanços tecnológicos propiciaram mudanças na percepção humana em relação ao tempo e ao espaço.

Em 1951, começa o novo mandato de Getúlio Vargas, dessa vez pelo voto popular, com candidatura pelo PTB e apoio do Partido Social Progressista (PSP), tendo vencido com 48,7% dos votos necessários para assumir o cargo. Vargas inicia o segundo mandato com um país em uma situação pungente em relação às divisas estrangeiras. No cenário econômico, o Brasil ainda é um grande exportador de café, mas

não dá conta da quantidade de importações, favorecendo o aumento das taxas de câmbio. Entretanto, o segundo mandato presidencial de Getúlio foi marcado por importantes iniciativas nas áreas social e econômica do país. Um dos maiores legados do Governo Vargas foi a implementação de um projeto que visava ao desenvolvimento econômico nacional baseado na forte presença do Estado Brasileiro em áreas vistas como essenciais para o crescimento do país. O Governo atuava como regulador ou empreendedor em atividades econômicas das empresas estatais. Essa intervenção tinha por finalidade estimular a industrialização e a modernização do país. Dessa forma, o objetivo de tais medidas governamentais era o fortalecimento da indústria de base: siderurgia, petroquímica, energia e transportes.

Na fase final de seu governo populista, as pressões de grupos oposicionistas tanto civis quanto militares empreendeu uma forte crise política, o que o levou a interromper o seu mandato com um ato contra a própria vida, em 24-08-1954. Assim, diante do cenário de progresso, a crise política no Brasil se agravou com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, “que resultou na morte do major Rubens Vaz, em 5 de agosto de 1954, na Rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro” (ABREU; WELTMAN, 2011, p. 23). Dezenove dias mais tarde, em 24 de agosto, a nação é surpreendida com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, fato que se mantém no imaginário e no contexto histórico atual como um dos mais dramáticos e significativos no cenário político da história contemporânea do país.

[...] Isso se explica não apenas pela carga emocional e pelo sentido trágico que os acontecimentos comportam, envolvendo as próprias vidas dos principais personagens, protagonistas que eram da vida pública e que continuam sendo de nossa história, mas também pelo caráter paradigmático da crise política propriamente dita, na qual se opõem, cada vez mais radicalmente, de um lado, um presidente eleito e empossado com ampla adesão popular, senhor de grandes recursos clientelísticos e de um relativamente poderoso dispositivo parlamentar, e, de outro, uma oposição ferrenha, herdeira de pesadas e ressentidas derrotas políticas, em torno d qual alinhavam-se poderosos setores da sociedade covil e, cada vez mais, as forças armadas, perigosamente cindidas pelas clivagens ideológicas da época. (ABREU; WELTMAN, 2011, p. 24).

É válido dizer que todas essas questões se davam em um cenário de grande divergência nas relações internacionais, com o desenrolar da Guerra Fria. Com isso, o impasse político ameaçava a ordem institucional, nacional, dado que as ideias nacionalistas de Vargas eram vistas com desconfiança no exterior. Um dos lemas desse período era “O petróleo é nosso”. Após, sua morte, um ano depois, Juscelino Kubitschek de Oliveira, assume a presidência do país implantando uma política que

objetivava o desenvolvimento. As indústrias de base receberam forte apoio político e a indústria automobilística se instalou no país. Seu maior projeto, que mudou a dinâmica geográfica do país, marco síntese de esperança e de modernidade na época, estabeleceu-se com a construção de Brasília, em 1960. Cidade planejada, com projeto dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, caracterizou –se como uma das maiores realizações arquitetônica e urbanística do Modernismo no Brasil. Nesse período, as imagens do futuro e progresso já eram mostradas na televisão brasileira. É importante dizer que o período em que o Brasil foi governado por presidentes militares, é conhecido historicamente como Ditadura Militar que perdurou de 1964 a 1985.

A ditadura militar no Brasil, sob o comando de sucessivos governos militares, caracterizava-se pelo autoritarismo nacionalista. Esse período teve início com o golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart, tendo durado 21 anos, colocando em prática vários Atos Institucionais, desencadeando o de nº 5, em 1968, que vigorou por dez anos, produzindo ações arbitrárias e de efeitos duradouros, dando poder de exceção aos governantes para punir, de forma arbitrária, os que fossem contrários ao governo ou àqueles que eram considerados inimigos. Foi, sem dúvida, a época mais dura e autoritária do regime militar.

A Constituição de 1946, substituída pela de 1967, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional era dissolvido. Além disso, as liberdades civis foram suprimidas e houve a criação de um código de processo penal militar que permitia ao Exército Brasileiro e à Polícia Militar prenderem e encarcerarem pessoas consideradas suspeitas, além de não permitir qualquer revisão judicial. No entanto, o radicalismo jovem se intensificou com protestos dos adolescentes contra a política vigente, pedindo liberdade com o lema “é proibido proibir”. O movimento estudantil associou-se a um combate mais organizado contra o regime, protestos radicais dos universitários contra a ditadura. Entretanto, o regime providenciava instrumentos mais sofisticados, planejava ações rigorosas contra a oposição e aumentava as punições.

Na década de 1980, a ditadura brasileira entrou no processo de decadência, pois o governo não conseguia mais estimular a economia, controlar a hiperinflação crônica e os crescentes níveis de concentração de renda e o aumento da pobreza provenientes do projeto econômico em vigor. Esse contexto histórico, econômico e social impulsionou o Movimento Pró-Democracia. Assim, o governo aprovou uma Anistia para os crimes

considerados políticos que foram cometidos pelo e contra o regime ditatorial. As restrições contra as liberdades civis foram relaxadas e as eleições presidenciais indiretas foram realizadas em 1984, com candidatos civis e militares.

Somente quando José Sarney assumiu a presidência, em 1985, inicia-se a República Nova. Dessa forma, as greves de 1978 e os movimentos estudantis contribuíram para o enfraquecimento do regime, levando a população a se manifestar em 1984, a favor da realização de eleições diretas para Presidente da República, as “Diretas Já”. Outras classes sociais brasileiras, também, participaram de protestos “Pró-Diretas Já”: artistas, políticos, setores civis, trabalhadores e estudantes, porém, as eleições foram realizadas pelo Colégio Eleitoral, escolhendo Tancredo Neves como presidente do Brasil. Ele não assumiu o cargo, tendo falecido antes, levando à posse o vice José Sarney, primeiro presidente brasileiro civil, depois de 21 anos de Regime Militar.

A partir dessa eleição, todos os presidentes eleitos, posteriormente, por eleições populares, tiveram de lidar com a desigualdade social, o endividamento brasileiro e a inflação com juros altos. Com isso, a nova fase política do Brasil, apresenta inúmeras tentativas de ajustes fiscais, além da inserção do país na lógica da globalização e do neoliberalismo. Vários presidentes foram eleitos: Fernando Collor de Mello (1990-1992); Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994), que *assumiu o cargo de presidente após o impeachment do então presidente Fernando Collor*; Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Luís Inácio Lula da Silva, o Lula (2003-2010); Dilma Vana Rousseff (2011-2016); Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), que *assumiu o cargo de presidente após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff*; Jair Messias Bolsonaro (2019-atual).

1.5. Os movimentos rurais no Brasil: a política dos coronéis e o Contestado

No Brasil do século XX, vários foram os movimentos políticos, deixando no cenário político brasileiro diversas personagens que marcaram regiões com relação ao direcionamento e às possíveis punições àqueles que não atendiam as expectativas. A figura do coronel surge entre duas ordens de lealdade que nem sempre estão em conformidade: as exigências e expectativas decorrentes das relações e situações políticas e aquelas advindas da ancestralidade e de seus laços com a clientela local.

Convém dizer, diante do exposto, que o mandonismo local dos coronéis, retrata uma época de domínio político por oligarquias locais na política brasileira. Tais oligarquias políticas influenciaram o processo histórico e social do Brasil, uma vez que notamos seu poder e influência na vida da população de norte a sul do país. Além disso, diante de um cenário com diversos conflitos em território nacional como Canudos¹, Contestado² e Juazeiro³, facilitaram a manutenção dos coronéis.

Assim, dentro dessa perspectiva podemos salientar que os coronéis, de certa maneira, foram privilegiados em relação ao poder de barganha em decorrência das relações sociais: “seus antepassados no mandonismo local, régulos e potentados rurais, “homens bons da governança da terra”, viam-se reconhecidos por parte das autoridades como um poder costumeiro local, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação” (PINHEIRO, et. at., 2004, p. 42).

Desse modo, os cargos políticos eram exercidos por “bons homens”, “homens de posse”, “homens de valor”, em referência as suas riquezas e autoridade sob os moradores de suas terras e das redondezas, também considerados como “homens de posição”, em função de integrarem o governo local e desfrutarem de milícia. Assim, em acordo com Galvão (2018, p. 23) reiteramos que os coronéis foram importantes líderes políticos em suas regiões e muito influentes. No entanto, isso não se dava só no âmbito político, mas em diversos setores da sociedade, sendo considerados, em algumas localidades, seres messiânicos.

Em consonância com o exposto (PINHEIRO; et. at., 2004, p. 41), nota-se que os coronéis se sustentavam das matrizes do catolicismo, porém com certa variação, uma forma de adaptação local. Dessa maneira, o autor discorre que a variante utilizada pelos coronéis e designada como catolicismo rústico e costuma ser “vista apenas como uma

¹ **Guerra de Canudos** ou **Campanha de Canudos** foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos.

² A **Guerra do Contestado** foi um conflito armado que envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro.

³ A **Revolta** ou **Sedição de Juazeiro** foi um confronto ocorrido em 1914 entre as oligarquias cearense e o Governo Federal provocado pela interferência do poder central na política estadual nas primeiras décadas do século XX. Ocorreu no sertão do Cariri, interior do Ceará, em reação à interferência do poder central contra a política do coronelismo.

expressão de um empobrecimento com relação às fontes originais, ou como o resultado de sincretismos espúrios” (PINHEIRO, op. cit.).

Convém dizer, ainda, que a figura e o poder do coronel extrapolam o político e o religioso, já que se apresentava com cunho ideológico. Assim, esse “(...) poder não se limitava ao âmbito eleitoral esses comandantes revestiam-se de autoridade que (...) ia além dos ditames legais, percorriam todos os setores da sociedade e se impregnavam (...) de uma aura quase divina na crença de seus fiéis seguidores” (GALVÃO, op. cit.).

Ressalta-se que tais ideologias eram empregadas nas regiões de Contestado pelos coronéis que participavam da disputa territorial. As regiões de Contestado no Brasil consistiam em regiões que foram “(...) palco de conflitos armados localizados, de maior ou menor importância, sendo que, ao mesmo tempo, a questão dos limites veio a ser objeto de discussões e deliberações nas mais altas cortes judiciárias do país” (PINHEIRO et. al., 2004, p. 71).

Nas regiões de Contestado, ou seja, “terra de missão”, era comum a figura típica do “beato”, sujeito muito peculiar ao catolicismo rústico das regiões de conflito. Isso se dava por dois motivos: a atenção da igreja pelo território e a falta de padres favoreciam a presença do “beato”. Além disso, “(...) no Contestado, antes da eclosão do movimento, o batismo doméstico, sem a presença do padre, era uma prática corrente” (PINHEIRO et. al., 2004, p. 80). O batismo oficial com o padre vinha depois, o celebrante, naquele momento poderia ser um membro respeitado da comunidade ou um irmão mais velho, tornando-se compadre dos pais da criança.

Reiteramos que essa forma de batismo nas regiões do Contestado, do Nordeste ou do sertão brasileiro, era costumeira e acontecia com frequência, sendo motivo de comemoração, o que “(...) diferia do batismo da Igreja, não apenas pela ausência do padre, como também pelo fato de que, nesta última forma, o apadrinhamento era usualmente feito por pessoas com posições sociais superiores às dos pais da criança” (PINHEIRO, op. cit.).

É válido mencionar ainda que a guerra ou conflito do Contestado tinham motivos “tradicionais” quando se tratava de disputa territorial: a honra, a política e a terra. Entretanto, esses motivos permitiram a entrada de valores de outra natureza. Com isso, “(...) anula-se a importância dos conflitos entre os coronéis” (PINHEIRO, op. cit.).

Com o passar do tempo e depois de tantos conflitos e tantas mortes, “(...) a terra que passaram a defender não era a terra em que plantavam, mas aquela onde estavam sepultados os seus mortos e de onde saíam no grande dia do qual, pela junção do Céu e da Terra” (PINHEIRO, op. cit.).

Desse jeito, os motivos pelos quais lutavam no início perderam valor, propiciando o fim das desavenças, sofrimentos e perseguições em nome da exploração e apropriação de terras. E, ainda, na região de Contestado, a religião representava para a população ritual de purificação de todos os pecados cometidos.

1.6. A Literatura brasileira

No contexto histórico brasileiro, a partir da metade do século XX, o modernismo se consolidava no espaço cultural entre as camadas cultas. Os preceitos poéticos, ideológicos, estéticos, culturais e políticos não eram mais questionados como na fase anterior. Os novos padrões de bom gosto cultural dominavam o país em todas as formas de arte e, na literatura encontrava campo fértil para questões da realidade brasileira nos aspectos sociológico, político-econômico e antropológico. Assim, convém dizer que temas diversos e menos usuais vão ganhando corpo e grandeza literária,

[...] o sentimento do outro e do mundo, as inquietações existenciais e religiosas, a vida política, o questionamento poético das funções da literatura, do poder da palavra e da linguagem, os amplos quadros sociais refletidos com tensão mínima ou com tensão crítica, as repercussões, individuais ou coletivas, dos acontecimentos ideológicos e políticos da Europa. (SILVA; SANT’ANNA, 2007, p. 249).

A literatura mantém a estética alicerçada no princípio da liberdade de criação, de espaço, o modernismo/realismo combativo, retomando experiências intertextuais, interartísticas e de incorporação de outros códigos discursivos. Esses recursos se dão de forma diversificada “como busca da máxima eficácia linguística dos recursos narrativos” (SILVA; SANT’ANNA, 2007, p. 264). As autoras destacam que ocorre três percursos que auxiliam tanto na composição escrita quanto na construção de sentido da narrativa. São eles: o da **exploração estilística** dos instrumentos proporcionados pela série literária e da linguagem verbal em seus diferentes níveis (o fônico, o rítmico, o sintático-semântico); o **da incorporação** de outros códigos (cinema, rádio, televisão, jornal, publicidade, fotografia); e o **da experimentação mista**, que combina as anteriores.

Convém dizer que a literatura brasileira traz uma diversidade de estilos. Geralmente, as narrativas que apresentam os três percursos provocam debates sobre o seu pertencimento em relação ao gênero textual. Entretanto, o objetivo literário é chamar a atenção para grandes temas que estão borbulhando na sociedade. Caracteriza-se como texto documental, funcionando como instrumento de resistência, de refúgio e de acolhimento, testemunhando a realidade que prolifera por todas as regiões por meio da obra literária.

Na literatura brasileira contemporânea ocorre uma predominância em elaborar histórias ou enredos atrativos, numa orientação realista, próxima ao documental, explorando recursos técnicos tradicionais, com linguagem de comunicação imediata, influenciada pelo jornalismo e, ainda, numa perspectiva mais experimentalista, com uma linguagem espessa, em que a narrativa se desmantela e os pontos de vista dos personagens são fragmentados. Nessa esteira de pensamento, os caminhos tomados pela literatura brasileira no século XIX, pelo ponto de vista formal e, do ponto de vista da continuidade dos gêneros nos trazem:

[...] as invenções estritas dentro do domínio propriamente literário (dissolvência de formas tradicionais, especialização do verso, mistura de gêneros, multiplicação de vozes narrativas, des-ordem temporal), quanto as experimentações propiciadas pela tentativa de incorporar as novas técnicas de comunicação (montagens, clips, hologramas, videogames). (SILVA; SANT'ANNA, 2007, p. 273).

Segundo Coutinho (2004), a literatura contemporânea brasileira se preocupa com a forma, a linguagem, a busca de expressão, aspectos encontrados nos textos de escritor Roberto Drummond, um dos que fazem parte do *corpus* desta Tese. Para ele, tais características se aprofundaram e revolucionaram com novas tendências, “criando verdadeira revolução estético-estilística” (COUTINHO, 2004, p. 366). Além disso, o autor discorre ainda que a literatura brasileira “afirma-se como uma literatura própria, autônoma, peculiar, com autonomia de identidade nacional, sem nada a dever às demais do Continente e da Europa” (op. cit. p. 366).

A autonomia literária está atrelada à autonomia linguística, já que a literatura brasileira atual não está subordinada à linguística portuguesa, cabendo à literatura brasileira a tarefa de coletar e decodificar os fenômenos da linguagem no Brasil, nos diversos níveis, ampliando o poder de falar com legitimidade ou de legitimar o que se fala.

1.7. Portugal e a disputa territorial: Angola e Moçambique

As primeiras expedições portuguesas em busca de ouro e do caminho das Índias se deram no século XV e foram financiadas por reis e comerciantes que tinham interesse na exploração desse mineral. Naquela época, as mercadorias orientais eram mais valiosas do que as ocidentais. O oriente apresentava uma gama de mercadorias como tecidos e especiarias e o comércio era feito por meio de trocas; nesse cenário, o ouro era mercadoria muito valiosa. Vale ressaltar que, nessa época, Portugal era uma nação que não possuía reservas naturais de ouro, por isso precisava buscá-las em outros lugares.

Os portugueses dispunham de instrumentos e embarcações novas. Com isso, contornavam a costa africana, descobrindo rotas que ainda não tinham sido navegadas. Assim, foram os primeiros a terem contato com os povos da África Ocidental e a Central. Além disso, os portugueses acreditavam ter a missão de propagar o cristianismo, já que, naquela época, as explicações para fatos ocorridos na sociedade eram buscadas na religião, o que era relacionado aos reis e rainhas, pois existia a crença de que Deus escolhia as pessoas para exercerem funções na sociedade.

Com as expedições do século XV, houve o primeiro envolvimento em larga escala do homem africano com o homem europeu, que se deu na parte da África Tropical. Ocorreu por meio do grande comércio estabelecido, no qual eram negociados escravos, e ainda, juntaram o sal, ouro, marfim, algumas especiarias e óleo de palma. A corrida à África contribuiu para a aceleração das expedições marítimas naquele continente. Portugal se firmou na costa litorânea, adentrando, mais tarde em outras partes do território.

Sendo assim, os portugueses estabeleceram-se com culturas agrícolas desenvolvidas a partir do trabalho de nativos, exploração dos meios naturais, o comércio de escravos e a exploração de altos impostos. Ao tornar-se colônia, Angola passou a uma totalidade que se articulava entre colonizado e colonizador, duas vertentes que se opõem e se excluem simultaneamente, porque representam interesses antagônicos. Nessa época, existia um contexto propício para a Era dos Descobrimentos e, conseqüentemente, do processo de colonização moderna. Diante disso, Portugal sentia-se no direito de se apropriar de terras e de se desfazer de outras com a justificativa de que estava levando a mensagem de Cristo àqueles que não tinham religião; levava a salvação eterna para todos. De acordo com Ribeiro,

[...] o primeiro marinheiro europeu a chegar ao Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, foi Bartolomeu Dias em 1488, e um século depois o seu neto, Paulo, seguiu o seu rumo e desembarcou na Costa de Angola determinado a conquistar um império em África. Inicialmente, os portugueses foram atraídos pelos produtos africanos como ouro, cera, madeira, escravos, pimenta e sal, sendo este último produzido em grande quantidade em Angola, e posteriormente, muitos “clientes” estavam prestes a chegar para disputar toda a riqueza natural deste continente. (RIBEIRO, 2009, p. 5).

A partir do século XV, os portugueses exploraram a costa africana; os “clientes” logo chegaram à busca de riquezas, como os ingleses, os alemães, os franceses, os belgas e os holandeses. Entretanto, durante todo esse período, Portugal encontrava-se economicamente frágil, e, por isso, as viagens exploratórias continuaram. Os portugueses procuravam riquezas, ao mesmo tempo em que tentavam a defesa dos territórios explorados, mostrando aos outros povos sua capacidade colonizadora. Visentini afirma que:

[...] a expansão portuguesa na África nos séculos XV e XVI mostrou à Europa que o valor do continente, naquele momento, não estava somente ligado ao ouro ou ao comércio de especiarias, ou, ainda, à possibilidade de expansão do cristianismo. O continente tinha outras potencialidades – era capaz de fornecer escravos para a exploração das Américas (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p.45).

Com isso, ao longo dos séculos XV e XVI, Portugal se instalou em vários pontos da costa africana, que serviram de base às rotas comerciais marítimas para a Ásia, e ao tráfico de escravos para o Brasil. Com o passar do tempo, Portugal começou a fazer novas incursões e, no século XIX, voltou-se para uma ocupação mais efetiva dos territórios que ainda não estavam sob seu controle político. Entretanto, houve um período em que Portugal teve grandes perdas com a manutenção das colônias para que outras nações europeias não as roubassem, além da tentativa de conter os conflitos no Brasil por independência política. Assim, os principais fatos que influenciaram Portugal a voltar para Angola e Moçambique, foram a independência do Brasil (1822), sua maior colônia, o fim do tráfico de escravos (1850), que culminou com a Lei Aurea de 1888 e a partilha da África por alguns países europeus como a Inglaterra e a França, em um processo neocolonial.

Ainda no século XVI, Portugal era reconhecido como poder imperial perante as outras nações. Conforme o contexto da época, sentia-se no direito de apropriar-se de terras e desfazer-se de outras, com a desculpa de que estava levando a mensagem de Cristo àqueles que não tinham religião, com isso, possibilitava a salvação eterna para todos. Ao final do século XV e início do XVI, Portugal se instalou em vários pontos da

costa africana, que serviram de base às rotas comerciais marítimas para a Ásia e ao tráfico de escravos para o Brasil. No século XVI, os portugueses instalaram-se em Angola, iniciando o comércio de escravos com a ajuda de tribos inimigas. Para Visentini,

[...] a expansão portuguesa na África nos séculos XV e XVI mostrou à Europa que o valor do continente, naquele momento, não estava somente ligado ao ouro ou ao comércio de especiarias, ou ainda, à possibilidade de expansão do cristianismo. O continente tinha outras potencialidades – era capaz de fornecer escravos para exploração das Américas. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p. 45).

Entretanto, a disputa territorial levou Portugal a pedir auxílio à Inglaterra. A aliança com a Inglaterra fez com que houvesse reconhecimento de outras nações sobre o direito de Portugal manter seu domínio em territórios de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e as ilhas de São Tomé e Príncipe, além do arquipélago de Cabo Verde. Entretanto, o domínio português nesses territórios não iria durar por muito tempo e durante a Conferência Internacional em Berlim. Para Ribeiro,

[...] Portugal intercedeu junto de Inglaterra, não tendo obtido resposta imediata. Só mais tarde é que apoiou os projectos portugueses, em troca de liberdade de navegação pelo Congo e de outras concessões, enquanto Portugal via desaparecer a sua influência naquela parte de África e era criticado pela Alemanha, França e outros países que também tinham ambições similares às dos Belgas. Para resolver esta situação, foi sugerida uma Conferência Internacional, que veio a realizar-se em Berlim em 1884, sendo Portugal representado por António Serpa, Luciano Cordeiro e o Marquês de Penafiel. (RIBEIRO, 2009, p. 6).

Convém destacar que, durante a Conferência de Berlim, a Bélgica consegue convencer as outras nações presentes, e, então, a Inglaterra abandona os interesses portugueses e começa a realizar negócios, os Tratados Internacionais com a Associação Internacional do Congo, fundada por Leopoldo II, rei dos belgas, com apoio de Stanley, descobridor americano. Com isso, os prejuízos aos portugueses foram inevitáveis. Algum tempo depois, a Associação Internacional foi dissolvida e, em seu lugar, ficou o Estado Livre do Congo, tendo como soberano Leopoldo II, o segundo rei dos Belgas, a partir de 1865.

A partir daí, ficou estabelecido que todos os Estados que adquirissem territórios africanos deveriam comunicar o fato às potências representadas em Berlim, na Alemanha. Estabeleceu-se, também, com esse acordo, a partilha do continente africano, em que, além de Portugal, França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Espanha, outras nações

teriam direito à territórios africanos. O tratado estabeleceu, ainda, as fronteiras de Moçambique e Angola, entre outras.

Convém salientar, então, que, em 1884 na Conferência de Berlim, os portugueses receberam a notícia de que o direito histórico seria substituído pelo critério da ocupação efetiva, fato que desencadeou aceleração da corrida à África pelas potências europeias. Conforme aponta Cirne (1998),

[...] as questões coloniais marcaram profundamente o quadro político e econômico português nos finais do século XIX. Tratou-se de um período de expansionismo industrial europeu, o que implicou a procura de matérias-primas e subsidiárias, de mercados, de mão de obra e de locais onde fosse fácil o investimento, isto é, a internacionalização de certos processos produtivos (1998, p. 490).

A questão permaneceu sendo debatida durante alguns anos pelo governo inglês, revelando suas intenções em relação ao “mapa cor de rosa”, que correspondia ao território português. Foi assim denominado para representar a pretensão de Portugal em dominar Angola e Moçambique. Ribeiro destaca que:

[...] Portugal juntou a estes tratados uma cláusula pela qual aqueles dois países lhe reconheciam o direito de exercer a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as províncias de Angola e Moçambique. Para melhor explicitação, anexava-se aos acordos um mapa, no qual esses territórios apareciam referenciados de cor-de-rosa, passando desta forma a ser designado como mapa cor-de-rosa. (RIBEIRO, 2009, p. 06).

A documentação apresentada por Portugal não foi aceita pela rainha Vitória da Inglaterra, que contestou o documento, alegando que Portugal não tinha condições para manter a ordem, proteger os estrangeiros e acautelar os indígenas. Diante de tais acusações, Portugal, que não tinha forças para enfrentar a Inglaterra, foi obrigado a ceder. D. Carlos, rei de Portugal, no período de 1863-1908, devolveu à Inglaterra as condecorações britânicas que havia conquistado.

Durante muito tempo, o imaginário português revelou o conceito de nação e de império numa reciprocidade Portugal e ultramar, marcando um imaginário coletivo, que exemplificavam e justificavam a dominação territorial. Hernandez (2008, p. 502) descreve que “o imaginário transcende a mitologia, que, por sua vez, é anterior à História”. As explicações portuguesas fundaram-se nos mitos do “Eldorado” e da “Herança sagrada”; o primeiro apresentava Portugal como Grande Império com missão civilizatória; além disso, é constituído pelo mito da “Divina Providência”, para justificar

a desigualdade social, mas julgavam que trabalhando poderiam se igualar aos outros. O segundo mito, mostrava a África como um continente. De acordo com Hernandez,

[...] constituído por quatro elementos: a crença inquestionável de que as colônias africanas possuíam riquezas; a ideia de que o projeto colonial na África compensaria a perda do Brasil, sendo fundamental para regenerar a nação portuguesa; permitindo-lhe cumprir o seu destino com o estatuto de grande potência; e a ideia, de que, embora fosse uma nação espalhada por vários continentes, manteria sempre sua integridade e sua unidade nacionais. (HERNANDEZ, 2008, p. 503).

Espalhou-se no imaginário coletivo a ideia de que Portugal era uma nação do “povo de Cristo” e que unia vários povos com sua missão cristã, construindo a imagem de um povo escolhido. Segundo Antônio Candido,

[...] o presente se torna mola, instrumento, potencialidade de futuro. Acentua-se a função da produtividade que requer um domínio sistemático do homem sobre a matéria e sobre os outros homens. Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior (1992, p.17).

Nesse sentido, o verdadeiro interesse de todo sistema colonial, segundo Memmi (1966:1977, p. 06), seria:

[...] explorar os recursos naturais do país e a mão de obra nativa pelo mais baixo preço. Manter a colônia na situação de área produtora de matérias-primas e gêneros tropicais e importadora de manufaturas, isto é, de produtos fabricados na metrópole.

Se, por um lado, temos os interesses coloniais, ou seja, do colonizador bem definidos, por outro, os interesses dos colonizados também ficam evidentes. Conforme Memmi (1966:1977, p. 07):

[...] converter a colônia em um país independente, desenvolvê-lo economicamente, incorporar a ciência e a tecnologia modernas, elevar a capacidade aquisitiva e o nível de vida de suas populações, e preservar, tanto quanto possível, a sua fisionomia nacional.

Assim, os interesses do colonizado, desde o princípio, consistiam na independência da nação angolana do domínio português. Porém, enquanto, os interesses do colonizado ganhavam força no imaginário coletivo, os interesses do colonizador permaneciam vigentes. Durante esse período, a negociação portuguesa restringia-se à troca de mercadorias: os europeus entregavam tecidos, joias, porcelana e especiarias que eram provenientes da Ásia, enquanto os africanos trocavam seus recursos naturais, produtos de grande interesse comercial para os portugueses como ouro e ferro e, ainda, escravos da África Oriental.

Já nas primeiras viagens à costa africana, os portugueses começaram a capturar pessoas para serem vendidas como escravos. No início da colonização, como eles ainda não adentravam no continente africano, porque ainda estavam reconhecendo o território e registrando a geografia, faziam negócios com pessoas às margens oceânicas e aproveitavam a oportunidade para capturá-las. Além do comércio com os nativos da costa africana, os portugueses também apresentavam outros argumentos para justificar a escravidão de pessoas vindas da África, entre eles o de que os povos africanos eram seguidores de Maomé, sendo “infiéis a Deus” e, por isso, poderiam ser escravizados e submetidos a diversos castigos. Entretanto, esse argumento não era seguido à risca, pois aqueles que não seguiam os mandamentos de Maomé também eram escravizados, porque eram considerados pagãos, já que também não seguiam o cristianismo. Dessa forma, então, com a escravidão, os portugueses justificavam que estavam salvando essas pessoas.

O número de escravos era tanto que Portugal passou a financiar as expedições com a venda “dessa mercadoria” que não lhe custava nada, porém logo passaram a encontrar resistência dos africanos, que viam as embarcações desconhecidas como ameaçadoras. Era sinal de perigo para o povo africano e então, atacavam as embarcações com “flechas envenenadas e caramuças” dificultando o comércio de escravos e de mercadorias como ouro, peles, pimenta e outros. Vale dizer que, por onde os portugueses passavam e começavam a fazer comércio, iam construindo fortes que armazenavam mercadorias e que eram os centros de comércio. Esses fortes eram protegidos por “senhores locais”, pessoas que trocavam mercadorias com os portugueses, entre as mercadorias, os escravizados.

[...] o envio de escravos africanos para a América foi, sem dúvida, um dos maiores movimentos populacionais da história e a maior migração por mar antes da grande emigração europeia, também para as Américas, que se desenvolveu justamente na medida em que o tráfico de escravos no Atlântico conheceu seu fim. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p. 49).

O tráfico de escravos em Angola ocorreu atrelado a outros acontecimentos naturais e ou sociais, que marcaram profundamente a população nativa angolana como: a seca, a fome e as doenças consideradas tão ou mais importantes do que o tráfico de escravos. As populações afetadas não se deram conta do número de pessoas que desapareceram do convívio social em função do tráfico de escravos.

Milhões de escravos africanos entraram no Brasil até o século XIX, vindos da Guiné, Angola e Moçambique em três grandes levadas, de acordo com a procedência predominante – da Guiné, no século XVI, de Angola, no século XVII e da Costa do Ouro (ou Costa da Mina, para os portugueses), no século XVIII. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p. 51). Essa forma de comércio proporcionava a construção de igrejas e palácios em Portugal, além de manter o luxo da corte portuguesa:

[...] Por ironia, um continente subpovoado foi o grande exportador de pessoas em troca de mercadorias. Hoje, o continente procura superar os efeitos do imperialismo e do colonialismo, característicos do século XIX, e da interrupção de seu desenvolvimento espontâneo. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p.17).

No século XVII, Portugal começou a perder o monopólio para nações como Holanda, Inglaterra, França e Espanha, que passaram a navegar os oceanos Atlântico e Índico e, conseqüentemente, a habitar as costas africanas. A partir daí, Portugal passou a se fixar em alguns lugares da África. Embora, esses locais apresentassem uma população predominantemente africana, ou seja, os nativos prevaleciam, eles eram forçados à subordinação portuguesa. O impacto do tráfico de escravos nas sociedades africanas marcou o imaginário do povo africano.

[...] O impacto do tráfico de escravos variou de região para região da África negra. No que se refere ao tráfico atlântico, quase todos os escravos foram levados da costa ocidental, local onde os europeus haviam estabelecido de forma mais consistente suas relações comerciais. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p. 50).

É importante destacar que todas as regiões foram afetadas pelo tráfico de escravos, algumas com baixa significativa no número de pessoas, outras, que tinham condições de resistir aos danos causados pelo comércio de escravos.

[...] os casos de Angola e do Congo demonstraram que algumas das populações afetadas não viram seu número diminuído, ou que os efeitos combinados da seca, da fome e das doenças foram tão ou mais importantes do que o tráfico de escravos. Contudo, a exportação de escravos para outras partes do mundo foi um fator importante para as transformações na África. (PEREIRA A. In VISENTINI, 2014, p. 50).

Compreende-se, que, além do comércio de escravos, outros fatores que ocorreram na época impactaram em Angola. Contudo, “foram os efeitos do imperialismo e do colonialismo do final do século XIX que deixariam mais profundas as feridas no continente africano” (PEREIRA A. apud VISENTINI, 2014, p. 50). Com isso, partindo da ideia de que os papéis sociais entre colonizador e colonizado foram estabelecidos em um sistema colonial, cabe-nos aqui, traçar a distinção entre colonial,

colonizador e colonialista. Segundo Memmi (1996:1977, p.26) “o colonial seria o europeu vivendo na colônia, porém sem privilégios”. Em Angola, a figura europeia colonial não existiu, dado que os europeus das colônias eram privilegiados. O colonizador é privilegiado, os pequenos colonizadores são distantes dos colonos, porque defendem os privilégios coloniais. O colonialista é pessoa partidária do colonialismo.

1.8. Angola: um país em reconstrução

Após séculos de colonização, iniciada em 1483 até 1975, Angola presencia novas perspectivas em relação ao futuro do país. Entretanto, para o povo angolano, essa conquista deixou marcas no imaginário, na identidade, nas relações sociais e, principalmente, na memória discursiva daqueles que participaram do processo de emancipação do colonizador. Sendo assim, o processo de independência contou com vários conflitos entre portugueses e angolanos, prorrogando o estado de guerra instalado no país.

Assim, até 1961, muitos movimentos organizados por partidos e grupos políticos contra o regime de colonização reivindicaram a liberdade angolana, porém todos os pedidos foram negados por Portugal. Diante de tal contexto, em 1961, ocorre a Guerra do Ultramar, em que movimentos militares sem reconhecimento oficial do regime ditatorial português, (pois eram considerados como atos terroristas), buscavam a libertação do território angolano.

Convém salientar que, entre as colônias portuguesas, Angola foi a última colônia a conquistar a independência. No cenário rumo á independência, três movimentos populares de libertação de Angola se destacaram: **O Movimento Popular de Libertação de Angola** (MPLA⁴), liderado por Agostinho Neto com o apoio da URSS; a **União Nacional de Independência Total de Angola** (UNITA,⁵), com o comando de

⁴ O Movimento Popular de Libertação de Angola surgiu em 10 de dezembro de 1956, como resultado da fusão de outros partidos e organizações que já existiam: PLUAA (Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola), MIA (Movimento para a Independência de Angola), MINA (Movimento pela Independência Nacional de Angola) e o PCA (embrião do efêmero Partido Comunista de Angola). Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Ambundus. Conquistou o poder assim que Angola tornou-se independente, tornando-se Partido Único de orientação marxista – leninista, mas abandonou tal modelo político, social e econômico em 1991, quando passou a adotar o sistema multipartidário e a economia de mercado. Até hoje permanece no poder.

⁵ União Nacional de Independência Total de Angola, o último dos três grandes movimentos angolanos a ser fundado (13 de março de 1966). Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de regionalismo quando trabalhavam juntos. Sua base de sustentação provém dos povos Ovimbundu, do Planalto Central angolano, principal grupo étnico de

Jonas Savimbi, o qual recebia proteção da África do Sul e dos Estados Unidos e ainda, a **Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA⁶)**, com a direção de Holden Roberto e assistência do Zaire, antiga República do Congo. Sendo assim, reiteramos que os movimentos de libertação de Angola receberam diferentes apoiadores, ou seja, países com ideologias e identidades diferentes apoiavam os movimentos instalados em território angolano.

Entretanto, apesar de instalada a luta pela independência de Angola, os três movimentos não eram unidos, tampouco, discutiam as estratégias de guerra rumo à liberdade. Nessa esteira de pensamento, Hernandez (2005, p. 578) destaca que “(...) esses movimentos não se uniram, dadas as divergências ideológicas e os seus projetos políticos conflitantes e, muitas vezes, opostos, levando os militares, por vezes, a lutar mais entre si que contra o governo português”. O que leva a reflexão de que, diante de tal cenário conflituoso, a falta de união para discutir estratégias de guerra e a falta de organização política entre os movimentos de libertação os tornavam frágeis perante o exército português que se apresentava de forma mais organizada.

Além disso, convém ressaltar que “por ser o movimento mais antigo, o MPLA também foi o primeiro a iniciar as ações revolucionárias de luta pela independência de Angola” (VISENTINI, 2012, p. 51). Com isso, é importante destacar ainda que, se, por um lado, os movimentos de libertação de Angola não se entendiam, possibilitando a extensão dos conflitos armados no espaço angolano, por outro, a pressão exercida por Portugal oprimia cada vez mais a população angolana, que ficava, ainda, mais pobre e segregada, deixando claro para os angolanos quem estava no comando do País.

Dessa forma, o governo português inicia “a repressão aos manifestantes do MPLA em Luanda, com a prisão e envio de membros do movimento para Cabo Verde” (op. cit. 51). E, para que isso fosse entendido por todos os cidadãos angolanos, o governo português estabeleceu medidas nas quais “o governo da colônia reagiu reiterando as restrições aos africanos para o exercício de cargos públicos, sublinhando a

Angola. Esse movimento lutou no conflito armado contra o governo até 2002 de forma quase ininterrupta e ganhou muita força após a independência de Angola.

⁶ A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) é um movimento político fundado em 1954, com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA), assumindo em 1958 o nome de União das Populações de Angola (UPA). Em 1961, a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA.

superioridade da ‘raça branca’ e estendendo o preconceito racial aos mestiços ‘civilizados’”. (HERNANDEZ, 2005, p. 574).

Entretanto, o fato de o governo português enviar os manifestantes para Cabo Verde não teve a repercussão esperada, pois “essas ações do governo português, contraditoriamente, representaram a primeira vitória política do movimento, já que lhes deram oportunidade de reconhecimento e publicidade” (VISENTINI, 2012, p. 51). Além disso, possibilitou aos presos o contato com outros detentos políticos, tanto de Angola quanto em outras colônias, tornando oportuna a troca de experiências.

Contudo, a prisão de Agostinho Neto, um dos apoiadores do MPLA, em junho de 1960, desencadeou uma das primeiras manifestações angolanas de enfrentamento ao sistema colonial português, de tal modo que o movimento planejou diversos ataques que “teve continuação com a insurreição de Luanda em fevereiro de 1961, que consistiu em ataques de populações das favelas- muitas delas ligadas ao MPLA- às principais prisões da capital, numa tentativa de libertar presos políticos” (VISENTINI, op. cit.),

Tais ataques não foram bem-sucedidos e os integrantes do MPLA sofreram terríveis retaliações de Portugal: aqueles que sobreviveram em Luanda refugiaram-se na floresta de São Salvador e Dembos, onde conseguiam organizar e realizar atividades militares. Perante esse contexto de hostilidade e desigualdade, os grupos do movimento de libertação de Angola não eram compostos apenas por militares, mas também por pessoas sem preparação militar e que se tornaram soldados armados tendo em vista a independência do país. É relevante salientar ainda que os grupos de movimentos para a libertação de Angola MPLA, FNLA e UPA⁷ apresentavam diferenças em relação aos objetivos, às questões ideológicas, culturais e religiosas, ou seja, cada grupo lutava com uma perspectiva ante o exposto pelas medidas portuguesas.

Ressaltamos que tal cenário só começa a mudar quando o Partido Comunista de Angola se estabiliza como força ativa em busca da independência e se transforma no Movimento pela Libertação de Angola (MPLA). Hernandez, ao descrever o partido, destaca:

[...] à base de apoio do MPLA, foi, na sua maior parte, constituída por operários de Luanda e de outras cidades em expansão, mais ao sul, como

⁷ União das Populações ao Norte de Angola

Benguela e Huambo, contando com um significativo apoio dos quimbundos. (...) passando a contar de forma sistemática com o apoio do PAIGC e de outros partidos políticos; de países como Gana e Guiné- Conacri, por exemplo; de organizações supraterritoriais; de países socialistas europeus como URSS e Iugoslávia; e, anos mais tarde, 1965, de um país americano, Cuba, que enviou cerca de 7 mil homens para a frente de combate (HERNANDEZ, 2005, p. 576).

Assim, reiteramos que, a partir de 04 de fevereiro de 1961, os conflitos em Angola se intensificaram. O MPLA com o apoio de Cuba e da URSS, atacou o sistema penitenciário de São Paulo, em Luanda, além de uma esquadra da polícia, com a finalidade de libertar presos políticos, deixando sete policiais mortos. Porém, enquanto o MPLA desenvolvia uma ação, a UPA (União das Populações ao Norte de Angola) desenvolvia diversos ataques contra a população branca angolana ou portuguesa, propiciando o caos na capital do país.

Desse modo, vale frisar que, a partir de 1961, os conflitos em Angola se intensificaram com diversos massacres nas regiões de São Salvador e Dembos, nos distritos coloniais de Luanda, Kwanza Norte e Uíge, além de várias fazendas e de postos administrativos da polícia angolana. Todos esses fatos ocorridos, na época, foram atribuídos ao UPA, ocasionando em uma perseguição aquele grupo pelo exército português durante meses. Dessa forma, o exército português tinha a tarefa de exterminar todos os movimentos de libertação da colônia.

Vale mencionar ainda que os movimentos de independência de Angola começaram a se estruturar na década de 1950 do século XX, ganhando mais força na década seguinte. Em consonância com Padovani (2017), apontamos que a independência de Angola suscitou o movimento nacionalista no início dos anos 1950, repercutindo posições da Guerra Fria, internacionalizando o processo de luta angolano. Em 11 de novembro de 1975, Angola se tornou independente de Portugal. Seu primeiro presidente foi Agostinho Neto, dirigente do MPLA, tendo como partido opositor a UNITA.

1.9. A Literatura Angolana

O processo de descolonização marcou o imaginário e a memória de muitos angolanos. As histórias do período colonial, os movimentos de resistência e os reflexos desses acontecimentos surgem na literatura, como marcas e cicatrizes que permanecem no corpo e na memória de muitos indivíduos. Com o fim do período colonial e o período de conflitos internos, o país passa a vivenciar uma literatura denunciadora das

ex-colônias portuguesas. Assim, percebe-se nas literaturas lusófonas africanas, que o fim do período colonial português não significa a morte definitiva do colonialismo, pois não enterra todos os traços deixados durante os anos de ocupação.

Convém destacar que com o fim do regime colonial em Angola vê-se que as heranças deixadas por séculos de colonização se constituíram em uma nacionalização das heranças, demonstrando a relação entre colonizador e colonizado, revelando ecos do passado que ainda reverberam nesses territórios lusófonos. Essa relação imbricada e híbrida que ocorreu em contexto histórico-social aponta que a história de Angola começa a ser recontada pela literatura e por seus historiadores, pois os seus textos são uma revisão do processo histórico, o passado contado pelo olhar do colonizado.

Dessa forma, a literatura angolana constitui um elo simbólico e imaginário entre Europa, América e África, sendo fonte de demonstração de questões culturais, sociais, políticas e econômicas em espaço lusófono. Assim, a literatura angolana reflete as ansiedades e manifestações do povo, mostrando a influência ocorrida em espaço lusófono angolano sobre fatos de caráter social, cultural e estético. Para Fonseca (2003, p. 63):

[...] as literaturas africanas de expressão portuguesa desenvolveram mecanismos para recuperar uma tradição que fora sufocada pelo colonialismo. Entre eles, identifica-se a acentuada tendência de retomarem as representações do velho, o guardador da memória do povo, e com ela compreender peculiaridades da cultura ancestral evidenciada em projetos de nação e de nacionalidade, assumidos como plataforma das lutas pela independência, nos espaços africanos de língua portuguesa.

Com isso, compreende-se que o espaço literário faz parte da sociedade lusófona, pois a literatura não se fecha em si mesma, confundindo-se com a sociedade comum. Segundo Chaves, a literatura foi:

[...] profundamente marcada pela História, a literatura dos países africanos de Língua Portuguesa traz a dimensão do passado como uma de suas matrizes de significado. A brusca ruptura no desenvolvimento cultural do continente africano, o contato com o mundo ocidental estabelecido sob a atmosfera de choque (2005, p. 45).

Diante disso, a literatura angolana reflete as ansiedades e manifestações do povo, mostrando a influência de antecedentes e fatos de caráter social, cultural e estético.

[...] a literatura, [...], é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma 'comunicação' (CANDIDO, 2011, p. 147).

Sabe-se que as relações humanas não são estáveis, pois variam de acordo com as necessidades de contexto social. Em sociedades em que a tradição da oralidade carrega expressões culturais como em Angola, há uma influência na literatura, revelando uma identidade cultural. Para Chaves (1999, p. 65), o romance:

[...] incorpora marcas do momento em que o desenvolvimento socioeconômico provoca fortes mudanças culturais, mexendo no cotidiano daquelas populações fixadas em torno de Luanda e das localidades próximas, situadas nas atuais províncias de Icolo e Bengo, Malange e Kuanza Norte.

Segundo Chatelain (apud ERVEDOSA, 1979, p.9-10), a literatura tradicional angolana é dividida em seis categorias:

[...] a primeira são todas as histórias tradicionais de ficção, caracteriza-se pelo maravilhoso, tem como objetivo o entretenimento; a segunda são as histórias consideradas verdadeiras, objetivam instruir para futuras emergências; a terceira são as crônicas da tribo ou nação, relatam, geralmente, os segredos de estado, são guardadas e transmitidas pelos chefes e anciões de cada unidade política; a quarta são os provérbios, as narrativas trazem questões da filosofia e da moral, algumas narrativas são explicações de provérbios; a quinta é a música e a poesia caracteriza-se pelo épico, bélico, dramático, satírico e religioso; a sexta e última é representada pelas adivinhas, são utilizadas para passatempo e divertimento.

Com a categorização de Héli Chatelain (apud ERVEDOSA, 1979) sobre a literatura angolana, outros pesquisadores, passaram a estudar as literaturas produzidas em território angolano. Em 1948, intelectuais angolanos – negros, brancos e mestiços – lançaram, em Luanda, o brado “Vamos descobrir Angola”, que apresenta, como objetivo, romper com o tradicionalismo cultural imposto pelo colonialismo; debruçar-se sobre Angola e sua cultura, suas gentes e seus problemas; atentar-se para as aspirações populares, fortalecendo as relações entre literatura e sociedade; conhecer com maior profundidade o mundo angolano em que eles faziam parte, mas que não figurara nos conteúdos escolares aos quais tiveram acesso. Tal propósito fica claro nas palavras de Ervedosa (1974, p. 107), “o vermelho revolucionário das papoilas dos trigais europeus encontraram-no, os poetas angolanos, nas pétalas de fogo das acácias, e a cantada singeleza das violetas, na humildade dos ‘beijos-de-mulata’ que crescem pelos baldios ao acaso”. O autor destaca, ainda, que, “a metrópole portuguesa teve sempre a política de misturar as diferentes etnias para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma região”.

1.10. Moçambique

Moçambique passou a ser visitada pelos portugueses entre os anos de 1497 a 1499, pelo navegador Vasco da Gama, dando início ao processo de colonização territorial. Segundo Lopes (2004, p. 109), “o contacto foi feito de forma oficial através do estabelecimento de feitorias para controlar o comercio”. Além disso, o país apresentava características peculiares aos países africanos. Nas palavras de Fernandez,

[...] os povos falando línguas diferentes, com tradições religiosas e noções de propriedade distintas, valores diversos e vários modos de hierarquização de suas sociedades, articulando-se e rearticulando-se de acordo com seus próprios interesses, resultado em organizações políticas várias que ora entravam em disputa, definindo o Ascenso ou declínio de grandes impérios (Fernandez, 2005, p. 592).

Essas tradições foram transmitidas de geração em geração por intermédio da oralidade, fator predominante na cultura moçambicana, durante a colonização. De 1930 até 1975, ano da independência, Moçambique estava envolvida com o projeto português prestador de serviços à África austral, através das estradas e portos da beira e de Lourenço Marques, atual Maputo, capital do país. Entretanto, o projeto português de prestador de serviços, não impediu que nos anos de 1950 a 1960 intensificassem os movimentos de libertação dentro e fora do território moçambicano, que buscavam alternativas para a separação do sistema colonial, começando com o surgimento de manifestações políticas e protestos contra a imposição do governo colonial português.

Depois de várias guerras e negociações, em 25 de setembro de 1975, através do Acordo de Lusaka, Moçambique foi declarada independente de Portugal. Com a independência, Moçambique adotou como língua oficial a portuguesa, embora, conforme declara Lopes (2004):

Moçambique é um país multilíngue e multicultural (não apenas multi-étnico). Para além do português que é a língua oficial, e das línguas asiáticas (como Gujarate, Memane, Hindi e Urdu) que são também línguas faladas nativamente por vários moçambicanos, a grande maioria das línguas faladas em Moçambique pertence ao grupo bantu. Estas são línguas indígenas e constituem o principal estrato linguístico, tanto com respeito ao número de falantes como em termos da distribuição das línguas pelo território. (LOPES, 2004, p. 18).

Na atualidade, a língua portuguesa está nos meios de comunicação, nos documentos oficiais e na escolarização. Assim, a língua portuguesa é a herança do colonizador, apresentando dois aspectos: busca à identidade nacional, à unificação política e comercial perante outros países; fenômeno social em que a língua passou a ser

elemento de distinção, de separação da população moçambicana entre aqueles que falam a língua oficial do país e os que falam a língua de seus ancestrais, possibilitando um distanciamento em alguns lugares da tradição oral e o código da escrita.

Convém destacar, então, que a língua portuguesa em Moçambique tem como função a comunicação e a codificação estética e ideológica histórica, sendo propagada e divulgada por meio de programas televisivos transmitidos para toda nação, escola, imprensa, jornais e revistas escritas e eletrônicas, tais veículos de comunicação funcionam como suporte para a língua portuguesa na modalidade “cultura ou padrão”, próxima do ideal português. Na sociedade contemporânea a língua está presente e é utilizada de forma ‘mais leve’, ou seja, mais próxima da oralidade por vários moçambicanos nas redes sociais como: Facebook, WhatsApp e outros.

A literatura moçambicana apresenta forte ligação com a modalidade oral, dando lugar à interlocução. Pode-se dizer que a modalidade oral é a base da tradição moçambicana. A literatura brasileira conforme relata o escritor moçambicano Mia Couto em entrevista na USP, São Paulo, funciona como fonte inspiradora para os moçambicanos, principalmente, durante o período de forte repressão portuguesa em que o acesso aos livros era escasso. A autora Chaves (2003 p.151) diz que isso se dá devido ao *desejo de aproximação com os setores populares, os movimentos de procura referente nacional entre nós foram pontos apanhados pelos escritores africanos empenhados na constituição de sua identidade cultural*, ao se valorizar a língua falada valorizam-se os falantes de língua portuguesa de países africanos.

A literatura traduz Moçambique como um país segregado, em que existe uma separação muito rígida em relação aos espaços socioculturais. Entretanto, assim como o Brasil, Moçambique é um país que abriga a cultura do nativo e a cultura do colonizador que interagem e se modificam constantemente. A independência moçambicana possibilitou ao país a esperança de um novo tempo; conseqüentemente, houve uma preocupação com as exigências literárias, o que causou maior preocupação com a linguagem. Ressalte-se que a riqueza moçambicana está justamente na grande diversidade cultural do país, com aproximadamente 23 línguas nacionais em sua extensão, o que pode implicar o mesmo número de culturas, cada uma com suas peculiaridades próximas ou distintas umas das outras. Nesse contexto linguístico diversificado a língua portuguesa estabelece uma unidade comunicativa discursiva.

Convém destacar que, quando os colonizadores portugueses chegaram no continente africano, em especial, em Moçambique, depararam-se com um lugar cheio de histórias construídas por milênios e que eram transmitidas para as gerações seguintes oralmente: o território moçambicano apresentava uma grande diversidade étnica e cultural. A invasão portuguesa se deu no final do século XV e início do XVI, quando os portugueses se instalaram em vários pontos da costa africana, que vieram a servir de base às rotas comerciais marítimas para a Ásia, ao mesmo tempo, que servia de rota para o tráfico de escravos para o Brasil. Sendo assim, a colonização ocorreu com interesse na exploração de escravos, fato que transformou e marcou a sociedade moçambicana durante séculos.

O processo de colonização deixou marcas profundas que somente depois do processo de descolonização, os ex-colonos puderam perceber com maior clareza as diferenças culturais e históricas entre eles: colonizador e colonizado. Com a dominação territorial, além das influências culturais e ideológicas, o território moçambicano se viu diante da miscigenação, que possibilitou segregação racial por parte dos portugueses e dos moçambicanos.

Após a partilha do continente africano entre as nações europeias, os homens africanos deixaram de ser escravos para serem explorados em sua própria terra, com salários bem mais baixos do que os homens brancos, exercendo a mesma função. A partilha entre os países interessados na África se deu no século XIX. Foi nessa época, porém, que Portugal se voltou para uma ocupação mais efetiva dos territórios que estavam sobre seu controle político. Alguns fatos ocorridos na época contribuíram para isso: a independência do Brasil (1822), o fim do tráfico de escravos em 1850 e a partilha da África feita por alguns países europeus, sendo que a França e a Inglaterra ficaram na frente com maior porção territorial.

Assim, por meio da aliança com a Inglaterra, foi possível o reconhecimento do direito de Portugal em manter seu domínio sobre os territórios de Angola, Moçambique, Guiné (hoje Guiné-Bissau), além das ilhas de São Tomé e Príncipe e do arquipélago de Cabo Verde. Porém, depois da Segunda Guerra Mundial, e, conseqüentemente da independência da Índia da Inglaterra em 1947, desencadeou um amplo processo de descolonização da Ásia e da África, com maior intensidade na década de 1960.

Como Portugal resistiu ao processo de descolonização, tentando manter seu espaço colonial no continente africano, a consequência foi uma longa e penosa guerra com os movimentos africanos que lutavam pela independência daqueles territórios. Após a queda do regime fascista, em 1974, o governo português encaminhou o processo de descolonização das colônias, transferindo o poder político às lideranças dos movimentos de libertação.

As guerras ocorridas em busca da libertação foram inspiradas no colonizador, *a luta pela independência libertou os povos da Ásia e da África da dominação política europeia, mas deixou surgir um novo sujeito histórico sobre a cena política: o estado Nacional* (Canêdo, 1996, p. 5), isso ocorreu pela busca de se atingir uma identidade nacional que não seja a do colonizador. A mão de obra dos colonos era usada na construção de ferrovias, estradas, canais e portos para fazer o escoamento dos minérios e produtos a serem manufaturados, a retirada era feita sem pensar na população local, uma vez que tudo era em benefício do país colonizador.

Para conceber a língua portuguesa como oficial vários fatores foram levados em consideração, tais como: o fato do português ser a única língua naqueles territórios a ter uma tradição escrita, o que foi visto como fator indispensável para a nova nação, seja ela para o contato cultural de longo alcance, seja para a criação de um sistema educacional democratizante; a possibilidade de estimular a difusão de uma língua não regional que favoreça a integração das diferentes etnias, cada uma com sua própria língua, compondo a sociedade de um daqueles países, a relativa projeção internacional do português, o que facilita a comunicação comercial com outros países, o interesse em estreitar as relações com o Brasil, uma vez que o país tem profundas raízes africanas e grande população brasileira afrodescendente.

1.11. Literatura moçambicana

A literatura representa um papel importante em Moçambique na criação de um estado novo, na conscientização política e cultural, na formação de uma identidade nacional, com fortes ligações nos movimentos de descolonização e de emancipação do período pós-guerra. A conceituação de literatura moçambicana, segundo Fátima Mendonça, é:

[...] o conceito de literatura moçambicana (literatura nacional) é por isso mesmo uma categoria em construção e para cuja definição convergem

praticamente todos os elementos que, de uma forma dispersa, tem sido apresentado por autores diversos sob a forma de dominantes.” (1995, p. 35).

A literatura moçambicana tem forte ligação com a modalidade oral, dando lugar à interlocução, pode-se dizer que ela é a base da tradição moçambicana. Outro fator de influência na literatura moçambicana é a literatura brasileira, que segundo Chaves (2003 p.151), isso se dá devido ao “desejo de aproximação com os setores populares, os movimentos de procura de referência nacional entre nós foram pontos apanhados pelos escritores africanos empenhados na constituição de sua identidade cultural”, assim, a valorização da língua falada é uma forma de valorizar os costumes e tradições moçambicanas.

Entre as diversas questões abordadas pela literatura produzida em Moçambique, existe a de um país segregado, com separação rígida dos espaços socioculturais. Moçambique é um país que, assim como Angola, abriga a cultura do nativo e a cultura do colonizador que procurou se impor, como melhor ou superior à cultura nativa.

Em virtude de um distanciamento temporal e maturação literária, Moçambique apresenta dificuldade na sistematização de período literário. Sabe-se que alguns autores já escreviam antes da independência moçambicana. Entretanto, estudiosos da área apontam que o fim da II Guerra Mundial e as eleições presidenciais de Portugal em 1948 foram o marco inicial da produção literária moçambicana, pois,

[...] durante cerca de 20 anos (até 1963), a literatura moçambicana alcançará a autonomia definitiva no seio da língua portuguesa (...). Sem demasiadas preocupações cronologistas, podemos, para facilitar a perspectiva temporal e ancorar os textos marcantes a um quadro, algo referencial, estabelecer, todavia, os anos do pós-guerra, de 1945-52, como decisivos para uma nova literatura moçambicana (LARANJEIRA, 1995, p. 258:259).

A partir da criação desse marco, a literatura moçambicana ficou em evidência, passou a revelar um território com uma cultura e uma história que ficaram esquecidas e ignoradas durante o período de colonialismo. Assim, o negro, a mãe África e a natureza viraram protagonistas em textos literários. O negro passou a ser visto com definições humanísticas, cultural e social, fatores que antes eram representados na literatura colonial de forma preconceituosa, pois eram caracterizados como seres humanos sem cultura, sem história, sem alma e sem sentimentos.

A literatura moçambicana trata de questões sociais como a exploração e a segregação, expondo situações de humilhação e preconceito, denunciando o

autoritarismo do Estado colonial, a opressão exercida pelas instituições de poder, o aparelho ideológico e as forças produtivas em jogo, fazendo da literatura espaço de crítica e resistência.

1.12. As políticas de assimilação e de diferenças em Angola e Moçambique

O período colonial nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique, sem dúvida, foi marcado pelas diferenças sociais entre colonizados e colonizadores. É importante dizer que a política colonial portuguesa consistia em assimilação ou diferenciação em relação aos angolanos e moçambicanos. A política de assimilação cultural ou social se compreendida como um processo no qual pessoas ou grupos de pessoas se apropriam de características culturais de outro grupo social.

É importante frisar que tais pretensões portuguesas quanto à assimilação tenha como base algumas premissas: libertar os indígenas da barbárie e transformá-los em seres mais evoluídos com os ensinamentos da modernidade, levando-os à apropriação dos saberes da civilização europeia, sendo esse o grande objetivo da missão colonial. Assim, a colonização de Angola e Moçambique justificava-se por dois motivos: pela necessidade de exploração de novos territórios e para que houvesse “uma acção civilizadora sobre as pessoas” (ALEXANDRE, 2004).

Dessa maneira, nas colônias portuguesas a política cultural de assimilação defendia e enfatizava os princípios tradicionais das histórias portuguesas com a finalidade de “converter gradualmente o africano em europeu, o que significava que a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformadas” (HERNANDEZ, 2008, p. 104). A assimilação nas colônias portuguesas consistiu em uma mudança gradual por meio “do ensino na língua da metrópole, aliás a única oficial; da religião e da moral que seriam cristãs; dos costumes, das tradições e dos modos de vida ligados à pátria europeia e não ao passado africano; e da divisão da sociedade em “civilizados, assimilados e indígenas” (HERNANDEZ, op. cit.).

Nessa linha de pensamento, vale a pena destacar que o processo de assimilação cultural nas colônias portuguesas estava “consolidado” quando novos membros da sociedade se tornaram irreconhecíveis em relação aos costumes e tradições das raízes africanas. Entretanto, esse processo de assimilação pode se tornar complexo, pois nem

sempre o colonizado deseja assimilar a cultura do colonizador, uma vez que preferem defender a cultura e os costumes próprios de seu povo.

Convém destacar que o fato de não haver uma escolha por parte dos angolanos e moçambicanos de assimilação, já que optam por defender as raízes africanas, pode trazer diversas dificuldades quanto à integração na sociedade. Entre as consequências, têm-se: a marginalização e a rejeição por parte da população, além da falta de oportunidades para estudar ou ocupar uma posição reconhecida em repartições públicas ou privadas.

Assim, reiteramos, que em Angola e Moçambique tanto a separação quanto a segregação das classes sociais que favoreciam os portugueses permaneceram durante todo o processo de colonização, levando os nativos a se organizarem e reagirem, porque contra as imposições portuguesas. Dessa forma, as restrições a cargos nas repartições públicas eram reservadas para os portugueses ou assimilados, aumentando ainda mais as diferenças sociais em ambos os países. Sobre isso, ou seja, a política de assimilação Hernandez (2005) discorre que:

[...] as restrições aos africanos para o exercício de cargos públicos, sublinhando a superioridade da “raça branca” e estendendo o preconceito racial aos mestiços. Nessas circunstâncias a distinção entre europeus e “assimilados”, consagrada em 1929 com o sistema segregacionista do “indigenato”, afastava legalmente os povos africanos dos cargos da administração colonial. A competição entre colonizadores e colonizados se acentuou desencadeando hostilidades e frequentes situações de conflito (HERNANDEZ, 2005, p. 574).

Dessa maneira, os assimilados desfrutavam dos direitos políticos e “contavam com representações no Conselho-Geral, também chamado de Conselho do Governador” (HERNANDEZ, op. cit). Já os “civilizados” usufruíam de igualdade em relação aos direitos políticos perante a metrópole europeia.

Contudo, a maioria da população era submetida ao Estatuto do Indigenato, com o qual se estabeleciam formas compulsórias, como trabalho forçado e obrigatório, além da fiscalização das condições de vida do africano e a aplicação de castigos corporais. No entanto, teoricamente, todos os africanos podiam alcançar a condição de assimilado, já que era regulamentado por decreto no qual apresentava de forma enumerada os requisitos necessários para tal condição. Entre os requisitos previstos destacamos:

[...] 1º - saber ler e escrever a língua portuguesa; 2º - possuir os meios necessários à sua subsistência e à das suas famílias; 3º - ter bom

comportamento atestado pela autoridade administrativa da área em que reside; 4º - diferenciar-se pelos seus usos e costumes do usual da sua raça. (MARQUES, 1986, p. 525).

Diante do exposto, nota-se que o próprio processo de assimilação dentro das perspectivas europeias utilizava um mecanismo que possibilitava a incorporação de um número pequeno de africanos à categoria de assimilado. Dito de outra maneira, com a ascensão dos africanos a categoria de assimilado se tornava mais coniventes com os propósitos e a ideologia do colonizador, fazendo com que ficasse cada vez mais evidente a segregação.

1.13. Literaturas Lusófonas

A palavra literatura que designa textos literários, com o passar do tempo passou a ter outra significação e importância na sociedade. A literatura passou a ser um conjunto de textos literários de um determinado país, apresentando as características econômicas, políticas, culturais e sociais daquela região. A produção literária é base comunicacional e possui função social, acompanhando as transformações socioeconômicas por que vão passando as sociedades; é por meio da produção literária que as expressões, os significados e os relatos se formam, possibilitando o aparecimento da literatura.

A literatura lusófona produzida em países que falam Língua Portuguesa, aborda como perspectiva determinado momento histórico social, apresentando uma espécie de consciência social do contexto em que as narrativas se originam e mantêm relações únicas e particulares. Dessa forma, as obras literárias utilizadas na pesquisa, se apresentam como documento histórico, pois dão forma a questões provenientes e com forte ligação com a História.

A escrita literária caracteriza-se como projeto discursivo revelador de questões sociais e históricas de seu tempo, como guerras, catástrofes, crenças, a cultura do outro, sua cultura ignorada, as vozes abafadas, terras tomadas etc. Assim, a literatura, como discurso, “pode ser comparada a uma rede de lugares na sociedade, mas não pode encerrar-se verdadeiramente em nenhum território”. (MAINGUENEAU, 2006, p.92).

Sendo assim, a literatura deve ser entendida e compreendida pelas relações que estabelece tanto no ato da escrita quanto no da leitura: relação entre leitor, autor, texto e contexto, por meio da seleção lexical, pelo processo de construção de significados, pela

identificação com a linguagem, pelas diferentes conexões entre textos e contextos. Para Roland Barthes (1988), o intertexto é infinito, apresentando um binarismo em que estão presentes um contexto histórico social e linguístico em pleno desenvolvimento, que dá origem ao estatuto documental e de identidade na literatura em seu tempo.

A propósito dessas afirmações, fazer parte do campo literário não significa “ausência de todo lugar, mas, como dissemos uma negociação entre lugar e não lugar, um pertencimento parasitário que se alimenta de sua inclusão impossível” (MAINGUENEAU, 2006, p.92). Ainda, conforme Maingueneau (1995, p.122):

[...] suporte de um ato de discurso socialmente reconhecido, a obra é enunciada através de uma instituição, no caso, um gênero de discurso determinado que ele próprio, num nível superior, mobiliza essa vasta instituição que é a literatura. As condições de enunciação vinculadas a cada gênero correspondem a outras tantas expectativas do público e antecipações possíveis dessas expectativas pelo autor.

A literatura mobiliza tanto o enunciador quanto o leitor co-enunciador por meio da reconstrução das pistas textuais e da significação da obra durante o processo de recepção textual. É capaz de estabelecer e antecipar relações entre língua, linguagem, história, sociedade e vida, possibilitando um jogo dialético, em que o sujeito revela a interioridade de sua essência, procurando compreender-se e situar-se no mundo, busca entender a sua relação com os outros e sua relação com o mundo. A literatura permite a compreensão da humanidade e como ocorreram fatos históricos em um dado momento. Assim, uma análise da linguagem não pode ignorar a literatura, pois ela faz parte da construção da língua.

A literatura representa a importância da escrita em sociedade, em que funciona como a voz dos povos, difundindo sua diversidade. No século XX, a África viu nascer uma nova literatura escrita em língua portuguesa, somando-se às tradições literárias de Portugal e Brasil, adicionando a experiência e a sensibilidade das populações africanas que falam a língua portuguesa. Assim, a literatura africana constitui um valioso elo simbólico entre Europa, América e África.

Dessa forma, a literatura lusófona funciona para destacar apontamentos ideológicos e culturais do contexto lusófono português, brasileiro, angolano e moçambicano. Além disso, o leitor pode ter diferentes experiências representativas durante a leitura sobre uma realidade que é revelada por meio do discurso literário. A

literatura lusófona é revisitada como um ato de (re)criação da realidade, o que representa uma realidade ignorada, desconhecida, principalmente, a africana.

Neste capítulo, abordamos questões relacionadas ao contexto histórico, social, político e econômico em quatro nações lusófonas: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. Tais aspectos apontados serão utilizados no processo de análise das obras lusófonas que serviram de *corpus* desta pesquisa. Destacamos que apresentamos de forma breve, as literaturas produzidas nas quatro nações, mostrando a importância da língua portuguesa e da linguagem discursiva no processo de escrita dessas literaturas. A linguagem é utilizada para denunciar, apontar questões de relevância social, mas que muitas vezes, são esquecidas.

No próximo capítulo trataremos do discurso literário acerca das possíveis definições e caracterizações à luz dos conceitos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa, apontados por Dominique Maingueneau. Além disso, destacaremos que o texto literário utiliza-se da linguagem para expressar, de forma representativa, determinadas épocas e contextos socioculturais.

Capítulo 2 - O discurso e o contexto histórico e social

A identidade constrói-se caminhando.
José Eduardo Agualusa

(...) as palavras estão tão deliberadamente ausentes quanto as próprias coisas; não há nem descrição de um vocabulário nem recursos à plenitude viva da experiência. Não se volta ao aquém do discurso – lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta; não se vai além para reencontrar as formas que ele dispôs e deixou atrás de si; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso.
(A arqueologia do Saber, Michel Foucault)

No capítulo anterior discutimos questões conceituais sobre lusofonia, e o contexto histórico, político e social de quatro países lusófonos, a saber: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, a partir da segunda metade do século XX, além de adentrarmos no contexto de produção literária desses países. Dito isso, iremos apresentaremos, a seguir, quais questões teóricas e metodológicas serão abordadas neste capítulo. Assim, discorreremos sobre conteúdos relacionados à formação discursiva, memória discursiva, identidade discursiva e multiculturalismo. Tais conteúdos são de suma importância para análise das obras lusófonas, *corpus* de investigação desta Tese.

2.1- O discurso literário e as obras lusófonas

A análise do discurso literário, propõe a utilização de ferramentas discursivas perante ao texto literário, possibilitando maior assimilação desse contexto. O discurso é contemplado como lugar de origem para representação e construção de sentidos nas obras literárias lusófonas. No espaço social o discurso literário conforme ressalta Maingueneau (2006), não procura seu próprio parâmetro, uma vez que não tem o objetivo de refletir sobre suas bases fundadoras.

Assim, a narrativa do discurso literário é apontada como um elemento pelo qual se estabelece a legitimação enunciativa, o que nos leva a pensar que a literatura institui o significado de seu conteúdo como forma de constituição. Em consonância com o que foi dito, o pesquisador reitera admitindo que uma análise do discurso literário “(...) deve levar em conta formas de criação as mais diversas: a literatura se nutre de energia criadora, daquela que leva o escritor a viver através de seu próprio refúgio do mundo, (...) que o coloca no centro dos movimentos da sociedade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20).

Dessa maneira, a análise do discurso literário não está presa às estruturas linguísticas da língua, pois sendo criação artística, exerce poder, representação e significação que são observadas no discurso literário para ampliar a visão sobre os textos literários e seus contextos históricos e sociais de produção. Com isso, o percurso histórico e social guiado pelo discurso literário propicia avanços teóricos que resultam em contribuições para o desenvolvimento dos estudos das relações entre discurso e literatura.

É válido apontar que o discurso literário ocorre mediante critérios amplos, dado que há muitos fatores envolvidos no campo discursivo literário. Esses fatores dizem respeito tanto à estética do texto literário quanto à organização e constituição do discurso literário em contexto histórico e social. Reiteramos que o discurso literário pressupõe a existência de uma estética literária que se traduz numa linguagem poética e metafórica, que corrobora para a manutenção enunciativa em instituição literária, o que nos leva a crer que as manifestações enunciativas indicam posicionamentos estruturados em determinados contextos sociais, que ao serem realizados clamam por legitimidade discursiva.

Assim, o discurso literário se caracteriza como discurso constituinte, na compreensão de Maingueneau (2006), dado que possui sua própria fonte legitimadora. Para tal, o autor discorre que “a ideia de que a literatura seja um discurso constituinte pode surpreender” (MAINGUENEAU, 2010, p. 61). Sendo assim, o discurso literário é capaz de criar condições que o levarão à legitimidade, com o auxílio de uma gama de sentidos produzidos por ele que se dispõem enquanto discursos de origem, consolidados numa cena enunciativa, ou seja, “designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

Além disso, a partir da noção de discurso literário é possível conceituar o fato literário como discurso. Essa possibilidade de referência discursiva transforma “as obras aos espaços que as tornam possíveis, onde elas são produzidas, avaliadas, administradas” (MAINGUENEAU, 2006, p. 43), viabilizando que sejam inseridas em suas próprias condições de produção enunciativa, implicando, entre outras coisas, na posição do escritor perante o campo literário, na relação construída com o destinatário

por meio da obra, nos espaços sociais ligados aos gêneros, nos suportes materiais e nos modos de circulação dos enunciados.

Assim, é importante mencionar que todas essas questões só podem e devem ser abordadas quando se concebe o discurso literário como enunciação e como instituição, ou seja, como condutor de um posicionamento, como prática discursiva de sujeitos atuantes nas produções históricas e sociais discursivas. Desse jeito, Maingueneau (2010), acrescenta que todas as modalidades sociais e históricas da comunicação literária, são consideradas, o que não quer dizer renunciar à necessidade de se apoiar nas ciências da linguagem. Então,

[...] a atividade literária não traça suas fronteiras de maneira indiferenciada com todas as práticas discursivas da sociedade, em que é exercida, mas entretém relações privilegiadas com outros tipos de discursos, que, como ela, pertencem à zona que chamo de discursos constituintes. (MAINGUENEAU, 2010, p. 60).

O discurso literário consegue romper fronteiras enunciativas; com isso observa-se que “(...) o exercício do discurso literário não é, então, a entrada em um mundo onde as obras dialogariam pacificamente. A criação vive desses gestos pelos quais o escritor rompe um fio, sai do território esperado, desloca, desvia, exclui ou ignora, reavalia outras obras.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20).

Isto posto, a análise do discurso literário sugere o exame em torno da obra e dos elementos que participam do “dispositivo de comunicação”;

[...] tudo o que é feito em torno das práticas de leitura e dos quadros sociais e históricos da recepção, das condições materiais de inscrição e de circulação dos enunciados, de discursos produzidos pelas diversas instituições que contribuem para avaliar e dotar de sentido a produção e o consumo de obras literárias (de modo particular, os meios de comunicação e a escola). (MAINGUENEAU, 2006, p. 08).

Além do mais, em consonância com as palavras de Maingueneau (2006), salientamos que uma abordagem discursiva literária não tem interesse em dizer “o que as obras significam, mas em que condições o fato literário é possível, e os textos literários podem abrir-se à interpretação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 323). Nesse postulado, o pensador converge o funcionamento de todo dispositivo metodológico desenvolvido por ele e a assimilação do texto literário.

2.2- Formação discursiva

A análise do discurso de linha francesa apresenta diversos conceitos teóricos, entre eles: a formação discursiva (FD). Desenvolvida, primeiramente, por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (1969; 2013) e aprimorada por Michel Pêcheux (1997). Para o primeiro, o que determina uma FD não é a unidade que tão-somente se encontra entre enunciados, mas um sistema de dispersão que, de certa forma, promove a detecção de regularidades enunciadas:

[...] no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 2013 [1969], p. 47).

Nessa perspectiva teórica, descrever enunciados de um discurso, acarretará, também, em ser capaz de identificar certas singularidades inerentes à dada FD, uma vez que esses enunciados serão vistos dentro de uma “organização” e, que não se confunde com uma grande unidade, mas deverá ser demarcada. Conforme nos mostra Foucault (2013), a análise do enunciado e da FD é estabelecida correlativamente, pois a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva os torna constituintes de uma única e mesma coisa (FOUCAULT, 2013 [1969], p. 43). O autor compreende como FD ou sistema de formação:

(...) um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2013 [1969], p. 86).

Ainda, segundo o autor, “a existência do enunciado é da ordem de uma materialidade repetível que se dirige, segundo uma dimensão, de algum modo vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes” (FOUCAULT, 2013 [1969], p.141). Não se trata, portanto, de descrever a verdade ou o sentido dos discursos, mas, sim, de fazer a sua história, possibilitando um elo estrito com o entrecruzamento do discurso e do não discurso, ou seja, de uma economia dos discursos e de uma produtividade das coisas ditas, visto que se mantém a inseparabilidade entre

vida e pensamento, de práticas institucionais e “enunciados-verdades” e, de toda e qualquer força agenciadora do discurso.

Ocupa-se, dessa maneira, da relação entre continuidade e descontinuidade histórica, numa orientação essencial para a análise dos discursos, implicando em acompanhar o que foi dito naquilo que se refere às linearidades, aos reforços, às reafirmações de um determinado campo do saber, sem exclusão das rupturas discursivas no momento da erupção de outros discursos.

Em suas pesquisas teóricas sobre formação discursiva, Pêcheux (1997) procura investigar o elemento ideológico, pois, para o autor, a ideologia é materializada no discurso. Diante dessa abordagem, a ideologia é vista como constitutiva da linguagem na apreciação de FD. Dito isso, vemos que a formação discursiva está intimamente relacionada à formação ideológica. O autor chegou a essa conclusão a partir da leitura da obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Althusser, explicando sua aproximação com o marxismo. Assim;

[...] chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito”, articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Dessa forma, a concepção de formação discursiva contempla o elemento ideológico, favorecendo e impedindo a cristalização dos sentidos. Para tanto, as formações discursivas pressupõem uma formação ideológica, na qual é possível identificar uma maneira de produção específica que a domina e um estado de relações de classes que a compõe. Sendo assim, Pêcheux e Fuchs (1993) destacam que;

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX e FUCHS, 1993, p. 166).

Dessa maneira, conforme apontam Pêcheux e Fuchs (1993), podemos verificar a presença da heterogeneidade da formação discursiva. Com tais reflexões, os autores comprovam que no interior da FD concorrem discursos advindos de outras formações discursivas, implicando no favorecimento da diferença e da contradição, características composicionais da FD. Desse jeito, ocorre a compreensão de que os discursos

constituem as formações ideológicas e discursivas, atreladas a uma memória social. Isso quer dizer que os autores defendem a tese de que toda formação tem, em seu “domínio associado”, outras formulações que se repetem, refutam, transformam, negam, nas quais são produzidos certos efeitos de memória específicos. Na FD, a memória produz a lembrança e o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados.

Desse modo, ao entrar nos caminhos da análise do discurso, a FD, se insere em uma instância na qual se dá a formação ideológica que caracteriza, por sua vez, uma certa formação social, que é entendida

[...] por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante os quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 72).

Convém ressaltar então que a FD é a materialização da ideologia, que se concretiza no discurso e o discurso se concretiza na língua, possibilitando o efeito de evidência ao sentido. Além do mais, a ideologia existe consubstanciada no nível global das relações sociais, principalmente, pelo constrangimento corrigido por meio das condições de produção pelos sujeitos, na formação social. Sendo o discurso um dos elementos fundamentais materializados da ideologia, logo, o discurso é uma espécie de prática ideológica. Dito de outra maneira, a formação ideológica traz em seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas, levando-nos a constatação de que os discursos são dirigidos por formações ideológicas. Nessa esteira de pensamento, as formações discursivas, em formação ideológica, restabelecem a relação de classes, determinando “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um pronunciamento, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa e etc.) a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 72).

Passamos, agora, à discussão do terceiro conceito sobre FD, defendido por Dominique Maingueneau. Depois de apresentar ao leitor a dupla paternidade de FD e sua abertura de constituição em Pêcheux (2009) e em Foucault (2008), o pesquisador fornece uma alternativa para reorganizar a relação entre tipos, gêneros e campos discursivos, posicionamentos e formações discursivas.

Dessa maneira, nas obras *Cenas da enunciação* (2008) e *Discurso e análise do discurso* (2015), o autor faz uma reflexão interessante sobre os problemas de

conceituação e aplicação da noção de formação discursiva na Análise do Discurso em linha francesa. Segundo ele “(...) na maioria das vezes emprega-se ‘formação discursiva’, nas situações em que o analista (se) depara (com) um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15).

É importante destacar que o autor tanto denuncia a falta de clareza na utilização do termo formação discursiva, quanto critica o seu modo de aplicação, como se o fenômeno fosse evidente. Para apresentar sua tese sobre tal posição, oferece exemplos que mostram um uso espontaneísta e uma variável expressão de formação discursiva. Com isso, propõe dois tipos de unidades de discurso, ou seja, duas possibilidades de organizar o discurso: uma em unidades tópicas e outra em unidades não tópicas.

As unidades tópicas são regidas, prioritariamente, pelas instituições às quais os discursos estão relacionados: “há unidades que poderiam ser chamadas de unidades *territoriais*, que correspondem a espaços já “pré-delineados” pelas práticas verbais” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16), e, ainda podemos, em análise do discurso recorrer “(...) às unidades que poderíamos chamar de *transversas*, no sentido em que elas atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 17). As unidades não tópicas não estão ligadas a lugares institucionais definidos, pois “as unidades não tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 18). A noção de posição, fator importante para Pêcheux, é excluída, passando a chamá-la de posicionamento em um campo discursivo. Dessa forma, Maingueneau (2008) reformula as demarcações de FD. Assim, as unidades que antes eram denominadas de formação discursiva, Maingueneau (2008) passa a tratá-las como posicionamentos no interior de um campo discursivo e institucional –uma unidade tópica territorial.

Para o autor, a formação discursiva – unidade não tópica- consiste em uma categoria em que a sua função é caracterizar *corpora* que não se referem a uma instituição, como: o discurso colonial, o discurso racista, entre outros. Maingueneau (2008) apresenta uma problematização do regulamento da FD, dado que a busca uma organização do problema por meio de uma discussão sobre a relação entre FD e a organização dos *corpora*. Com isso, ao reconfigurar a noção de FD, desligando-se do referente na obra de Pêcheux – o posicionamento, admitindo a existência de FDs plurifocais, que, segundo ele, respondem à heterogeneidade constitutiva do discurso

‘organizadas em torno de um único “foco”, trata-se de uma entidade produtora, trata-se de um tema” (MAINGUENEAU, 2015, p. 92).

2.3- Memória e memória discursiva

A memória conforme o dicionário Houaiss (2011), caracteriza-se por uma “capacidade de lembrar; recordação de algo passado; dispositivo que você quer receber, conservar e restituir dados” (HOUAISS, 2011, p. 626). A partir dessa conceituação, buscaremos refletir sobre como se dá a memória no campo discursivo. Para tal, iniciamos, nossa discussão diante da afirmativa de Zumthor (1993, p.139) na qual ressalta a voz poética como parte da história, da cultura, além de funcionar como meio de gerar identidade e memória coletiva. Assim;

[...] a voz poética é ao mesmo tempo, profecia e memória – à maneira do duplo livro que Merlin dita no ciclo de *Lancelot-Graal*: um, na Corte, projeta a aventura; o outro, em Blaise, eterniza o acontecimento. A memória, por sua vez, é dupla: coletivamente, fonte de saber; para o indivíduo, aptidão de esgotá-la e enriquecê-la. Dessas duas maneiras, a voz poética é *memória*.

Diante de tal asserção, podemos dizer que a memória é delineada como parte de uma sociedade que pratica identidade, por intermédio de costumes e tradições, manifestando-se e tornando-se indescritível, sendo guardiã das lembranças coletivas dos que juntos se socializam em uma época, deixando como legado essa memória, uma conquista da humanidade, presente no registro da literatura, por exemplo, em narrativas. Assim, a memória cultural é um pilar que ampara o binômio: memória e cultura como frutos de costumes, marcados pelo regionalismo, pelas tradições e pela religiosidade, presentes nas narrativas lusófonas apresentadas. A esse respeito, Ricouer (2014, p. 107-108) complementa que

[...] ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si. (...) a memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas. Não se pode transferir as lembranças de um para a memória do outro. (...) Em seguida, o vínculo original de consciência com o passado parece residir na memória. (...) a memória é passado, e esse passado é o de minhas impressões; nesse sentido, esse passado é meu passado. É por esse traço que a memória garante a continuidade temporal da pessoa e, por esse viés, essa identidade cujas dificuldades e armadilhas enfrentamos acima. Essa continuidade permite-me remontar sem ruptura do presente vivido até os acontecimentos mais longínquos da minha infância. (...) a memória continua sendo a capacidade de percorrer, de remontar no tempo, sem que nada, em princípio, proíba prosseguir esse movimento sem solução de continuidade. É principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade. (...) é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, (...) mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo.

Dessa forma, entendemos a memória como fruto da relação do sujeito com o seu meio sócio histórico-cultural, assegurando as tradições de um povo, que se traduzem em memória coletiva, que se manifesta em identidade, religiosidade, regionalismo e cultura, pautadas nas palavras de Le Goff (2014 [1990], p. 435). Assim, ele salienta que,

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Convém dizer que a oralidade tinha a importante função de transmitir e manter as tradições e os feitos dos grupos. A memória era e, ainda, é, em algumas comunidades partilhadas pelas atividades que são realizadas em grupo, como: contação de história, dança, música, poesia, mitos etc. Dessa maneira, a memória coletiva, com o passar do tempo, vai ganhando amplitude em seu significado. Por esse motivo, essa memória aparece recebendo novos contornos, ao mesmo tempo em que necessita de novas maneiras de ser vista.

Ainda nessa linha de pensamento, Jöel Candau (2019), em *Memória e Identidade*, descreve que a memória é a evocação ou recordação voluntária. Ela se caracteriza por extensões que se favorecem da cultura de memória e que promovem expansão por meio de: saberes enciclopédicos, crenças, sensações e sentimentos. Candau (2019, p. 133) relata que a “história é filha da memória, ou seja, todo historiador faz uso da construção da memória e nela se encontra”.

Ademais, o autor trabalha com as relações entre memórias individuais e memórias coletivas, além de abordar questões que se estabelecem entre a memória e a construção de identidade. Ele ressalta que há uma linha muito tênue entre a memória e a identidade, pois ambas se relacionam favorecendo e revelando a imagem do indivíduo socialmente. Conforme nos aponta Candau (2019) a memória individual consiste em um “ato de resistência significando que, para ele, “a vontade de futuro devia partir do presente e intercalar um retorno em direção ao passado, quer dizer um ato de memória” (CANDAU, 2019, p. 59). A memória individual se caracteriza por faculdades individuais, que não podem ser compartilhadas.

Sendo assim, “(...) sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece” (CANDAU, 2019, p. 59; 60). Dito isso, percebemos que o sujeito não produz mais pensamentos que trazem uma linearidade temporal, uma vez que, seus pensamentos passam a ser sem duração, sem efeito histórico, e, provavelmente, não serão transmitidos.

Convém destacar que ao debruçar-se sobre a questão da memória e da identidade, enquanto ação individual, o pesquisador reitera que a identidade se efetiva como uma descrição, um discurso que se manifesta como uma totalidade significativa, que reúne o desejo e a lembrança, ancorada nos seguintes processos: o caráter do evento rememorado, o contexto sincrônico do evento e da recordação.

Nessa perspectiva, em relação à lembrança, Candau (2019) discorre que a esta nem sempre é totalmente dita. Para o autor [...] a parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança” (2019, p.33). Além do que, pode ocorrer “a descoberta da multiplicidade de lembranças possíveis de um mesmo acontecimento, estimuladas por contextos que mudam”.

Em relação à memória coletiva, Candau (2019) ressalta que ela está atrelada aos seguintes aspectos: a idade da comunidade, na qual envolve os mitos fundadores e as idades cronológicas; as genealogias, em especial, as questões de poder, tanto dos grupos dominantes quanto dos grupos dominados, e, o saber técnico, sobretudo, as formas de apropriação e transmissão dos saberes às gerações futuras. Desse modo, o conjunto desses fatores constitui a memória longa, porém, é a maneira como um grupo se reconhece em um ou outro que permite e faz permanecer a memória coletiva. Posto isso, é importante frisar que “a memorização coletiva é possível, pois o contexto é aquele de uma memória forte enraizada em uma tradição cultural” (CANDAU, 2019, p. 46).

Em consonância com Candau (2019), podemos dizer a memória cultural se estabelece mediante heranças simbólicas, materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes que podem funcionar como estímulos para mobilizar significados que dizem respeito ao passado.

Até aqui, falamos de memória individual e memória coletiva abordada pela antropologia. Passamos agora à memória discursiva abordada pela análise do discurso.

São necessários, para falarmos em memória discursiva, colocarmos-nos frente a língua, a história, a ideologia e o sujeito. A memória discursiva ou memória interdiscursiva está conectada às condições sócio históricas e cognitivas de produção dos discursos, de dados extra-discursivos e pré-discursivos, sob os quais participam da elaboração e da circulação das produções verbais de sujeitos social e culturalmente situados em sociedade, ou seja, a memória coletiva se organiza circunstâncias sociais, em que circula e se constitui, ao mesmo tempo, em seu interior a identidade individual do interlocutor. Segundo Paveau (2015) a memória discursiva é um aspecto discursivo que “(...) se manifesta na relação que os discursos mantêm com sua memória, tal como as formas linguísticas, as posições enunciativas ou os contextos de produção de sentido” (2015, p. 232).

Diante do exposto, a memória discursiva depende do contexto e da experiência do sujeito discursivo, o que incide na certeza de que o discurso não se associa na competência individual e intencional do sujeito falante. De acordo com Paveau (2015, p. 234);

[...] a memória cognitivo-discursiva é uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente), que constitui um forte contribuinte para a produção dos discursos.

Diante de tal pensamento, observamos que a memória discursiva é uma capacidade disposta em ambientes sociais, ou seja, não é uma capacidade inata e, sim, espontânea do sujeito atuante socialmente. Citando Moirand (2006, 2007a e 2007b), Paveau (2019, p. 234) salienta que “há memória interdiscursiva quando os discursos falam nas palavras de outros discursos”. Além disso, "por dimensão cognitiva, compreendo os processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais" (PAVEAU, 2013, p. 12). Sendo assim, a memória discursiva sinaliza para um desenvolvimento, um aprofundamento, que visa sustentar a análise do discurso na história, apontando os discursos e as relações sociais.

2.4- Identidade discursiva

Muito tem se discutido sobre identidade e suas relações com a sociedade contemporânea. Vários autores nos relatam sobre o conceito de identidade. Neste trabalho, atentamos para alguns discursos teóricos que delinearão o caminho reflexivo,

possibilitando-nos perceber a complexidade que se estabelece na composição identitária de um povo.

Dessa forma, buscamos, primeiramente identificar a origem da palavra identidade: formada a partir do adjetivo latino “*idem*” (que significa “*o mesmo*”) e do sufixo ‘-dade’ (indicador de um estado e qualidade), conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece”⁸. Com isso, o termo nos conduz para assimilação daquilo que é específico de cada indivíduo: nome, sobrenome, sexo, idade, aspectos físicos, etc., características que definem identidade, mas que ao mesmo que se apresentam como fixas, também diferenciam uns dos outros.

É importante ressaltar que há outras atividades que se relacionam com identidade. Entre elas, estão as atividades ou posições que uma pessoa desenvolve ou ocupa na sociedade como: a profissão que exerce, ser pai, ser casado, a militância pela libertação de país, entre outras. Nessa perspectiva, compreendemos que um sujeito pode apresentar várias identidades e, isso irá depender de como se apresenta nas diferentes esferas sociais. Além do mais, as identidades não são isoladas, pois se constituem ao longo das experiências históricas e sociais de cada sujeito e, estão em constante transformação.

Para melhor entendermos como se dá esse processo de mudança identitária, evocamos Hall (2011), que salienta a importância de compreendermos a ideia de sujeito em três momentos históricos: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Para o autor, o sujeito do iluminismo se apresenta de forma individualista, focado no eu. Com isso, o pesquisador destaca que o sujeito;

[...] centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo e ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (HALL, 2011, p. 10-11).

Diante do exposto reiteramos que o sujeito do iluminismo se caracteriza como: um indivíduo unificado e racional, centrado em seu núcleo interior, ou seja, em sua

⁸ A origem etimológica da palavra identidade está disponível em: <https://edtl.fctsh.unl.pt/encyclopedia/identidade/#:~:text=Termo%20de%20origem%20latina%2C%20for mado,de%20um%20estado%20ou%20qualidade>). Acesso em 25/mar/2021.

identidade que permanece inalterada. É um sujeito que possui seu núcleo interior, mas agora ele passa a ser alterado por conta do diálogo com outras identidades que o mundo cultural oferece. Surge, assim, o sujeito sociológico fruto das transformações referentes ao mundo moderno e da necessidade, cada vez maior, de integração social, “a identidade é formada na “interação”, entre o eu a sociedade” (HALL, 2011, p. 11), já que se transforma e se ajusta de acordo com os diálogos que são estabelecidos com o mundo e com as relações culturais que se entrecruzam, associando ideologias e valores morais, num processo estável e unificado.

O sujeito, enquanto identidade, entra em crise, dado que estamos na contemporaneidade, diante de demandas que não existiam antes. Então, diferentemente, dos sujeitos anteriores, o sujeito pós-moderno vive os conflitos de uma sociedade em constante transformação, da mesma maneira, sua identidade também se transforma e vai se adaptando a cada nova situação, “(...) conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2011, p. 13), situação que desestabiliza o sujeito e gera conflitos.

Essa crise de identidade pode ser entendida a partir de dois aspectos importantes: o descentralizar-se do sujeito, visto que o homem ideal do humanismo começa a ruir quando suas fronteiras não conseguem sustentar sua integridade e, dessa forma, a crise individual das identidades singulares se soma a crise coletiva das identidades nacionais. E, ainda, o processo de globalização revela a fluidez das fronteiras nacionais, também, difusas. Tanto o deslocamento quanto o descentramento constituem o mundo pós-moderno. Nessa esteira de pensamento Hall (2011) explica que;

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2011, p. 07).

Em consonância com Hall (2011), podemos dizer que a chamada crise de identidade precisa ser compreendida num processo mais amplo que engloba tanto o deslocamento como a fragmentação do indivíduo moderno. Os cenários de referência que davam certa sensação de pertencimento em um universo centrado entram em crise e deixam evidente a sua constituição em algo descentrado e fragmentado, fato característico do final do século XX (HALL, 2003, p. 09). Essa descentralização se

opõe às culturas do passado que eram fonte de localizações sociais. Em crise, a identidade se torna questão de pesquisa e, passa a ser tratada como algo passível de assimilação e compressão pelo sujeito pós-moderno. Para García Canclini “(...) não é possível falar das identidades como se se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas” (GARCÍA CANCLINI, 2006, p. XXIII).

Assim, por essa via, buscamos entender como, ao se autoconceder como sujeito descentrado, o indivíduo pós-moderno encontra incoerências acerca de sua própria crise de identidade. Essa nova concepção de “identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura” (HALL, 2003, p. 12), de tal maneira que as novas identidades são, muitas vezes, contraditórias. O sujeito pós-moderno se apresenta como provisório, variável e problemático, em virtude da não identidade fixa, essencial e permanente. Entretanto, o deslocamento do sujeito, ao mesmo tempo que desestrutura as identidades estáveis do passado também questiona tais estabilidades e proporciona o jogo de novas identidades.

[...] uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2003, p.21).

Com isso, é válido repetir que não existem identidades absolutas. Conforme as sociedades se modificam e se pulverizam, as culturas e as identidades vão se (re)significando e novas identidades afloram. Os sujeitos pós-modernos, mediante um turbilhão de possibilidades e, de acordo com as necessidades de adequação e de reconhecimento, integram-se ao novo modelo. Sendo assim, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2011, p. 13). Desse modo, “(...) a identidade de todo e qualquer ser empírico depende da época considerada, do ponto de vista adotado” (DUBAR, 2009, p.13), nas sociedades atuais que estão constantemente em movimento de transformação e (re)criação interligadas pela globalização “(...) a identidade não é o que permanece necessariamente “idêntico”, mas o resultado de uma “identificação” contingente” (DUBAR, 2009, p.13).

Convém mencionar, então, que as identidades são construídas na manipulação das diferenças e na forma como os mecanismos históricos, culturais, sociais e linguísticos são empregados na constituição do sujeito pós-moderno. A construção identitária “(...) é o resultado de uma dupla operação languageira: diferenciação e

generalização” (DUBAR, 2009, p.13). Desse jeito, a configuração de identidade nacional, passa por questões históricas, políticas, sociais e culturais. Portanto, “não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição” (DUBAR, 2013, p.13).

A partir dessa perspectiva, reiteramos o pensamento de que a cultura é um produto social, pois se realiza em diferentes esferas da sociedade, passando, assim, a ser percebida como um conjunto de características que inclui conhecimentos, arte, crenças, lei, moral, costumes e hábitos, os quais são adquiridos pelo sujeito na interação/comunicação, pois, segundo Hall (2006), a noção de cultura está relacionada aos “significados compartilhados”.

Esse autor também ressalta o papel da linguagem e, diante dessa concepção, revela que,

[...] a linguagem (...) opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos ‘meios’ através dos quais pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (HALL, 2016, p.18).

Em concordância com ele, assinalamos que a linguagem é essencial para que haja o compartilhamento dos significados produzidos, porquanto a representação pela linguagem proporcione o entendimento e a apropriação de uma cultura que se organiza, se regula e se legitima nas práticas sociais, em contextos reais. Diante do exposto, Cunha (2008, p. 45) declara que “as tradições populares, vistas como repositórios dos valores genuínos, autênticos e perenes, constituíam uma das bases da edificação de uma consciência nacional forte e redentora”. Com isso, Hall (2016) fundamenta que sem contexto e sem interação social não é possível a produção cultural; por conseguinte, discorre que os

[...] membros da mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante. Eles devem compartilhar, em um sentido mais geral, os mesmos ‘códigos culturais’. Deste modo, pensar e sentir são em si mesmos ‘sistemas de representação’, nos quais nossos conceitos, imagens e emoções ‘dão sentido a’ ou representam – em nossa vida mental – objetos que estão, ou podem estar, ‘lá fora’ no mundo.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer, então, que a identidade cultural consiste em características, manifestações, crenças, comportamentos e atitudes que são compartilhados por um mesmo grupo social. Entretanto, o processo de construção da identidade cultural não ocorre repentinamente, já que se dá num determinado tempo e espaço, sendo formado nas interações sociais, a partir das quais podem ser inseridos ou retirados valores já existentes na sociedade.

2.5- Multiculturalismo

A cultura tem sido base de investigação em diversos trabalhos sobre discurso. Na sociedade contemporânea a diversidade cultural permeia todos os ambientes sociais nas diferentes situações de produção discursiva. Diante de tal perspectiva, Bechara (2011, p. 836), complementa que o conceito de multiculturalismo como uma “prática de acomodar culturas distintas, numa única sociedade, sem preconceito ou discriminação”. As literaturas lusófonas são narrativas propícias para a acomodação de culturas distintas, pois tem em seu alicerce a diversidade dos povos que vivem na diáspora lusófona.

Seguindo tal pensamento, Laisse (2015, p. 16), discorre que é importante pensar sobre “o facto de o texto literário ser ficcional, mas a descrição e o (re)conhecimento de culturas pode ser realizados através das representações culturais que compõem o texto (...) com recursos a modelos de interação que permitam formar as pessoas”. Assim, o texto literário proporciona ao leitor experiências culturais e de identidade perante as narrativas históricas e sociais.

Em seus estudos, Geertz (1989), argumenta em *A Interpretação das Culturas*, que somente aquele que vivencia as práticas culturais junto ao seu povo pode realizar uma interpretação mais bem elaborada do que realmente ocorre em contexto social. Para ele são vários os usos para a palavra “cultura”, sendo que ela propicia isso, já que se configura como polissêmica, porém tratamos cultura como um dos elementos centrais nas relações discursivas. Com isso, vemos cultura como produto social que se ancora em estruturas socialmente estabelecidas, pois (...) “compreender a cultura de um povo expõe a suas normalidades sem reduzir sua particularidade” (GEERTZ, 1989, p. 24).

A história cultural do mundo social proposta por Roger Chartier (1990), busca fazer reconsiderações dos acontecimentos e fenômenos históricos a partir das noções de

representações e práticas sociais fundamentais para complementar e articular a cultura e o mundo. Em *A História Cultural: Entre práticas e representações*, Chartier (1990) discorre sobre o conceito de cultura, retomando Geertz

[...] o conceito de cultura ao qual adiro (...) denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. (CHARTIER 1990, p. 66-67).

Diante do exposto por Chartier (1990), podemos dizer que a cultura está condicionada por uma representação ideológica em situação comunicativa na interação social em que se revela, também, questões de poder e de luta, questões econômicas e históricas. Além disso, Hall (2006) nos alerta que nascemos em determinado contexto nacional, no qual nos apropriamos e representamos as culturas nacionais, ou seja, “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 47).

É interessante destacar que as sociedades, no decorrer da história têm se deslocado por vários motivos: em busca de melhores condições de vida, fugindo de guerras, acidentes naturais, escravidão colonial regime político, etc. Assim, “(...) a migração em massa, ou migração de pessoas (...), foi parte integrante da modernidade e da modernização” (BAUMAN, 2013, p. 35). Esse deslocamento favorece o multiculturalismo. Os impérios coloniais, entre eles, o império português possibilitaram a troca de saberes entre as culturas, visto que “(...) os impérios grego, romano, islâmico, otomano e europeu foram todos, de forma distinta, multiétnicos e multiculturais” (HALL, 2003, p. 55). Além disso, é importante destacar que os árabes tiveram grande influência no processo migratório tanto no continente africano como em outros continentes.

Esses processos de deslocamento produzem as diversas culturas em trânsito e, que numa articulação discursiva, mostram-se na plenitude das diferenças culturais. Nesses contextos em que ocorrem os embates das fronteiras culturais, tem-se o que Bhabha (2013) denomina de “entre -lugares”. Para ele “esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos” (BHABHA, 2013, p. 20). Entende-se que nesses ‘entre -lugares’ os sujeitos se formam da soma a partir das partes culturais.

Em acordo com Hall (2003), Lopes (2013) relata que a diversidade cultural decorrente da pluralidade étnica, ao mesmo tempo que contribui para inclusão, também contribui para a exclusão e a desigualdade social. Desse modo, segundo Lopes (2013, p. 07),

[...] o conceito de multiculturalismo tem-se prestado a interpretações variadas (...) que enquadra o conceito num contexto contemporâneo e específico, associando-o à noção de política linguística. (...) o conceito de sociedade multicultural tem significado a manutenção de uma cultura dominante sobre as outras culturas, regra geral culturas das ‘minorias’, e a aceitação dessas mesmas culturas. Esta aceitação das outras culturas é, por outro lado, questionada, reivindicando-se um projecto cultural plural.

Essas zonas fronteiriças de contato se instituem em sociedades diaspóricas, pois “(...) trata-se de um arquipélago infinito de colônias étnicas, religiosas e linguísticas, sem preocupações com os caminhos assinalados e pavimentados pelo episódio imperial/colonial” (BAUMAN, 2013, p. 37). Com isso, tem-se sociedades compostas por várias etnias que integram e interagem num rico e diversificado território cultural. Nessa esteira de pensamento Bhabha (2013) destaca os embates fronteiriços. Segundo ele;

[...] os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 2013, p. 21).

Dessa forma, surge a necessidade de se entender o multiculturalismo nas suas diversas diferenças. Nas diásporas lusófonas as identidades culturais proporcionam a aproximação dos sujeitos discursivos e, ao mesmo tempo, o afastamento, pois muitas vezes o multiculturalismo não reflete a situação dos menos favorecidos socialmente. A formação de grandes blocos culturais que compartilham os mesmos valores morais e éticos e, a mesma religião sempre existiram na história da humanidade, demonstrando que as fronteiras tentam evitar que a diversidade cultural se estabeleça. Entretanto, “(...) essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta” (BHABHA, 2013, p. 23).

Dito dessa maneira, é possível constatar que mesmo em sociedades multiétnicas, há uma cultura em comum. A partir dessa perspectiva, reiteramos o pensamento de que a cultura é um produto social, pois se realiza em diferentes esferas da sociedade, passando, assim, a ser percebida como um conjunto de características que inclui

conhecimentos, arte, crenças, lei, moral, costumes e hábitos, os quais são adquiridos pelo sujeito na interação/comunicação, pois, segundo Hall (2006), a noção de cultura está relacionada com “significados compartilhados”.

Dito isso, Cristóvão (2008, p. 206) reitera o fato de que a “cultura tomar formas diversas através do tempo e do espaço (...) essa diversidade encarna-se na originalidade e nas pluralidades entidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a sociedade”. Assim, o multiculturalismo é um fenômeno social, uma reafirmação de que existem culturas em determinado contexto social. Sendo assim, a pluralidade cultural e a globalização favorecem o contato das e entre diferentes culturas. Sendo o multiculturalismo um produto social e que se estabelece na sua diversidade Lopes (2015) observa que;

[...] algumas vezes, põe-se em prática uma mudança de identidade adquirida, porque o ser humano também tende a ser múltiplo na sua identidade, como acontece, por exemplo, assumir-se um estatuto diferente quando se está nesse país, uma nacionalidade diferente, assumindo-se, uma dupla ou mesmo tripla nacionalidade, accionando diferentes facetas identitárias.

Portanto, destacamos que pensar em multiculturalismo consiste em pensar e formular conceitos sobre identidades plurais que são executadas em sociedades e que garantem a apropriação e a representação dessas diversas identidades em contexto socio-histórico-cultural.

Neste capítulo, procuramos relacionar aspectos discursivos que nos auxiliarão na compreensão, apropriação e representação das obras lusófonas. Dentro dessa perspectiva tratamos sobre discurso literário, formação discursiva, memória e memória discursiva, identidade discursiva e o multiculturalismo. No próximo capítulo, faremos uma abordagem discursiva nas obras literárias lusófonas, tendo em vista os conceitos já mencionados no decorrer deste capítulo.

Capítulo 3- O espaço lusófono: uma abordagem discursiva

Um homem é sempre um contador de histórias, ele vive rodeado por suas próprias histórias e de outras pessoas, ele vê tudo que acontece com ele em termos daquelas histórias e tenta viver sua vida como se ele as estivesse recontando.

Jean Paul Sartre⁹

Neste capítulo, trataremos dos procedimentos de análise das obras literárias lusófonas, *corpus* deste trabalho, destacando a representação das relações sócio históricas presentes nas obras. Como categorias de análise, selecionamos: formação discursiva, memória discursiva, identidade discursiva e multiculturalismo. Começamos o capítulo situando o leitor em relação aos escritores e suas respectivas obras literárias. Assim, apresentamos um breve resumo de cada romance, para, em seguida, navegarmos no discurso literário lusófono, a fim de buscar as particularidades do contexto histórico e social das seguintes nações: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

3.1- Procedimentos de análise

Este trabalho visa analisar as obras literárias lusófonas: *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, publicada em 2007, pela Editora Objetiva; *O cheiro de Deus*, de Roberto Drummond, publicada em 2001, pela Editora Objetiva; *O vendedor de passados*, de José Eduardo Agualusa, publicada em 2009, pela Editora Gryphos; e, *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, de Mia Couto, publicada em 2008, pela Companhia das Letras.

A literatura como representação social está sempre em movimento, tornando-se reflexo da sociedade na qual está inserida, o que nos possibilita observar as transformações históricas, políticas e sociais. Assim, as obras literárias lusófonas estão ligadas a diversas problemáticas ocorridas em seus devidos contextos históricos.

Então, seguindo as concepções da análise do discurso de linha francesa, assumimos que o tratamento metodológico do *corpus* deve partir de hipóteses fundamentadas na história, quer dizer, em conhecimentos decorrentes de pesquisas que, de alguma forma, produziram conhecimento sobre o discurso tomado como objeto de

⁹ SARTRE, Jean Paul. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/OTcwMzky/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

análise; no caso da pesquisa de doutoramento, esse conhecimento histórico diz respeito, por exemplo, a uma reação ao discurso de poder nas diásporas lusófonas produzido em contexto histórico. Dito dessa forma, temos como hipótese o fato de que as literaturas lusófonas implicadas em contexto histórico e social revelam por meio do discurso e da memória discursiva marcas de cultura e de identidade

Com isso, o conjunto de obras literárias lusófonas pode vir a confirmar ou refutar a hipótese estabelecida com base no discurso literário, no conhecimento histórico e social, no caso desta pesquisa, a leitura das obras confirmou a busca de identidade e a multiculturalidade nesses espaços do século XX. Nessa perspectiva, o imbricamento entre discurso e contexto histórico revela uma via de mão dupla, pois a hipótese tomada como ponto de partida pode iluminar a leitura e a apropriação dos textos, ao mesmo tempo em que pode confirmar, ampliar ou, ainda, refutar conhecimentos históricos.

Ainda, nessa esteira de pensamento, a abordagem do *corpus* levará em consideração que os textos foram produzidos, não apenas como produto de certas condições históricas, mas também como práticas discursivas de sujeitos atuantes com posicionamento em campo, administrando e construindo uma identidade discursiva local forte.

Durante o processo da pesquisa, descobrimos que o papel do enunciador é muito importante para a circulação das histórias em sociedade, dado que a memória discursiva tanto do enunciador quanto dos enunciatários dos romances, pulveriza em diversos territórios suas narrativas, fazendo a germinação nos diversos contextos discursivos, para novos ouvintes que reproduzem para outros ouvintes.

Por essa via, podemos dizer que memória discursiva, tanto a coletiva quanto a individual, age como guardiã da tradição e dos costumes, criando uma rede interacional com cultura e identidade de um povo, proporcionando o sentimento de pertencimento. Além disso, reiteramos que o discurso literário e o discurso histórico e social dialogam e caminham juntos no processo de representação e compreensão dos eventos sociais.

3.2- Os autores e as obras

Neste ponto, apresentamos as obras literárias lusófonas, *corpus* deste trabalho. Tal apresentação, torna-se importante para se compreender as estratégias, o desenvolvimento e as transformações histórico-sociais em que as narrativas ocorrem.

Assim, o leitor realiza uma viagem de forma lúdica e imagética, por meio do discurso literário aos espaços lusófonos nos quais passam as narrativas.

Além disso, a viagem possibilita o conhecimento das particularidades de cada enunciador/enunciatário, do contexto histórico e social, de alguns fatores que interferem na manipulação dos suportes culturais, e expõe as modificações dos sujeitos estabelecendo as apropriações culturais e de identidade. Questões relevantes para a construção de sentido textual em linguagem literária. A literatura e as formas de ler o contexto social e histórico revelam a importância de que as crenças, as intenções, as atitudes, as expectativas têm sobre o leitor durante o processo de apropriação e representação leitora.

Nessa esteira, podemos dizer que a memória discursiva e as formações discursivas abordam aspectos históricos e sociais que apresentam possibilidades, formas e modalidades de representação de tempo e espaço, de expressividade, de narratividade. Desse modo, os romances lusófonos são espaço para a produção sociocultural proferida por meio da memória discursiva e das formações discursivas.

3.2.1- António Lobo Antunes, *Os cus de Judas*

O escritor português António Lobo Antunes, nascido em Lisboa, em 1942, é um dos escritores contemporâneos mais importantes de Portugal. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, serviu o exército entre 1971 e 1973, como médico militar durante a guerra colonial, em Angola. Depois de cumprir o serviço militar, especializou-se em psiquiatria, profissão exercida por alguns anos no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa.

Com a passar do tempo, o autor decidiu abandonar a carreira médica para se dedicar à literatura. Algumas de suas obras, entre elas, *Os cus de Judas*, tratam do contexto de guerra colonial em Angola. Dessa forma, a obra relata o período vivido por um médico do exército português na guerra de Angola. O discurso literário alterna momentos de tragédias bélicas e as memórias da juventude em Lisboa.

A obra consiste em apresentar Angola como “cu de Judas”, um lugar sem lei, onde a morte aparece a qualquer momento e que as pessoas agem como animais. É uma obra carregada de reflexões sobre a guerra e a própria vida, numa leitura densa e cheia

de emoção. Para tornar sua experiência de guerra mais fácil, o protagonista, por meio da memória discursiva ilustra suas vivências como leitor e apreciador de arte em Lisboa.

Desse modo, a obra traz ao conhecimento do público os horrores dos seus pacientes mutilados, certificando-se de que, muitas vezes, a única saída para tanto sofrimento é a morte. O protagonista discorre sobre como a guerra passa a fazer parte da pessoa, pois ela é um fardo difícil de esquecer e de arrancar da pele. Além disso, argumenta que os dias vividos em Angola afetam diretamente a personagem/enunciador, tirando-lhe a vontade de viver.

A guerra transcende a natureza humana, muda o estado psicológico e as vontades humanas, de tal forma, que, ao retornar para casa, ele se sente tão perdido e desolado que apenas a guerra lhe parece familiar, a sua vida em Lisboa lhe causa estranhamento, sua casa não é aconchegante, uma vez que o aconchego ficou na guerra. O desespero em relação à vivência desumana é tanto que ele se segura em qualquer coisa, por mais insignificante que seja, para ficar em pé, sobretudo quando percebe que parte da negligência que vive o país vem de seus companheiros.

É válido dizer que, para o médico e protagonista, a guerra não tem sentido, não tem propósito, além de matar e destroçar pessoas. Essas imagens abrem feridas que nunca vão cicatrizar, pois permanecem vivas na memória das pessoas, e o que lhe resta é aprender a conviver com elas.

3.2.2- Roberto Drummond, *O cheiro de Deus*

O brasileiro Roberto Drummond, nascido em 1939, em Santana do Ferros- MG, (essa é a denominação da época, ainda de Borba Gato, por meio de uma Lei Federal da década de 1920, passou a se chamar Ferros), morto em 2002, em Belo Horizonte – MG, foi romancista, jornalista e cronista. Começou a vida literária aos treze anos, escrevendo contos e radionovelas. Autor de várias obras consagradas, entre elas, *O cheiro de Deus* e *Hilda Furacão*, foi considerado pela crítica literária o escritor revelação da temporada, com a publicação de *A Morte de D.J. em Paris*, recebendo o Prêmio Jabuti.

Em *O cheiro de Deus*, Roberto Drummond conta a saga da família Drummond, uma estranha família que vive no interior de Minas Gerais, em que os casamentos incestuosos são frequentes e, todos os homens da família têm o nome de uísque, enfatizando a fixação pela linhagem escocesa.

Na obra, a protagonista, Inácia Micaéla, é uma mulher de 65 anos, cega e que, cada vez mais, apura o olfato, tentando descobrir qual é o cheiro de Deus para se defender dos ataques do inimigo. Na busca pelo cheiro, chega a acreditar que tal cheiro se assemelha a cheiros estranhos como o cheiro da classe operária.

O maior inimigo da protagonista é o Coronel Bim Bim, que vai a Belo Horizonte com o objetivo de cortar a cabeça da inimiga e pendurá-la no casarão de 28 janelas. Entre os motivos da inimizade está o fato de ela defender cores de partidos diferentes: UDN e PSD, partidos que dominaram a cena política brasileira de 1945 a 1964.

3.2.3- José Eduardo Agualusa, *O vendedor de passados*

O angolano, José Eduardo Agualusa, nasceu no Huambo, em Angola, em 1960. Estudou Agronomia e Silvicultura, atuou como jornalista e publicou diversas obras. Em *O vendedor de passados*, o enunciador/narrador Eulálio, uma osga (lagartixa), conta a história do protagonista Félix Ventura, negro albino que vende pássaros aos que desejam uma nova árvore genealógica.

O enunciador, Eulálio, vive nas paredes da casa de Félix, acompanhando seu trabalho de comerciante, sendo que sua principal mercadoria é: passados ou memórias. Eulálio conta sobre como o negro albino constrói e organiza os passados que vende, ou seja, novas identidades. Ele apresenta detalhes sobre a vida de Félix Ventura e sobre a vida dos clientes do vendedor de passados.

Para construir novas identidades, Félix Ventura cria uma nova árvore genealógica para aqueles que desejam um novo passado. Entre os pedidos, têm aqueles que buscam um passado notável e digno de admiração; outros, com raras exceções, buscam um passado sem grandes feitos para poder viver em paz, como desconhecido. Assim, Eulálio, destaca como esses passados são construídos, enfatizando a importância da leitura de assuntos variados pelo protagonista. É esse conhecimento literário e científico extraído da composição de livros de sua biblioteca que aflora na construção de novas identidades, de novos passados.

3.2.4- Mia Couto, *Venenos de Deus, remédios do diabo*

O moçambicano, Mia Couto, nasceu na Beira, cidade capital da província de Sofala, Moçambique, em 1955. Trabalhou como jornalista, depois como diretor da Agência de Informação de Moçambique durante o período da guerra de libertação do

país. Em *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, o autor abusa do realismo fantástico. A narrativa se passa no pequeno vilarejo da Cacimba.

O personagem Bartolomeu Sozinho é um velho mecânico naval moçambicano, aposentado do trabalho, que cultiva sonhos ardentes da vida marítima e pesadelos ressentidos elaborados em seu quarto escuro de doente terminal, isolado do mundo e da própria família, ele é um dos doentes de uma espécie de pandemia local, uma possível meningite.

É atendido e tratado em domicílio pelo médico português Sidónio Rosa. Na narrativa, ocorre um entrelaçamento da vida de Bartolomeu, de sua esposa rancorosa, Munda, da filha do casal ausente e mitológica, Deolinda, e do dedicado médico português 'Sidinho'. Ainda compõem a narrativa Suacelência, autoridade local. Caracterizado como suarento e corrupto, é o administrador da pequena Vila Cacimba.

Na pequena Vila, um lugarejo imerso em poeira e cacimbas (neblinas) enganadoras, as pessoas vivenciam mentiras e ilusões que tornam difícil a diferenciação entre sonho e realidade. Desse jeito, as histórias de Bartolomeu podem abrigar verdades e mentiras, umas embutidas nas outras, revelando a sabedoria na mesma medida em que podem destilar os venenos.

3.3- A literatura histórica e seus desdobramentos

Das múltiplas possibilidades de pensar memória discursiva e literatura, destacamos as relações entre lembrar e narrar, que se constituem nas teias sociais. Segundo Carpentier (1965, p. 27), “me apasiono por los temas históricos por dos razones: porque para mí no existe la modernidade en el sentido que se le ortoga; el hombre es a veces el mismo em diferentes edades y situarlo em su pasado puede ser situarlo em su presente¹⁰”.

Na perspectiva de Carpentier (op. cit.), temas históricos podem revelar em tempos diferentes o mesmo homem, então, do homem o passado pode estar no presente, mas buscar o homem do passado é buscar a sua história. Entretanto, buscar as histórias do passado pode significar levantar as lembranças de exploração e sofrimento. Além

¹⁰ Sou apaixonado por questões históricas por duas razões: porque para mim não há modernidade no sentido em que é dada; às vezes os homens são os mesmos em diferentes épocas e colocá-lo em seu passado pode ser colocá-lo em seu presente. (Tradução nossa).

disso, as histórias contadas em países colonizados, geralmente, foram contadas pela ótica discursiva do colonizador, “(...) a única educação a dar ao africano é aquela que faça dele um trabalhador”, (Fala do Governador Geral de Moçambique – 1906-1910, Freire de Andrade), ou seja, o olhar do colonizado não era relevante devido ao processo de aculturação que tinha como objetivo tornar Moçambique em Portugal.

As literaturas lusófonas contemporâneas costumam destacar o discurso do colonizado para enfatizar que, embora, durante anos suas vozes sofreram apagamento, fato perceptível na fala de Ngomane (2012), em *Lusofonia: quem quer ser apagado?*, no qual destaca o apagamento da cultura moçambicana com as crianças. Assim, ele diz que “quando era menino e aluno da Escola Primária João de Deus, em Lourenço Marques, hoje Maputo, ensinaram-me que Viriato, o poderoso guerreiro-chefe do povo lusitano, era meu antepassado”. Dessa forma, o apagamento da cultura africana ocorria desde cedo com as crianças durante o processo de escolarização. Entretanto, agora podem expor todas as suas marcas do passado que estão no presente.

Sendo assim, destacamos a importância de uma história produzida pelo olhar discursivo do colonizado, no momento em que o colonizador é deposto de posição de dominador, nasce a urgência em se contar uma nova história, a do colonizado. Diante de tal percepção, o colonizador sabe que há a necessidade de se recontar a sua história a fim de revelar questões escondidas ou esquecidas. Dessa maneira, toda imparcialidade que não se conta na História, ganha espaço na Ficção.

A ficção como narrativa histórica, ganha destaque entre os escritores de literaturas lusófonas como ocorre em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. E antes que nos pergunte: a história contada na ficção é verdadeira ou não? Dizemos que tal questão perdeu sua razão de ser, já que todas as formas de resgate do passado são repletas de ideologias, o que nos faz ter consciência de que a construção verbal não é o fato e não é ingênua, pois cada romance histórico carrega uma concepção temporal, expressando mundos distintos, culturas e identidades em estruturas sociais diversas.

A matéria discursiva da ficção lusófona é o passado histórico, ainda vivo, sujeito a revisões, cristalizado no imaginário. As histórias não comportam heróis místicos, mas seres humanos que são capazes de atos heroicos movidos por sentimentos nobres de liberdade. Conforme discorre Bakhtin (1990), o romance histórico pode incorporar diversos discursos, apontando o modo de ser e agir das pessoas como forma de

configurar a grandeza humana na história passada e situá-la no presente com todas as suas especificidades.

3.4- O discurso e as formações discursivas nas literaturas lusófonas

O discurso nas literaturas lusófonas se caracteriza como tal pela concretização em contexto histórico e social, passível de interpretação e de análise, visto como uma versão de determinado fato ou momento histórico-social. É válido dizer que as literaturas lusófonas que compõem *corpus* de análise deste trabalho são vistas na sua concepção documental e literária, pois a linguagem no discurso literário permite que o analista do discurso caminhe:

[...] Literatura é o nome de um conjunto de atitudes que assumimos perante uma porção de discurso, e não o nome de uma propriedade interna dessa porção de discurso, embora as razões pelas quais assumimos as atitudes que assumimos são evidentemente, pelas suas veredas para melhor compreensão e apropriação discursiva, ao menos em parte, determinadas pelas propriedades do discurso, não sendo inteiramente arbitrárias. Em termos aproximados, cabe ao leitor decidir se uma obra é literária, cabe ao autor decidir se ela é uma obra de ficção (SEARLE, 1995, p. 97).

Em consonância com Searle, podemos dizer que o discurso literário das literaturas lusófonas é tracejado pela realidade local, ou seja, pelo espaço lusófono em que se dá a(s) narrativa(s). Convém destacar que isso não significa dizer que o texto literário faça uma transcrição fiel da realidade, mas que o discurso literário é a representação, uma espécie de consciência social do contexto no qual se origina e com o qual mantém intensas e complexas ligações discursivas.

[...] As condições do dizer atravessam o dito, que investe suas próprias condições de enunciação (estatuto do escritor associado ao seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis ligados aos gêneros, a relação com destinatário construída através da obra, os suportes materiais, os modos de circulação dos enunciados...). (MAINGUENEAU, 2005, p. 18).

Dessa maneira, a literatura lusófona ao mesmo tempo em que fala sobre si, gera a sua própria presença no mundo, apresentando questões de cunho histórico e social, tais como: cultura, identidade e memória. Além disso, língua e literatura sempre foram instrumentos importantes para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nacional e, por sua vez, foram também profundamente marcados na metade do século

XX pelo regime de ditadura em Portugal e Brasil e pelo processo libertação em Angola e Moçambique.

Dito dessa forma, a estreita ligação entre língua, literatura e nação se traduz numa relação com a temporariedade, sendo concebida como coletivo, traçando as fronteiras de uma identidade nacional, de uma identidade lusófona. Com isso, o discurso literário e a literatura lusófona representam como se constitui o discurso político, econômico, cultural e identitário dentro desses espaços multiculturais.

Além disso, é importante salientar o efeito de sentido do discurso nas composições de formações discursivas que ocorre em todas as obras lusófonas que abordamos, como: o discurso político, o discurso religioso, o discurso colonial, o discurso bélico, o discurso médico, o discurso de poder, o discurso de incesto, o discurso de preconceito racial ou social, de pertencimento de entre lugar, entre outros.

Entre as literaturas lusófonas, alguns discursos aparecem com maior frequência; nas literaturas angolana e moçambicana, o discurso colonial, de poder, de preconceito e guerra civil é constantemente reiterado como forma de denúncia e de enfrentamento social. Já nas literaturas brasileira e portuguesa, o discurso político atravessa os campos ideológicos de forma intensa, apresentando com ideologias que são implantadas em contexto social lusófono.

Dessa forma, o discurso literário lusófono estabelece em contexto histórico e social as formações ideológicas e discursivas, consagrando o processo de reconhecimento e pertencimento do indivíduo por meio da compreensão constante das situações de apropriação e representação comunicativas em discurso quanto as suas condições de produção. Isso dito, tomamos as palavras de Sírio Possenti (2009), nas quais dizem que,

[...] nesta direção, penso, pode-se defender a ideia de que o árbitro definitivo da leitura é o texto, desde que o texto seja concebido discursivamente, ou seja, seja tomado como submetido a todas as restrições históricas que normalmente o afetam, e que afetam, portanto, seu autor e seu(s) leitor(es), submetendo-os tanto às regras de circulação quanto de interpretação. (POSSENTI, 2009, p. 19).

Assim, a literatura concebida discursivamente em contexto histórico e social, é interpelada por ideologias em que os personagens são agentes discursivos, produzindo discursos numa formação discursiva, ou seja, “aquilo que numa formação ideológica

dada, isto é, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Desse jeito, as formações discursivas nas literaturas lusófonas são provenientes de outros discursos, isto é, de outras formações discursivas, implicando o favorecimento da diferença e da contradição como características dessas formações discursivas, associadas, principalmente, a uma memória social. Mussalin (2003) destaca que,

[...] uma formação discursiva determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva (MUSSALIM, 2003, p.119).

Convém reiterar então que a autora argumenta que as formações discursivas sempre coincidem com outras formações discursivas em sua concepção, ou melhor dizendo, estão atreladas em outras formações discursivas para elaborarem seu próprio discurso. Dessa maneira, as formações discursivas podem ser compreendidas como paráfrases, pois se trata de é um espaço em que os enunciados são retomados e reformulados.

Da mesma forma, o discurso literário não fica apenas conectado aos métodos adotados pelo autor, mas também ao contexto sociocultural ao qual está posto. No texto literário, os sentidos são perpassados por ideologias: em um evento linguístico de paráfrase e reformulação, dando a ilusão de uma “intersubjetividade falante”, tornando o falante capaz de reproduzir o discurso do outro, como um efeito de espelhamento, o sujeito é afetado pela formação discursiva em que se inscreve tanto quanto afeta e determina outros sujeitos em seu dizer. Em *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, as formações discursivas se desenvolvem em torno da guerra e das mortes provocadas pelo movimento bélico.

As palavras “guerra” e “morte” estão relacionadas diretamente com a formação ideológica, produzindo sentido àqueles que participam do processo de libertação de Angola. Esse contexto histórico e ideológico explicita a forma com que a ideologia e a linguagem se afetam e se articulam. Tais formações contribuem para a representação e apropriação do cenário em destroços, reforçando a construção de novos pilares identitários.

Nesse cenário discursivo de destroços, tem-se a compreensão da história de Angola acerca dos conflitos decorrentes da situação colonial e pós-colonial e a certeza de que os efeitos implicam transformações, tanto nos colonizadores como para os colonizados, havendo a necessidade de se buscar novos parâmetros de compreensão e apreensão do mundo contemporâneo.

[...] O passado, sabe como é, vinha-me à memória como um almoço por digerir nos chega em refluxos azedos à garganta [...]. Uma agitação de silhuetas e de vozes borbulhou na sanzala, aproximou-se, tomou forma; os meus tios, os meus irmãos, os meus primos, o chauffeur da avó, afectado e delicadíssimo, os sujeitos da risca na orelha, exaustos, sujos, de arma ao ombro, chegavam de uma operação na mata e dirigiam-se para a enfermaria transportando, num pano de tenda entre dois paus, o meu corpo desarticulado e inerte com um garrote na coxa reduzida a um inchaço ensanguentado. Reconheci-me como num espelho excessivamente fiel ao examinar os meus próprios olhos fechados, a boca pálida, a relva loira da barba que me escurecia o queixo, a marca mais clara da aliança perdida na mão sem anéis. Alguém partia o bolo-rei em gestos rituais, a minha mulher, comovida, guardava num saco de plástico os presentes que me cabiam. A família, imóvel, à porta do posto de socorros, aguardava, suspensa, que eu me reanimasse a mim mesmo, o cabo de transmissões pedia o helicóptero aos gritos para me conduzir a Benfica a tempo dos licores e do café. Auscutei-me e nenhum som me veio, pelas borrachas do estetoscópio, aos ouvidos. O furriel enfermeiro estendeu-me a seringa de adrenalina, e eu, depois de me abrir a camisa e palpar o espaço 81 entre as costelas, cravei-a de um só golpe no coração. (ANTUNES, 2007, p. 114-115).

A compreensão do mundo passa pela reconstrução da realidade, que na obra de Lobo Antunes ocorre por meio de sobreposições e justaposições temporais e espaciais, de uma reorganização e desorganização dos elementos discursivos estruturantes da narrativa para revelar outras faces do real, provocando um entorpecimento dos sentidos no enunciador com o objetivo de diluir o real e o ficcional, mostrando um misto de memória e alucinação.

Dito dessa forma, esse trecho corrobora para verificar que o diálogo se caracteriza por um misto de flerte e desabafo. É verificável também que a experiência de guerra vivida pelo enunciador/personagem se confunde com as imagens antes da guerra: uma confraternização natalina em família. Assim, o relato do personagem são imagens de um passado que se mistura com o presente de guerra. Com isso, as imagens de vida e morte, dentro e fora do corpo são inconformidades que colaboram para intensificar a tragédia pessoal vivida pelo personagem. A violência e a sensação de não pertencimento, nesse contexto de guerra, manifestam-se de forma sinestésica na descrição de sua chegada e da auto aplicação da injeção de adrenalina.

Já as formações discursivas na obra *O cheiro de Deus*, de Roberto Drummond, revelam sujeitos inseridos em uma formação discursiva precursora de todos os discursos que circundam as relações de identidade e de pertencimento da família Drummond: a formação discursiva do surgimento da família Drummond na Escócia. Tal formação discursiva permanece na memória familiar por gerações, numa relação entre história e memória.

Além disso, a formação discursiva aponta para o discurso religioso e do pecado, que estão em dualidade paradoxal, pois os personagens permanecem no pecado de incesto mas buscam a salvação ou absorção de seus pecados na religião.

-Prima Inácia Micaéla não precisa de médico – disse tio Júlio Drummond. – Precisa de um exorcista. Vamos buscar o Padre Pierre Banderaux, que está dando um curso sobre Satanás em Belo Horizonte. Ele é o maior inimigo de satanás no Brasil. (DRUMMOND, 2001, p. 23).

Perguntou a Vô Old Parr quem era o padre com o crucifixo de madeira nas mãos e caiu de joelhos diante do Padre Pierre Banderaux e, a sós com ele na varanda da casa- grande da fazenda, contou os pecados e os sonhos, falou de homens que queria matar (DRUMMOND, 2001, p.25).

[...] um pistoleiro reza uma Ave-Maria, para que Deus o perdoe, e aponta o rifle para o nosso coração (DRUMMOND, 2001, p. 29).

[...] o coronel rezava ajoelhado num canto da varanda do casarão de 28 janelas. Rezava pela alma de Juvêncio Dias, pois de todos os 83 homens que mandou matar em tocaias e emboscadas, a morte de Juvêncio Dias era a que mais doía no coronel. (DRUMMOND, 2001, p.30).

Dessa forma, as formações discursivas de cunho religioso apontam que os Drummond, além de viverem em pecado incestuoso, ou seja, a união matrimonial entre tio e sobrinha, também cometiam vários crimes em nome da dominação de poder na região em que mantinham uma fazenda, região de Contestado, perto da divisa com o Estado do Espírito Santo.

Nessa perspectiva de disputa de poder têm-se o discurso que revela o quanto os coronéis mandavam em determinados territórios brasileiros na segunda metade do século XX. Eram eles quem ditavam as ordens e as leis “o próprio nome do coronel Bim Bim assustava” (DRUMONND, 2001, p. 31). Atrelado ao discurso de poder está o discurso político marcado pelos partidos UDN – um partido político brasileiro, fundado em 1945, de orientação conservadora e abertamente opositor às políticas e a imagem de

Getúlio Vargas, presidente do Brasil por duas vezes e ao PSD- partido político brasileiro de direita. Tais partidos políticos funcionam como instrumento de discórdia entre as famílias rivais: Os Drummond e o Coronel Bim Bim.

Nessa diretriz, a formação discursiva é acionada pela memória discursiva cristã e de disputa de poder, elemento constante do discurso literário em *O cheiro de Deus*, que se mostra semelhante aos discursos produzidos em contexto histórico brasileiro na segunda metade do século XX. Sendo assim, o discurso se cristaliza em sua retomada de dizeres no discurso literário e nele se acomoda produzindo os efeitos de sentido. Para tal, é necessário considerar o já dito que é evocado, repetido pelo sujeito significando o discurso.

A narrativa de Agualusa (2004), *O vendedor de passados*, constrói-se a partir do acionamento da memória discursiva do personagem Félix Ventura, apresentando como formação discursiva “identidade” que permeia todo o discurso literário. Com fatos e fotografias de diferentes personalidades históricas ou política, de escritores clássicos brasileiros como Machado de Assis, ou ainda, de algumas do imaginário coletivo e outras comuns, o personagem recria a vida e a identidade daqueles que o procuram. O que Agualusa faz é uma reinvenção do passado de Angola e dos sujeitos que lá vivem.

[...] nada passa, nada expira [...] O passado é [...] um rio que dorme [...] e a memória uma mentira [...] multiforme. [...] Dormem do rio as águas [...] e em meu regaço dormem os dias [...] dormem [...] dormem as mágoas [...] as agonias, [...] dormem. [...] Nada passa, nada expira [...] O passado é [...] um rio adormecido [...] parece morto, mal respira [...] acorda-o e saltará [...] num alarido. (AGUALUSA, 2004, p. 04).

Partindo do excerto, pode-se enfocar a ideia de que o passado pode ser recuperado, pois “o passado é um rio que dorme”, a recuperação da memória se dá pela memória discursiva, vista como uma mentira multiforme para o personagem. A memória, dessa forma, é uma reinvenção, uma fantasia; logo, o passado é uma mentira. Nessa perspectiva, o fato de trazer para o presente algo que já aconteceu, mas de forma diferente do vivido, pois está marcado por outras vivências e concepções de vida do sujeito que narra, declara as suas decepções e insatisfações em relação ao período de colonialismo português em Angola.

Nessa esteira de pensamento, é importante pensar que a questão do passado ser inventada, deve-se reconhecer que existem mudanças históricas a serem feitas. Entretanto, não se muda o contexto histórico passado e as memórias registradas hoje sobre um fato passado que estão diretamente ligadas ao contexto histórico e social do presente, além de fazerem parte de um repertório de leituras e críticas de quem as produz. Dito desse jeito, ao recriar o passado o fato vivido nunca será totalmente reproduzido na narrativa posterior e seu sentido será distinto daquele esquecido.

Com o objetivo de recriar o passado do sujeito angolano, procura-se conceber a identidade do povo, de uma nação recém-criada e que busca uma representação, uma posição no mundo. Com isso, tem-se a questão de que “[...] o que faz a identidade de uma pessoa não pode jamais ser realmente ou totalmente rememorado [...]” (CANDAU, 2012, p. 70).

[...] podem argumentar que todos estamos em constante mutação. Sim, também eu não sou o mesmo, de ontem. A única coisa que em mim não muda é o meu passado: a memória do meu passado humano. O passado costuma ser estável, está sempre lá, belo e terrível, e lá ficará para sempre (...) Refiro-me a alterações mais subtis. Em primeiro lugar está a mudar de sotaque. Perdeu, vem perdendo, aquela pronúncia entre eslava e brasileira, meio doce, meio sibilante, que ao princípio tanto me desconcertou. Serve-se agora de um ritmo luandense, a condizer com as camisas de seda estampada e os sapatos desportivos (AGUALUSA, 2004, p. 59).

A narrativa de Agualusa (2004) remete ao período em que os indivíduos angolanos ainda estão perdidos em relação a sua identidade: são africanos ou portugueses? O processo de independência de Angola nos demonstra que “[...] a memória e a identidade estão indissolivelmente ligadas” (CANDAU, 2012, p. 10), tentando dar conta da construção de uma identidade nacional na qual o sujeito possa se fazer indivíduo e se identificar com o outro em um contexto sócio- histórico, com aquilo que agora é Angola, uma país complexo e múltiplo.

Já as formações discursivas na obra *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, de Mia Couto, centram-se no discurso pós-colonial e de identidade nacional. É importante destacar que nessa obra, ao tratar sobre o processo de descolonização de Moçambique, a linguagem discursiva do enunciador não é utilizada para fazer acusações de forma direta sobre o processo de colonização de Moçambique. Entretanto, tais concepções ficam claras nas entrelinhas, ou seja, é possível compreender que o processo de colonização portuguesa em Moçambique não se consistiu em um projeto unilateral dos europeus e

que não prejudicou toda a nação moçambicana. Assim, existem entre os moçambicanos pessoas que se beneficiaram com a situação do país durante o domínio português.

Tal perspectiva fica clara pela abordagem feita pelas personagens Bartolomeu Sozinho e Suacelência: o primeiro se sente saudoso dos tempos coloniais, enquanto o segundo argumenta que o sonho de um Moçambique livre e justo requer mais do que o fim do colonialismo. Os moçambicanos precisam trabalhar de forma unificada para a reconstrução da nação, visando a uma identidade nacional coletiva que perpassasse todos os fatos históricos e sociais moçambicanos. Isso mostra uma consciência privilegiada em relação ao contexto histórico, econômico e social da nova nação, vigilante à associação centro/margem e às sequelas deixadas.

Dessa forma, o cenário discursivo se organiza a partir da dicotomia Portugal e Moçambique, enfatizando o espaço de ex-colônia. A esse espaço está ligada a concepção de nação, privilegiando uma coesão social, partindo de suas margens, de suas vivências das minorias, dos conflitos sociais.

3.5- A memória discursiva: revivendo e criando histórias

Iniciamos nossa conversa, destacando a obra neorrealista *Os cus de Judas*, do autor português António Lobo Antunes. O enunciador personagem expõe sua percepção do mundo, o desejo de denúncia, a indignação e a perplexidade diante daquilo que foi a guerra pela independência de Angola e que colocou, em território africano, militares portugueses.

O enunciador, no período de uma noite até a manhã, conta para uma mulher o que viveu em Angola e as percepções de sua própria vida oito anos depois da guerra. A memória discursiva do enunciador externa fatos históricos da guerra que, para ele, não apresentavam sentido, mas aconteceram. Do mesmo modo, o enunciador expressa momentos da vida pessoal e profissional que se interligam numa fusão de sentimentos, na qual ele se vê perdido em sua casa e em seu país.

O discurso literário e o discurso histórico dialogam de tal forma que o enunciador/personagem não consegue separá-los. Assim, os episódios que são tidos como cotidianos, na verdade misturam recordações de um tempo que lhe parece assombrado e que se mostra na medida em que ele conta seu passado, verbalizando e transitando entre a memória discursiva de um tempo passado e a incompreensão do

presente; já a consciência no pós-guerra está conturbada ou alterada pelas memórias do que foi vivido.

[...] queria estar a treze mil quilômetros dali, a vigiar o sono da minha filha nos panos de seu berço, queria não ter nascido para não assistir àquilo, à idiota e colossal inutilidade daquilo, queria achar-me em Paris e fazer revoluções no café, ou a doutorar-me em Londres e a falar do meu país com a ironia horrivelmente provinciana do Eça, falar na choldra do meu país para amigos ingleses, [...], portugueses, que não tinham experimentado no sangue o vivo e pungente medo de morrer, que nunca viram cadáveres destroçados por minas ou por balas. (ANTUNES, 2007, p. 162).

Diante do exposto, a memorização repousa sobre o consenso de um conflito armado. Ora, se olharmos mais de perto, a explicitação de uma transformação no contexto histórico social de um determinado país, além do processo de mudança em relação à percepção crítica dos fatos pelo enunciador não lhe permite desprezar a experiência alheia daqueles que vivenciaram os horrores da guerra, o personagem carrega consigo o discurso do povo.

É relevante apontar que o enunciador/personagem engloba, na mesma fala, assuntos diferentes, com a finalidade de criticar o sistema político de seu país. Do ponto de vista discursivo, “(...) um imaginário que o representa como memorização, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção” (ACHARD, 2015, p. 13). Na reconstrução as críticas feitas pelo enunciador não são apenas suas, elas podem ser entendidas como a voz de muitos portugueses enviados para Angola que, também, participaram da guerra e, tiveram alguma perda. Desse modo “o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos” (ACHARD, 2015, p. 14).

Dito de outra maneira, o passado apresentado pelo enunciador, por meio da memória discursiva, é permitido porque se enquadra dentro do contexto político e histórico de Portugal. O cenário político português no século XX favorecia o processo de descolonização no território africano, contribuindo com o envio de jovens portugueses para as colônias, deixando claro o objetivo de manutenção das colônias em território africano, além da reafirmação da política salazarista com o lema centrado em três pilares: Deus, a pátria, a família. No entanto, os jovens soldados portugueses passam por uma experiência dolorosa, num território em que os sujeitos não dialogam

de forma amigável a interação é uma obrigação tanto o enunciador/personagem como os outros participantes da guerra, não há o desejo de trocar experiências culturais e, para aqueles que sobreviverem, restam as marcas no corpo de uma guerra fratricida.

Os soldados portugueses não veem diferença em combater na cidade ou no mar, dado que ambos são símbolos negativos, já que “(...) cidade colonial pretensiosa e suja de que nunca gostei, gordura de humildade e de calor, detesto as tuas ruas sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela (...) o meu país, Ruy Belo, é o que o mar não quer.” (ANTUNES, 2007, p. 95).

Na obra do escritor brasileiro Roberto Drummond, *O cheiro de Deus*, o primeiro elemento discursivo que chama atenção é a dualidade entre Deus e diabo, discurso literário revela que o título esconde uma ambiguidade. Entretanto, falaremos mais sobre quando formos tratar de formação discursiva e cultura. A memória discursiva é abordada a partir da construção da árvore genealógica do ‘clã Drummond do Brasil’, personagens do romance.

Uma árvore genealógica simboliza a existência de memórias discursivas ligadas no espaço temporal. Para a concretização da árvore há a necessidade de buscar referências familiares do passado, procurar nas raízes e em terrenos distantes, passando por vários momentos, camadas e estruturas que compõem a ancestralidade dos Drummond. É preciso ir além do presente, investigar o passado e projetar o futuro, pois cada um dos membros é uma vida e um familiar que remete a outras vidas e outros familiares, que estão correlacionadas.

Além disso, mesmo buscando memórias discursivas dos ancestrais escoceses para a construção da árvore genealógica, o contexto de evolução do texto literário demonstra que a memória revela traços típicos do Estado de Minas Gerais, no Brasil. Assim, há uma naturalidade dos personagens em tratarem-se com seres fantásticos que envolvem o enredo narrativo, o que nos aponta o espaço alegórico. Com isso, a memória discursiva do leitor-receptor é estimulada pela abordagem do *entre-lugar*: Minas Gerais.

Uma forma de demonstrar a memória discursiva atrelada ao passado pode ser por meio do uso de nomes próprios dos personagens pertencentes à família Drummond, na qual todos os nomes masculinos remetem uísques escoceses. O patriarca, João

Antônio Drummond Filho, trocou o nome judicialmente por Oll Parr, a uísque escocês. Foi seguido por outros integrantes masculinos da família: os quatro filhos, White Horse, Red Label, Dimple, Jonnhie Wlaker, o neto, Buchaman's, além de outros membros da família, como primo e esposo de uma de suas filhas, Dolores, que passou a se chamar Black Label. Assim, “a moda pegou entre os Drummond levando mais tarde o neto Buchaman's a desabafar: _ Que inveja que eu sinto de quem se chama José” (DRUMMOND, 2001, p. 16).

A memória discursiva dos Drummond, em relação à importância dos uísques escoceses é tanta ao ponto de usá-los como nome de identificação pessoal; isso não apenas os individualiza, mas também, universaliza. Essas pessoas não são só os Drummond de Minas Gerais, mas também são universalizados, retomando as lembranças da Escócia, tornam-se pessoas do mundo. Para eles, a memória discursiva fornece fatos históricos que auxiliam na manutenção da tradição familiar: consiste em não perder as raízes, mesmo longínquas da Escócia.

Nesse sentido, verifica-se que a memória discursiva perpetua a origem europeia dos Drummond, Escócia, tanto nos nomes quanto nos casamentos incestuosos. Além disso, Oll Parr, nome do avô, passa para os netos e bisnetos como forma de representação da força e da linhagem dos Drummond, de pelo menos três gerações. Entretanto, depois de gerações morando no Brasil, as influências culturais e identitárias passam a fazer parte do cotidiano dos Drummond, que acreditam em diversas figuras fantásticas do folclore brasileiro.

Essas imagens fantásticas, contos de fadas, romances clássicos, fábulas e outros gêneros literários permeiam todo o discurso literário de Drummond. Eles provocam no leitor-receptor retomadas históricas e culturais, a fim de compreender como se dá o enredo mineiro. Os personagens, tendo como ferramenta a memória discursiva, estão envolvidas num percurso em que a fantasia e o real se mesclam, levando o leitor a acreditar em um imaginário coletivo.

Assim, o imaginário constitui a identidade dos Drummond, com isso, “[...] era um castelo como os castelos dos Contos de Fada. Nas noites de lua, com suas paredes levemente pintadas de azul, ganhava um toque de mágica. Parecia pertencer a um mundo de faz-de-contas...” (DRUMMOND, 2001, p.116). Durante uma viagem à Escócia, os personagens descrevem a hospedagem, um castelo antigo, como um castelo

do conto de fadas. Vê-se que a memória discursiva e a literária dos personagens são transportadas para aquele momento social na Escócia.

[...] Os serviços domésticos do castelo, incluindo a cozinha, Tia Viridiana entregou aos 7 Anões... O anão Alegria tinha sido cozinheiro de um circo e de um restaurante no Rio de Janeiro... tinha medo de cair na panela de feijoada e não poder se casar com a Dona Baratinha, que tinha fita no cabelo e dinheiro na caixinha, por isso usava suspensórios especiais inventados por Tio Red Label. (DRUMMOND, 2001, p.179).

As alusões feitas aos contos de fadas, além do processo de construção da identidade discursiva da personagem, também, apontam para a existência do conhecimento das literaturas clássicas “populares”, o que a leva a usufruir da memória discursiva literária para manter o enunciado ao receptor. Nessa direção de construção enunciativa, destacamos que a literatura e o folclore são elementos sociais que se mantem de forma discursiva, exprimindo sentimentos, valores e identidade de um povo.

É válido dizer que, embora a personagem Vó Inácia pareça aliada nas memórias discursivas, na verdade, isso ocorre como pretexto para que possa esquecer a situação de incesto na qual convive e que faz parte, ou seja, a família Drummond é fruto de incesto por gerações inclusive, a personagem Vó Inácia, que se casou com um tio.

[...] os Drummond do Brasil, cujos ancestrais vieram da Escócia, depois de uma passagem pela Ilha da Madeira, são filhos de um incesto consentido e abençoado pelas autoridades eclesiásticas brasileiras. Tios casaram-se com sobrinhas, sobrinhos com tias, primos-irmãos com primas- irmãs e tanta mistura provocava a febre do incesto, os seus mil arrepios, e a fama de loucos que os Drummond do Brasil carregavam. (DRUMMOND, 2001, p.15).

Isto posto, permite-nos dizer que a memória discursiva literária é uma paráfrase, que permite às personagens escaparem daquilo que as entristece na vida cotidiana. Fica, portanto, pressuposto que o discurso literário traz indagações sobre sua história, seu destino, a origem familiar, a origem do homem e a sua própria origem. Desse modo, aponta, ainda, a responsabilidade, a utilidade e o sentido das instituições sociais religiosas, ao mesmo tempo que instrui sobre qual seria o comportamento correto, já que os personagens carregam a culpa do incesto por gerações.

Convém mencionar ainda que o caso de incesto dos Drummond se caracteriza como uma memória discursiva coletiva, uma vez que ela se organiza em “quadros sociais” no centro da família, pois todos os Drummond participam desse processo de

incesto, o que faz com que a memória coletiva se constitua como identidade individual dos personagens. Dito dessa forma, verifica-se que essa memória não é espontânea ou inata, mas sim que ela é "depositada como um tesouro bem guardado no pensamento individual: postular a coletividade da memória é adotar claramente uma posição anti-inatismo e tomar partido da experiência e do contexto" (PAVEAU, 2013, p.92).

Em *Venenos de Deus, Remédios do Diabo*, do escritor moçambicano Mia Couto, ocorre a articulação entre o discurso literário e a sabedoria popular moçambicana. É como se a cada instante, o cotidiano da pequena Vila Cacimba fosse revelado como forma de reinventar a linguagem cotidiana. A memória discursiva possibilita aos personagens compreender o contexto histórico no qual vivem, um período de pós-colonização portuguesa e de pós-guerra civil.

Nessa obra, os personagens vivem seus próprios mundos de forma isolada, mas eles se entrecruzam nas relações sociais para revelar os anseios e a situação de miséria em que se encontra a nação no pós-guerra. E, ainda, Vila Cacimba, é um lugar onde as memórias discursivas do moçambicano e do português se cruzam, numa proposta de construção de identidade e de crítica social.

Dito assim, revelamos o personagem Sidónio, médico português que foi para Moçambique em busca da amada, Deolinda filha de Bartolomeu Sózinho e Munda, lá começa a atender no posto de saúde local e tratar de Bartolomeu, pai de Deolinda, que se encontra muito doente. Ambos os personagens estão interligados pela história colonial, mas trazem pontos de vistas diferentes.

Dessa forma, o discurso literário demonstra uma cena enunciativa na qual os personagens contracenam numa elipse social entre a vida e morte, entre suas dores e suas curas, num espaço único: Vila Cacimba. As imagens criadas do contexto histórico por meio da memória discursiva dos personagens favorecem a interação texto/receptor no processo de apropriação e de representação do que é real e do que é ficcional.

E ainda, impulsiona o discurso literário e a imaginação ficcional, favorecendo a utilização dos sentidos para se apropriar do contexto social, das situações de interação em que se encontram os personagens, "(...) “Brasas se acendem nos olhos do médico e as palavras de Munda são água onde ele reganha sossego” (COUTO, 2008, p. 43). Desse jeito, o discurso literário aponta desmontes de tradições, de sentimento de pertença e de identificação entre indivíduos de ordem social e cultural diferentes,

mostrando-nos que o “trânsito de alma (...) é bem mais contagioso que o mais virulento micróbio.” (COUTO, 2008, p. 80).

Essas metamorfoses discursivas, identitárias e culturais perpassam todo o texto, criando um estado novo em que passado e presente se fundem, para, a partir daí, construir novas inter-relações. E ainda, a memória discursiva de Bartolomeu Sozinho apresenta múltiplas vozes que operam na representação da herança colonial, na qual os colonizadores agiam como repressores das culturas e costumes moçambicanos.

Nessa esteira, reiteramos que o cenário discursivo está organizado na dicotomia Portugal e Moçambique, sendo um como colonizador e o outro como colonizado, questão determinante para a construção de identidade. É válido dizer que o enunciador argumenta sobre a noção de nação híbrida, colocando na mesma posição valorativa a história de pretensão científica e o imaginário mítico africano.

Com isso, as narrativas produzidas em contexto moçambicano são frutos da experiência colonial e da sabedoria popular dos moçambicanos, a partir dos quais narram suas histórias e se compreendem. Para que tais discursos sejam produzidos, os moçambicanos recorrem à memória discursiva e mostram que os mitos estão em contextos moçambicanos há séculos.

Assim, a memória discursiva ajuda na manutenção e sustentação dos mitos e lendas em Moçambique. Em acordo com o que foi dito acima, reiteramos com Noa (2015, p. 208) que, “(...) a memória é, pois, a tela interior, uma dimensão se quisermos, por onde perpassam e se projetam acontecimentos, muitos dos quais podem ser causadores de enorme incomodidade e padecimento quando evocados”

Na luta de forças entre história, mito moçambicano e memória discursiva, Bartolomeu Sozinho, explica essas contradições ressaltando ora momentos da época colonial, ora narrativas míticas típicas da sociedade moçambicana, mas, para ele, a fase áurea de sua vida situou-se enquanto era operário de um navio português.

— [...] reparo que uma destas cartas está endereçada para a Companhia Colonial de Navegação. Mas esta companhia não deixou de existir?
— Há-de haver uma outra companhia, talvez a Neocolonial de Navegação, não sei...
[...]
— Saudades do colonialismo coisa nenhuma! Eu tenho saudades é de mim mesmo [...] (COUTO, 2008, p. 25, 26, 27).

A conversa entre Bartolomeu Sozinho e o médico português, Sidónio Rosa, revela o choque entre história e memória pessoal: para Bartolomeu, a memória pessoal é mais importante, suas vivências estão acima de todo o processo de colonização no qual o seu país ficou sob domínio português. Para ele, Moçambique não é mais sua terra no pós-guerra, era sua terra, de fato, quando estava submetida à condição colonial, pois sendo operário de um navio sentia-se útil, importante para a nação.

Contudo, em outro ponto da conversa, o mesmo personagem argumenta com Sidónio Rosa, demonstrando consciência crítica em relação ao comércio desigual que marcou, e ainda marca, as relações entre Moçambique e Portugal. Para deixar clara sua posição, Bartolomeu faz uso de uma linguagem áspera e irônica. A consciência retomada de quem ficou num outro tempo é ressaltada e emerge como ato de resistência e de afirmação.

Em *O vendedor de passados*, a busca de identidade permeia toda a narrativa, dado que a memória discursiva atua para o fortalecimento da história e a construção de identidade do povo: o processo de reconstrução identitária das pessoas que procuram Félix Ventura está intricado com as relações históricas e culturais, sendo reveladas pela memória e pelo discurso literário.

É importante esclarecer que, durante séculos, o território angolano ficou sob os domínios do Governo Português e, após se libertar do colonizador, entrou em uma violenta guerra civil que durou vários anos. Diante desse contexto, tanto os angolanos quanto os portugueses que estavam em território de guerra sofreram consequências no corpo e no estado psicológico.

Depois de anos de lutas sangrentas, os angolanos se viram diante de uma nova realidade, na qual era necessário reconstruir o país e o passado de glória, assim como definir novos rumos para a nação. Entretanto, a reconstrução ocorre perante um cenário de incertezas quanto aos rumos econômicos e políticos, incertezas sobre os interesses de uma minoria rica e uma maioria de miseráveis e, acima de tudo, incertezas em relação à identidade da nação, já que ainda se vê por toda parte vestígios da colonização: na língua, na forma de se vestir, na religião, na maneira de se comportar, nos programas de TV. Com isso, os angolanos vivem um processo de reconstrução na tentativa de “reescrever a nação e intentar uma conformação identitária” (MATA, 2002), criam novas identidades, novas histórias.

No entanto, essas novas identidades e novas histórias pessoais estão atreladas ao passado. Assim, ao reconstruir novas histórias, o enunciador revive, por meio da memória discursiva, as histórias dos antepassados. Desse modo, as memórias e a identidade compõem o novo cenário imaginário dos personagens que anseiam por mudanças e melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, o primeiro embate a respeito da construção e apropriação de identidade na obra de Agualusa é, sem dúvida, o fato do personagem central, natural da região em que habita, mostrar para os demais habitantes locais o fato de ter a pele branca. A linguagem discursiva funciona como entremeio de seu olhar-sentir, manifestando-se de forma taciturna e sinuosa, permitindo que o leitor se aproxime, sobressaltado, ao compreender que a questão da negritude extrapola a quantidade de melanina na pele: vê-se que as angustiantes experiências de Félix Ventura, são inarráveis em um romance, mas sensíveis e sentidas em um discurso polifônico e carregado de memórias.

Então, “(...) ser negro não ter uma cor de pele. É todo um modo de ser, de se mover, de pensar, de sentir o mundo” (MIRANDA, 2011). É, portanto, no discurso, em seu processo interacional, que a linguagem alia forma a conteúdo, e é nesse discurso que o leitor receptor se transmuta em cúmplice, partícipe das vivências e experiências descritas, na busca constante de afirmação social, de mostrar-se como cidadão.

- Posso saber o seu nome?
- Tive muitos nomes, mas quero esquecê-los a todos. Prefiro que seja você o primeiro a baptizar-me. [...]
Precisava de um novo nome, e de documentos nacionais, autênticos, que dessem testemunho dessa identidade. O albino ouvia-o aterrado:
- Não! -, conseguiu dizer. - Isso eu não faço. Fabrico sonhos, não sou um falsário... Além disso, permita-me a franqueza, seria difícil inventar para o senhor toda uma genealogia africana.
- Essa agora! E por quê?!...
- Bem... O cavalheiro é branco!
- E então?! Você é mais branco do que eu! ...
- Branco, eu?! – o albino engasgou-se. Tirou um lenço do bolso e enxugou a testa:- Não, não! Sou negro. Sou negro puro. Sou um autóctone. Não está a ver que sou negro? ... (AGUALUSA,2004, p.16)

A condição discursiva instaura enunciados que estabelecem a interação entre leitor e discurso literário. O discurso literário se antecipa ao processo de interação, produzindo um carácter discursivo com olhar inquiridor que capta a realidade banal e

simples de maneira cristalina e reveladora, tornando-se o espelho refletor de diversos mundos vivenciados em contexto de pós-guerra e de busca de identidade.

Dito isto, percebe-se que o trecho evidencia de forma discursiva que a identidade de Angola está voltada para duas questões de cunho social. Logo, um vendedor de passados albino, ou seja, um vendedor de histórias inventadas conforme a encomenda do freguês, que cria novas identidades, mas, que, entretanto, não se considera um falsário, é aceito pela sociedade porque fabrica sonhos, novas identidades e, conseqüentemente, novas oportunidades para uma nova vida. É importante lembrar ainda que o vendedor de passados procura esquecer os acontecimentos do período de colonização e guerra civil, porém, é solicitado a memorização dos fatos, “a memorização repousaria sobre um consenso” (ACHARD, 2015, p.13).

Como já mencionado, apesar de ser albino, com a pele branca, Félix Ventura se considera um “negro puro”. Contudo, tornou-se um homem inconformado com seu passado real, está à procura de um passado novo que o faça esquecer as memórias que tanto o entristece e o perturba. Esse processo de rememorar e o desejo de recriar memórias do passado faz menção à realidade angolana no pós-independência. Depois de anos guerra, que massacrou e traumatizou toda a nação, Angola se esforça para esquecer os horrores desse período de guerra.

Constata-se, no entanto, a desmemória discursiva como um conjunto de fenômenos discursivos: ideológicos e culturais, que permitem a revisão das categorias discursivas, transmitidas cultural e socialmente. Essas mudanças propostas por Félix Ventura podem ocorrer na forma de novas históricas, mas não apagam as memórias do passado. Em consequência disso, esquecer não significa deixar de lembrar, pois o processo de memória prevê o esquecimento, já que o lembrar é uma forma de fortalecimento e de resistência, de não retrocedimento. Se, realmente, for necessário esquecer, deve ser com cautela e, quando as memórias estão em excesso, causam traumas. Nesse caso há a necessidade de se “fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis”. (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

Desse jeito, *O vendedor de passados*, numa relação enunciativa discursiva entre identidade e memória, propõe uma reflexão sobre a importância da memória para o contexto angolano, argumentando que, muitas vezes, não há como saber quando as memórias são imaginadas ou verídicas. Elas estão intrincadas, tornando-se conveniente,

pois, ao mesmo tempo, são reinventadas, reelaboradas, havendo a reelaboração do passado a partir do presente.

Nessa esteira, a busca por um passado apropriado ao presente é um dos grandes objetivos dos personagens. Assim, depois de comprar um passado, o misterioso personagem José Buchmann passa a viver conforme sua nova realidade “inventada”, adotando a identidade criada por Félix Ventura como se ela sempre estivesse feito parte dele. Ele incorpora o personagem e a identidade criada, e acredita com tanto empenho na sua nova identidade, naquela mentira construída sobre o seu passado a partir de outras histórias que convence todos que convivem ao seu redor sobre a sua nova identidade, levando-os a questionar até que ponto a nova identidade de José Buchmann não é verdadeira.

Em primeiro lugar está a mudar de sotaque. Perdeu, vem perdendo, aquela pronúncia entre eslava e brasileira, meio doce, meio sibilante, que ao princípio tanto me desconcertou. Serve-se agora de um ritmo luandense, a condizer com as camisas de seda estampada e os sapatos desportivos que passou a vestir. Acho - o também mais expansivo. A rir, é já angolano. Além disso, tirou o bigode. Ficou mais jovem. [...] Vi-o chegar a esta casa com um extraordinário bigode do século XIX, e um fato escuro, de corte antiquado, como se fosse estrangeiro a tudo. Vejo-o agora, dia sim, dia não, entrar pela porta de camisa de seda, em padrões coloridos, com a gargalhada larga e a alegre insolência dos naturais do país [...]. Se fechar os olhos para o passado, se o vir agora, como se nunca o tivesse visto antes, não há como não acreditar nele - aquele homem foi José Buchmann a vida inteira. (AGUALUSA, 2004, p.65).

Diante do exposto, podemos dizer que a identidade em contexto angolano na obra *O vendedor de passados*, é construída a partir das muitas memórias discursivas que são compartilhadas, porque aponta que a identidade está sempre em construção: “memória” deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas” (PÊCHEUX, 2015, p. 44). Além disso, a memória discursiva propicia uma representação do espírito de época, já que as novas memórias identitárias assumidas pelo personagem José Buchmann consistem em uma alusão ao novo contexto identitário da sociedade angolana depois da colonização. Assim, como o personagem, o povo angolano procura reconstruir sua nova identidade pós-independência, buscando novos rumos na nova nação.

3.6- Identidade discursiva e multiculturalismo

Nas literaturas lusófonas vários são os fatores que promoveram os contatos entre as culturas e as identidades das diferentes nações e os diferentes modos de vida que estão colocados no espaço lusófono, contribuindo para a multi/interculturalidade dessas sociedades, partilhando e estabelecendo as tradições culturais, de competências e saberes. A globalização, os fluxos migratórios e a colonização favoreceram a diversidade cultural e as relações interculturais, fazendo a integração entre os contextos social, político, econômico, religioso, educacional, histórico e midiático.

Essas realidades multi/interculturais contribuem para que as pessoas fortaleçam as múltiplas pertencas, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais, passem a praticar e integrar novas práticas de cidadania, conhecendo e conquistando seus direitos, buscando novas soluções para conflitos novos e para aqueles já existentes, além de procurar resultados para os problemas de comunicação.

Sendo assim, questões que dizem respeito à diversidade cultural implicam um novo reposicionamento do sujeito atuante em contexto social no que se refere à integração da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos e das interações entre o “eu” e o “outro”, entre o coletivo e o individual. Além disso, *Os cus de Judas*, testemunha as dificuldades, os impasses perante a guerra, a necessidade de compreensão, a apropriação dos vários mundos angolanos no qual o personagem se depara.

Na história apresentada por Lobo Antunes o multiculturalismo e a identidade caminham juntos como forma de estabelecimento dinâmico em relação ao espaço discursivo, possibilitando ao personagem expressar-se no que concerne ao sentimento de não pertencimento local, pois o personagem não se reconhece em contexto social angolano, provocando uma multiplicidade entre o homem e o espaço. Assim, embora o personagem reconheça em Angola marcas da cultura portuguesa, ele se sente perdido diante da diversidade cultural dos angolanos e de tanta atrocidade. Além disso, não entende porque Luanda é chamada de Lisboa Angolana, já que para ele não existe referência de Lisboa naquele lugar de guerra e de sofrimento.

A religiosidade, em especial, a religião católica caracteriza-se como fenômeno de identidade e cultura para o médico português: educado dentro dos preceitos do catolicismo, ele faz diversas referências aos momentos de fé em família em Lisboa.

Assim, o catolicismo, dentre as diversas religiões encontradas no espaço lusófono, está na base da fé portuguesa: “[...] chás medicinais e orações ao Divino Espírito Santo, mas sob a forma de um menino que se erguerá de mim como a alma do corpo nas gravuras do catolicismo” (ANTUNES, 2007, p.11).

Convém considerar que, para os portugueses tomar chá é tido, em algumas ocasiões como um evento social, dado que as famílias oferecem chá para as visitas. E, ainda que os portugueses tenham sido os primeiros europeus que entraram em contato com chá quando chegaram no Japão, em 1543, desde então a bebida tornou-se popular, especialmente entre as classes mais abastadas, tornando-se a bebida rapidamente popular, especialmente entre as classes mais abastadas. Várias cafeterias em Lisboa servem chá para seus frequentadores, constituindo-se como uma bebida que faz parte da cultura portuguesa.

É válido dizer, também, que o ato de tomar chá para o personagem remete aos momentos em que confraterniza com a família, apreciando uma xícara de chá na sua residência, em Lisboa. Esse fato nos apresenta passado e presente, numa justaposição temporal que ressalta a presença de elementos que existiram e que não de existir na memória do médico.

Pode-se dizer que a casa portuguesa é símbolo de cultura, é espaço de intimidade, sede de vida íntima, lugar de proteção dos olhares indiscretos, lugar de conforto, é onde se desenrola as relações familiares, desde as mais harmônicas até as mais violentas. Na obra, a casa do personagem em Lisboa é espaço de memória, de reconstrução e núcleo familiar. Ela é testemunha da sua concepção em homem, em médico e em oficial do Exército Português; as memórias destacam histórias familiares com gestos afetuosos que contrastam com os gestos vividos na guerra.

[...] de tempos em tempos, no entanto, Portugal reaparecia sob a forma de pequena povoações à beira da estrada (...) colando andorinhas de loiça nos intervalos das janelas ou pendurando lanternas de ferro forjado nos alpendres das portas: quem levou séculos a semear igrejas acaba inevitavelmente, por reflexo, a colocar jarras de flores de plástico no tampo dos frigoríficos (...) agonizante, movia os dedos cegos no lençol repetindo o acto de escrever, com a diferença de as nossas frases se sumirem a boas-vindas de azulejo e a palavras de acolhimento desbotado no capacho de entrada. (ANTUNES, 2007, p. 32).

O primeiro reino europeu a ter contato com a porcelana chinesa foi Portugal, tendo desenvolvido a prática durante os séculos seguintes com o surgimento de oleiros

que se destacavam pelo esmero e pela criatividade nos motivos decorativos e primor no acabamento. De suma importância para o destaque português foi a influência mourisca decorrente da presença árabe na Península Ibérica. Portugal se destacou pela produção de azulejos, em grande medida exportados para as colônias nos séculos XVIII e XIX.

Os azulejos portugueses consistem em técnica desenvolvida e implementada pelos mouros na Península Ibérica, caracterizando-se como importante suporte para a expressão artística nacional por mais de cinco séculos. Nele, reflete-se o repertório do imaginário português, a sua preferência pela descrição realista, a sua tradição com o cultural.

Em Portugal, o azulejo, hoje, é considerado como uma das produções mais originais da cultura nacional. Entre os temas abordados pelos desenhos estão: relatos de episódios históricos, cenas mitológicas, iconografia religiosa e uma extensa lista de elementos decorativos (geométricos, natureza etc.), podem ser aplicados nas paredes, pavimentos e em tetos de palácios, jardins, edifícios religiosos (igrejas e conventos), e de edifícios públicos.

Na obra, as louças e os azulejos portugueses representam a cultura e identidade portuguesa em território angolano. Esses objetos levados pelos portugueses são referências europeias em cenário africano. Em diálogo com tais referências culturais portuguesas, o personagem reafirma que “as identidades são narrativas do eu” (HALL, 2000, p.109).

Em *O cheiro de Deus*, as questões que dizem respeito à identidade e cultura surgem logo no título da obra: de forma sinestésica, o autor articula a palavra “Deus”, fazendo remissão às várias concepções consolidadas culturalmente, sobretudo no ocidente, levando o interlocutor por uma rede de significações tendo como base as experiências pessoais em relação ao significado dessa palavra. Já a palavra “cheiro” faz alusão aos sentidos olfativos como forma de mostrar a memória involuntária de Tia Inácia Micaéla, que na busca pelo “cheiro de Deus” vai encontrando outros cheiros ligados a fatos e sensações vivenciadas por ela.

A expressão “cheiro de Deus”, na verdade, revela metaforicamente a força e coragem da personagem, que, aos 65 anos e cega, se arma com rifle a tira colo e fica à

espreita esperando o inimigo, levando o leitor a acreditar que há uma rede de histórias interligadas à personagem.

Como expressão de cultura e de linguagem, a música está em todas as sociedades, construindo e transformando o mundo em sua volta, caracteriza-se como manifestação cultural de um povo, que “representa o cotidiano, o modo de viver e o comportamento dos indivíduos, reproduz também a natureza e como manifestação humana busca aproximação com o divino e com o sagrado” (LOUREIRO, 2009, p. 80), ou seja, é parte da construção histórica, social e cultural do homem.

Assim, ao entoar a música “Azulão”, de Jayme Ovalle e Manuel Bandeira, a personagem Júlia Preta permite que muitas redes intertextuais e interculturais sejam criadas, pois ela sintetiza seus medos e aflições no canto “todos sabiam que alguém ia morrer no Contestado a mando do Coronel Bim Bim. Os bares e os bordéis fechavam mais cedo e só os cães e os gatos e, nas noites de cheia, o lobisomem e Juvêncio Dias, enquanto viveu, ousavam sair às ruas” (DRUMMOND, 2001, p. 30).

A letra da canção “Azulão”, faz referência às coisas do cotidiano e, está em harmonia com o desejo do enunciador de mostrar a ansiedade diante da morte encomendada pelos inimigos, do amor de Júlia Preta ao coronel, ao amor platônico do coronel por Micaéla, as histórias de assassinatos e tocaias. Com a música, vários aspectos de identidade e cultura são revelados e mostram parte do cenário brasileiro em que os coronéis ditavam o poder em determinadas regiões.

Nessa perspectiva, em que a cultura popular apresenta grande relevância, versos de canções populares típicas do carnaval são cantadas como pretexto para evidenciar os fatos vividos naquela região do Estado de Minas Gerais, (...) “vestida de azul e branco/ trazendo um sorriso franco/ no rostinho encantador/ minha linda normalista/ rapidamente conquista/ meu coração sofredor/ ai, ai, ai, ai” (DRUMMOND, 2001, p. 108-109); marchinhas de carnaval: “Se a perpétua cherasse/ seria a rainha das fulô/ mas cumo a perpétua num chera/ num é a rainha das fulô”, ou ainda, “ Ô jardineira / por que estás tão triste/ mas o que foi que aconteceu/ foi a camélia que caiu do galho/ deu dois suspiros e depois morreu.” (DRUMMOND, 2001, p. 35- 122); cantigas de ninar: “Boi, boi/ boi da cara preta/ pega essa menina/ que tem medo de careta.” (DRUMMOND, 2001, p. 15), entre outros gêneros musicais.

É válido dizer que as marchinhas de carnaval se consagraram como gênero musical popular dos anos 20 aos anos 60 do século XX, no Brasil, importada de Portugal. As composições têm raízes psicológicas, sociais e culturais, com letra fácil, o que torna acessível a memorização. Com mensagens, muitas vezes, cifradas durante o período de Ditadura no Brasil, caiu no gosto popular, sendo consagrada em todos os cantos do país.

Em uma vertente antropológica, Da Matta (1997) relata que o carnaval está junto daquelas instituições sociais que nos permitem sentir nossa própria continuidade como grupo. Para ele,

[...] No carnaval, todo um conjunto de fatores sociais e históricos é combinado e re combinado para realizar o que percebemos como o carnaval antigo ou moderno, do interior e da capital, do Norte ou do Sul, dos ricos e dos pobres. Mas não se pode esquecer que isso ocorre desse modo porque todas essas situações são poderosamente dominadas pela ideia de que aqui temos um momento especial: fora do tempo e do espaço, marcado por ações invertidas; personagens, gestos e roupas características. (DA MATTA, 1997, p. 29).

Dito desse jeito, o carnaval brasileiro possibilita múltiplas formas de expressão e reforça a nossa diversidade cultural. Nas festas a linguagem corporal é um dos principais elementos de manifestação da dança folclórica e da música folclórica, porque durante o carnaval as pessoas se esquecem dos fatos ruins, buscando a felicidade plena e a construção de boas lembranças “(...) Vó Inácia tirou do fundo do baú fantasias que usava no carnaval no Rio de Janeiro. Ia e vinha na varanda, trocando de fantasia, e cantava músicas de carnaval. Usava chapéu que lembrava o ninho de um pássaro e o beijava, alheia a tudo” (DRUMMOND, 2001, p. 23).

Nessa esteira, diante do carnaval as pessoas invertem, reverterem e subvertem a ordem temporal e controlada cotidiana, alternando o direito de criar um novo modo de vida provisório, no período carnavalesco. Assim, “o carnaval é definido como “liberdade” e como possibilidade de viver uma ausência fantasiosa e utópica de miséria, trabalho, obrigações, pecado e deveres” (DA MATTA, 2004, p. 38), é o momento em que se pode deixar de viver a vida como fardo ou castigo.

As transformações realizadas pelas manifestações culturais são inevitáveis, já que a cultura é dinâmica e, sendo o carnaval uma manifestação cultural, está vinculada ao contexto social de produção: é uma cultura que se consome e se oferece ao consumo,

a partir de um processo ativo, cotidiano, ordinário e contingente que se estabelece aquilo como tradicional e historicamente determinado.

A obra angolana, *O vendedor de passados*, de Agualusa, traz o passado como parte constructo da identidade, mas este não deve ser elemento único. No discurso literário angolano, existe a necessidade de autoafirmação que se criou e se estalou como forma de resistência, como forma de reafirmação da identidade. Diante desse contexto, o leitor passa a questionar e a refletir sobre a fragilidade das lembranças que compõem o passado angolano e, o quanto há guardado na memória do povo. O discurso propicia a construção dessas lembranças, dos fatos históricos e sociais que desencadeiam em identidades e culturas coletiva e individual.

Uma das formas mais significativas de divulgação e manifestação da cultura e identidade da Humanidade é a literatura, além das bibliotecas e dos museus. Nesse sentido, a casa de Félix Ventura funciona como uma espécie de museu e biblioteca, guardando em seu interior um acervo de obras que remontam ao passado de Angola e outras nações.

[...] outras, mais afoitas, aventuram-se sozinhas pela casa, avaliando o brilho das pratas, a nobreza dos móveis, mas depressa regressam à sala, assustadas com pilhas de livros nos quartos e nos corredores, e sobretudo com o olhar severo dos cavalheiros de chapéu alto e monóculo, o olhar trocista das bessanganas de Luanda e de Benguela, o olhar pasmado dos oficiais da marinha portuguesa nos seus uniformes de gala, o olhar alucinado de um príncipe congolês do século XIX, o olhar desafiador de um famoso escritor negro norte-americano, todos posando para a eternidade entre molduras douradas. (AGUALUSA, 2009, p. 05).

Observa-se, então, que a casa de Félix Ventura é vista pela população como uma espécie de museu ou biblioteca. Esses espaços concentram uma diversidade cultural, preservam a história e a memória do ser humano, funcionando como um local de conexão entre passado, presente e futuro, pois, para Félix Ventura olhar o passado é conhecer e aprimorar mecanismos que podem influenciar o presente na construção de suas narrativas pessoais dos clientes.

Dessa forma, o discurso construído pelo personagem versa muitos discursos do passado, da história memorizada pelos livros e objetos que fazem parte da casa. Ele é um profundo conhecedor da história, o que lhe proporciona criar novas identidades

tendo como base as histórias dos livros. O espaço discursivo no qual Félix Ventura participa indica um espaço de acúmulo do tempo.

Assim, a representação da cultura de forma canônica e a cultura de seus participantes que negam a identidade angolana, já que não querem ser angolanos, e diante disso, buscam um passado glorioso, mesmo que esse passado seja fictício, mostra como os angolanos foram obrigados a esquecer sua própria identidade para assumir a identidade do outro, valorizando ideologicamente ao longo do processo de colonização de Angola a cultura do outro, ao invés de buscar identidade cultural nas próprias raízes que durante anos foram negadas pelo colonizador.

É possível perceber, mediante o discurso literário, não a imagem verbal da realidade representada de Angola, como os historiadores nos apresentam nos livros de Félix Ventura, mas a realidade apresentada por ele em suas narrativas que buscam identidade, carregada de metáforas sobre o período colonial e sobre a incertezas do país africano, uma história reelaborada para que possa assumir a posição de consolidador, um sujeito com memória, individual e coletiva, situado num tempo e num contexto social.

[...] Luanda está cheia de pessoas que parecem muito lúcidas e de repente desatam a falar línguas impossíveis, ou a chorar sem motivo aparente, ou a rir, ou a praguejar. Algumas fazem tudo isso ao mesmo tempo. Umas julgam que estão mortas. Outras estão mesmo mortas e ainda ninguém teve coragem de informar. Umas acreditam que podem voar. Outras acreditam tanto nisso que realmente voam. É uma feira de loucos, esta cidade. (AGUALUSA, 2009, p.162).

A imagem de Luanda no pós-colonial nos revela as angústias e conflitos de um povo que busca identidade; a loucura, nesse caso, é para expor as inconvenientes verdades, é uma forma de fugir da realidade tão aterrorizante, é o retrato de um país perdido que tenta resgatar suas memórias, sua identidade, sua história, sua cultura. O que se vê é um país que teve a sua história arrancada e anulada em anos de colonização.

Em Mia Couto, o espaço é determinante para a construção de identidade moçambicana. Essa determinação ocorre na medida em que o sujeito é o Outro e ambos se miram, mesmo que seja para negá-lo. Dessa maneira, *Venenos de Deus, remédios do Diabo* é, em grande parte, uma investigação sobre as decorrências do hibridismo cultural e identitário em Moçambique. É válido dizer ainda, que a tal hibridez não se

deu apenas pela presença do português, mas também, pela interação com outros povos fronteiriços de Moçambique, pela migração e comercialização de produtos com outros territórios comerciais, como retrata Bartolomeu ao esclarecer sobre a cor de pele da filha: ele negro e ela mulata, têm-se Deolinda, fruto da miscigenação, com pele clara.

No dia em que o jovem Bartolomeu Sozinho, envergando o melhor fato do seu melhor amigo, se apresentou perante a família da noiva, ele proclamou com solenidade:

— Não sou preto!

— Então?

— Sou extremamente mulato.

Apesar de tudo, a chamada raça, ao contrário das previsões, não tinha — “retrocedida”. Deolinda era de pele clara, mais clara que a própria mãe (COUTO, 2008, p. 31).

Diante do exposto, podemos dizer que raça e etnia são categorias utilizadas no contexto histórico moçambicano como mecanismo para unificar e representar o povo. Porém, tratando-se de nações globalizadas como Moçambique, as culturas e a identidade de um povo são híbridas, e, ainda, são categorias discursivas e não biológicas. Convém mencionar que o trecho apresenta a ausência de conflito entre negros e brancos com relação ao preconceito racial, o que não significa que o personagem não se manifeste diante de tal situação. Há uma aparente imagem construída sobre a aceitação social do negro em conjuntura colonial, é como se o negro moçambicano estivesse acostumado com tal comportamento em consequência da sua cor de pele.

Além disso, percebe-se que a identidade negra é desmembrada em uma ligeira tonalidade de pele, podendo gerar grupos: negros e mulatos, e, a partir daí, surgir os estigmas e o preconceito. Portanto, ao afirmar “não ser negro, mas extremamente mulato”, Bartolomeu Sozinho, mesmo que hipoteticamente, demonstra ter consciência dos conflitos identitários e culturais moçambicanos e de seu lugar nessa luta social e discursiva.

Além do mais, Bartolomeu salienta, em tom irônico e crítico, mas de forma velada, o valor étnico para a sociedade, quando assume que “a raça não retrocedeu”, pois continuou amulatada, ele transparece para o leitor-enunciador uma escala valorativa em decorrência da cor de pele do sujeito, com isso: negro<mulato<branco. Contudo, isso se dá pela presença do Outro, branco europeu, ocupando o lugar de referência, de ideal para o contexto moçambicano.

Isto posto, ressaltamos que se a condição híbrida de cultura e identidade moçambicana antes da presença dos portugueses já era inquestionável, depois se radicalizará o hibridismo. A experiência colonial marca a fragmentação inapagável na identidade e na cultura dos povos colonizados, uma vez que, depois de descolonizados não podem retornar à condição anterior, pois os vestígios culturais e identitários não podem ser negados.

A partir dessa perspectiva, reiteramos o pensamento de que a cultura e a identidade são um produto social, pois se realizam em diferentes esferas da sociedade, passando, assim, a serem percebidas como um conjunto de características que inclui conhecimentos, arte, crenças, lei, moral, costumes e hábitos, os quais são adquiridos pelo sujeito na interação/comunicação, pois, segundo Hall (2006), a noção de cultura está relacionada com “significados compartilhados”.

Dito dessa forma, parece-nos ser a língua o principal elemento que assinala a cultura e a identidade em território moçambicano, pois falar português, como certifica Bartolomeu Sozinho, concebe um problema, já que quer dizer abdicar de um passado no qual estão suas raízes “-Eu estou é a ficar branco de língua, deve ser porque só falo português” (COUTO, 2008, p. 111). Desse jeito, segundo Hall (2016, p. 18) “a linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura”. Diante do exposto, podemos dizer que é por esse motivo que a língua portuguesa é uma marca de prestígio em Moçambique, em Angola e nas colônias africanas de expressão portuguesa.

Esse autor também ressalta o papel da linguagem e, diante dessa concepção, revela que:

[...] a linguagem (...) opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos ‘meios’ através dos quais pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (HALL, 2016, p.18).

Em concordância com ele, assinalamos que a linguagem é essencial para que haja o compartilhamento dos significados produzidos, porquanto a representação pela linguagem proporciona o entendimento e a apropriação de uma cultura que se organiza,

se regula e se legitima nas práticas sociais, em contextos reais. Diante do exposto, Cunha (2008, p. 45) declara que “as tradições populares, vistas como repositórios dos valores genuínos, autênticos e perenes, constituíam uma das bases da edificação de uma consciência nacional forte e redentora”.

Dessa maneira, uma nação é composta por diferentes classes sociais e grupos étnicos. A discrepância entre os personagens Bartolomeu Sozinho e Alfredo Suacelência situa o discurso forçado uniforme que pressupõe o conceito de “nação”. É nas referências de classe social que se desvendam as razões pelas quais Bartolomeu Sozinho sente melancolia dos tempos coloniais, época em que ele, marinheiro, tinha status social e não sofria com os impasses que o colonialismo decretava a muitos moçambicanos, à proporção que Alfredo Suacelência concretiza a descolonização por ser gestor local, uma espécie de prefeito, de Vila Cacimba.

Dentro dessa perspectiva, vemos que as identidades e a culturas nacionais estão em constante deslocamento. Para Hall (2005), as culturas nacionais buscam “costurar” as diferenças em uma única identidade, porque estas não estão livres do jogo de poder, das contradições e divisões internas. Por esse motivo, a referência ao hibridismo cultural em Moçambique persiste em uma renúncia ao favorecimento das diferenças.

À medida que se afasta dos recantos que ele tão bem conhece, Sidónio vai-se perdendo em labirínticas paisagens. As ruínas se convertem em tortuosos atalhos, as pessoas deixam de falar português. O médico afunda-se num mundo desconhecido, fora da geografia, longe do idioma. [...]
Aos poucos, a estranheza dá lugar ao medo. Ali começa um continente que Sidónio Rosa desconhecia. Apercebe-se quanto a sua África era reduzida [...]. No fundo, o português não era uma pessoa. Ele era uma raça que caminhava, solitária, nos atalhos de uma vila africana (COUTO, 2008, p. 116-117).

Na passagem do romance, o personagem Sidónio Rosa, médico português, está perdido e se depara com uma África que seus estereótipos não compreendem. Passa-se na mente do português o pensamento de um Moçambique prisioneiro dos valores culturais ocidentais europeus. No entanto, ele evidencia a existência de Áfricas que o projeto colonizador não apagou.

E, ao se deparar com as marcas culturais e de identidade de um Moçambique pré-colonial, o português percebe que a identidade nacional do moçambicano não está centrada nos trópicos europeus, mas sim, que é híbrida e geradora de conflitos. Tal reflexão faz Sidónio se dar conta de que não está em outro Portugal, mas em

Moçambique com todas as suas diversidades culturais e identitárias, daí aflora a consciência de cultura e identidade do médico.

Em consonância com Bauman (2005), o problema em relação à identidade só aflora quando existe uma crise de pertencimento “a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 84). O médico português, Sidónio, não se reconhecia naquele que chamava de outro Portugal, por isso a crise de pertencimento, sentindo-se devorado pelo contexto social moçambicano. O país idealizado por ele, domesticado pelos padrões portugueses não existia.

3.7- Literaturas lusófonas: intersecções discursivas

As literaturas lusófonas, *corpus* de análise dessa pesquisa, focaliza pontos importantes de intersecção no que diz respeito às categorias de análise: formações discursivas, memória discursiva, identidade e multiculturalismo. Assim, dizemos que as literaturas se amparam no discurso literário para direcionar o enunciador nesse universo lusófono representado discursivamente pelos escritores e suas obras.

O discurso literário, nas literaturas lusófonas, surge como documento histórico, buscando manter, o máximo possível, a realidade representada, no combate à discriminação identitária e cultural em contexto interacional social. Isto dito, acreditamos que a cultura tradicional e a cultura popular viram chave para compreender e apropriar-se da leitura realizada de forma persuasiva de um discurso que pretende aguçar no enunciador os erros e acertos produzidos no decorrer da história.

Diante de tal perspectiva histórica e discursiva, as operações e revelações requeridas por António Lobo Antunes, em *Os cus de Judas*, desfaz a História de seu estatuto privado, levando para novos olhares que redimensiona o passado com projeções para o futuro. Com isso, a guerra colonial, a ditadura salazarista e a Revolução dos Cravos são fatos históricos predominantes no discurso literário que envolvem as ações e as reflexões dos personagens de Lobo Antunes.

A experiência dolorosa dos soldados portugueses, num espaço em que não se conheciam, não dialogavam de forma amigável uns com os outros e não possuíam o desejo de trocar experiências culturais e identitárias, escancara as marcas de uma guerra fratricida que poderia ter sido evitada. Com isso, os cenários de Angola são negativos,

seja ele na cidade ou mar, pois ambos são cenários de combate e de sofrimento: “(...) cidade colonial pretensiosa e suja de que nunca gostei, gordura de humildade e de calor, detesto as tuas ruas sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela (...) o meu país, Ruy Belo, é o que o mar não quer.” (ANTUNES, 2007, p. 95).

É possível apreender a angústia do médico protagonista diante das paisagens angolanas, já que para ele restam as memórias de Lisboa e a revolta perante tal contexto de guerra, mas que numa ação de moral patriótica e religiosa que foram pacientemente construídas pelo Estado e pela família portuguesa, numa espécie de “ditadura salazarista e de sacristia”, assenta o contexto de guerra insana:

(...) a felicidade, esse estado difuso resultante da impossível convergência de paralelas de uma digestão sem azia com o egoísmo satisfeito e sem remorsos, continua a parecer-me, a mim, que pertença à dolorosa classe dos inquietos tristes, eternamente à espera de uma explosão ou de um milagre, qualquer coisa de tão abstracto e estranho como a inocência, a justiça, a honra, conceitos grandiloquentes, profundos e afinal vazios que a família, a escola, a catequese e o Estado me haviam solenemente impingido para melhor me domarem, para extinguirem, se assim me posso exprimir, no ovo, os meus desejos de protesto e de revolta. (ANTUNES, 2007, p. 148).

Sem complacência a sonhos de felicidade social e pessoal perante a guerra, há uma análise crítica, em tom irônico, da nação angolana, uma vez que as feridas e cicatrizes deixadas pelo autoritarismo são abertas e reabertas na sociedade angolana, pois o contexto de pobreza, de guerra e de desigualdade estão por toda a parte, mostrando o descaso em relação à população menos favorecida.

Sendo assim, o autor revisita tanto a História passada do povo português, em especial, das colonizações, quanto a História recente na qual fazem parte a descolonização. Agora, tem-se uma História reescrita de forma trágica, irônica e grotesca no salazarismo e seu projeto de colonialista. Além disso, a Revolução dos Cravos é retratada com certa severidade, limitando as boas intenções dos militares revolucionários.

[...] Estou farto desta merda pelo amor de Deus arranje-me uma doença qualquer, Deserta gritavam os papeis do MPLA [Movimento pela Libertação de Angola], Deserta Deserta Deserta Deserta DESERTA, a locutora da rádio da Zâmbia perguntava Soldado português porque lutas contra os teus irmãos mas era contra nós próprios que lutávamos, contra nós que as nossas espingardas se apontavam, I love to show you my entire body e eu já me tinha de novo esquecido do teu corpo de coxas afastadas no quarto do sótão

onde durante um mês vivi, esquecido do cheiro do sabor da elasticidade suave da tua pele... (ANTUNES, 2007, p.101-102).

Convém reiterar que as memórias informam um panorama da História recente de Portugal, dado que as imagens projetadas no excerto ressoam figuras necessárias para a compreensão e representação do período. O discurso literário se ocupa de cada gesto para anunciar os sofrimentos motivados pela História do país. A memorização contribui para expor o processo histórico do país, chamando a atenção para culpas e traumas que poderiam ser evitados.

Além disso, num entendimento histórico discursivo, vemos que a obra *Os cus de Judas* está construída em cima de três máximas muito utilizadas durante o salazarismo: Deus, pátria e família. Essas máximas sociais eram constantes na ditadura portuguesa, mas, ao utilizar o traidor de Jesus, Judas, o autor faz uma crítica à sociedade e à religião vigente em seu país, intensificando o pressuposto de que seria impossível Deus estar na África, mais especificamente, em Angola, naquele momento em que grande parte da população era exterminada pelo processo de guerra civil.

[...] à medida que trabalhava o coto descascado de um membro ou reintroduzia numa barriga os intestinos que sobravam, nunca os protestos me surgiram tão vãos, [...] se me perguntaram porque continuo no Exército respondo que a revolução se faz por dentro, explicava o capitão [...] que puxou da pistola para o pide magrinho que atirara um pontapé a uma rapariga grávida [...]. (ANTUNES, 2007, p. 129).

Os militares portugueses não poderiam cometer determinados delitos, pois eram representantes oficiais do Estado; em regime de ditadura, deveriam dar exemplo e serem motivo de orgulho para Portugal por seus feitos na colônia. Dessa maneira, a família e o Estado funcionam como agentes repressores do sujeito, já que são avessas ao prazer, à felicidade, esterilizando as potencialidades do ser. Diante de tal contexto, o protagonista argumenta:

[...] pertenço à dolorosa classe dos inquietos tristes, eternamente à espera de uma explosão ou de um milagre, qualquer coisa de tão abstrato e estranho como a inocência, a justiça, a honra, conceitos grandiloquentes, profundos e afinal vazios que a família, a escola, a catequese e o estado me haviam solenemente impingido para melhor me domarem, para extinguirem, se assim me posso exprimir, no ovo, meus desejos de protesto e revolta. (ANTUNES, 2007, p. 122).

Fica claro que o personagem não se orgulha dos feitos de seu país em contexto angolano, e ainda, apresentou a família portuguesa como uma instituição falida, já que ele era divorciado da esposa, e narra, em diversos diálogos os casos extraconjugais de um tenente com a sua cozinheira. Diante de tal acusação, o personagem faz críticas diretas às máximas salazaristas: Deus, Estado e família. Para ele essas máximas não representavam o povo, uma vez que a imposição delas consistia em uma utopia da ditadura e não em uma guerra na qual não havia heróis, mas pessoas que sofrem e se sentem alienadas.

A obra literária de Roberto Drummond, assim como a portuguesa, também apresenta um contexto histórico social de ditadura brasileiro. *O cheiro de deus*, também dialoga com os períodos históricos tensos da vida social brasileira como a Coluna Prestes e a Revolução de 30, nos quais transitam figuras políticas famosas: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, entre outros.

Para fazer remissão ao período de ditadura no Brasil, o autor faz uso de músicas que permitem ao leitor-enunciador construir referências e compreender os espaços discursivos, como os versos da canção interpretada por Francisco Alves “bota o retrato do velho/ Outra vez/ bota no mesmo lugar/ o sorriso do velhinho/ faz a gente trabalhar.” (DRUMMOND, 2001, p. 225). Essa marchinha de carnaval leva o leitor a fazer inferências sobre os apontamentos e reflexões em relação ao Estado Novo, no qual Getúlio Vargas exigiu a sua foto, enquanto era presidente, em todas as repartições públicas e, ao ser deposto, em 1945, todas as fotos foram retiradas. Em 1950, Vargas retorna ao poder e as fotos voltaram para as paredes das repartições públicas.

O efeito de identificação ganha sentido na medida em que os dados do cotidiano se envolvem na história, formando uma colcha de retalhos com a documentação histórica, política e social, contribuindo para a formação do painel da época. É importante ressaltar que, ao protagonizar fatos históricos na literatura, o autor ajuda a formar no leitor o processo de apropriação e representação histórica discursiva por meio do discurso literário.

Convém mencionar que dois partidos políticos constituem a disputa de poder na narrativa, UDN e PSD, este último, só se consolidou após o Estado Novo, a União Democrática Nacional – UDN, apesar de representar os mesmos setores sociais que o

PSD, teve sua fundação e atuação marcados por oposição a Getúlio Vargas e ao seu legado.

Além da ditadura, outro fato histórico político brasileiro está representado no discurso literário de Drummond. Ele destaca as guerrilhas pelo domínio da faixa territorial entre os estados do Espírito Santo e Minas Gérias, o Contestado.

[...] o coronel Bim Bim, já então homem poderoso, rico, temido e influente no Contestado, estava esperando, como uma cobra espera dez noites de lua o momento de dar o bote, que ele, Vô Old Parr, morresse (...). Seguiu o noticiário sobre a Coluna Prestes e quando correu o boato de que os rebeldes estavam a caminho do Contestado, com a barba grande e montados em cavalos, conversou a respeito com Vô Inácia. (DRUMMOND, 2001, p. 49).

No Brasil, a disputa e manutenção de posse de terras sempre foi um assunto constante. Com isso, no início do século XX, a história brasileira registra pelo menos dois fatos relevantes: a Guerra do Contestado, região localizada entre Minas Gerais e o Espírito Santo e a Guerra dos Pelados, em Santa Catarina.

A Guerra do Contestado consistia na luta pela posse de terra e definição dos limites entre os municípios de Mantena, antiga Vila de São João do Manteninha, no Estado de Minas Gerais, e Barra de São Francisco, no Estado do Espírito Santo, surgindo nessa região o Contestado, local onde vários agricultores e militares morreram em conflitos por disputa de terras. A região do Contestado, contudo, é “[...] uma terra de ninguém na divisa de Mina com o Espírito Santo, uma das regiões mais violentas do Brasil (DRUMMOND, 2001, p. 16).

As literaturas lusófonas africanas, angolana e moçambicana trazem relatos históricos do período de pós-colonial e de guerra civil em suas nações. Assim, *O vendedor de passados* e *Venenos de Deus, remédios do diabo* recorrem aos estudos culturais e pós-coloniais de forma memorialista para criar registros capazes de evitar o desaparecimento e o desconhecimento de traços marcantes da História de cada país.

Dito desse jeito, verificamos que as narrativas unem memória discursiva e história para elaborarem o discurso de cunho nacional. O discurso literário apresenta ao leitor enunciador a multiplicidade histórica e cultural em Angola e Moçambique: por meio do discurso literário os vários contextos históricos são apresentados com o pretexto de recontar e, recriar a história não contada pelos colonizadores.

É importante destacar que os processos de libertação, tanto em Angola como em Moçambique, estão atrelados ao projeto salazarista, regime de ditadura no século XX, em Portugal. Assim, as colônias eram dominadas conforme as máximas de Salazar: Deus, pátria e família. A literatura resgata a relação de superioridade e exploração entre as sociedades colonizadoras e colonizadas; após a libertação política a população não vê mudanças significativas, pois o que se vê é a instabilidade e a disputa por poder dentro do próprio país. Essa estrutura de desigualdade e disputa de poder contribui para o enfraquecimento e para a instabilidade social que já sofre com resultados opressivos de séculos de dominação colonial.

E visitou-a de todas as vezes que o barco rumou para Lisboa até que, em Abril de 1974, ao sair de São Tomé, o navio recebeu a notícia da queda do regime colonial português. Ficaram a espera de mais notícias, inventaram uma paragem por motivos “de ordem técnica”. [...]

- Estamos parados por causa de uma avaria, Entendem?

Não entendiam. Não havia avaria nenhuma. O que avariara tinha sido o regime dos poderosos. (COUTO, 2008, p. 130-131).

Com a independência de Moçambique, grande parte da mão de obra qualificada partiu do país e a população local não estava preparada para assumir as responsabilidades administrativas da nova nação, já que a metrópole, Portugal, não incentiva qualquer organização que desfavoreça o regime colonial português. Assim, os colonizadores dificultavam o acesso de moçambicanos ao poder. Desse modo, a violência e a desorganização política geradas a partir do processo de descolonização persistiu até a saída dos portugueses, provocando um abismo social, econômico e político.

É válido dizer ainda que as quatro obras literárias lusófonas abordadas nesta pesquisa apresentam entre as diversas temáticas, a da violência. Seja de forma velada ou explícita, a violência está presente no contexto histórico social lusófono. As formações discursivas usadas nas narrativas nos levam a crer que “a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constitui” (ŽIŽEK, 2014, p. 45).

Em *Os cus Judas*, o contexto de guerra evidencia o caos e quanto os soldados portugueses e a população de Angola eram submetidos a experiências de violência, que

muitas vezes, pareciam “normais” perante tanta atrocidade, fato perceptível no seguinte trecho;

[...] na lição de Anatomia de Rembrandt, o médico competente e responsável que desejavam que eu fosse, consertando a linha e agulha os heroicos defensores do Império, que passeavam nas picadas a incompreensão do seu espanto (...) dizia eu furioso dentro de mim, desbridando tibiais, rodando garrotes, regulando a botija de oxigênio, preparando os amputados para seguirem para o Luso, assim que amanhecesse, na pequena avioneta da FAP, enquanto os maqueiros, no compartimento ao lado, procuravam as veias dos dadores, e o tenente seguia inquieto os meus gestos numa ansiedade que se adensava (ANTUNES, 2007, p. 45).

Desse modo, *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, completa o absurdo da guerra, da violência e da dominação impostas não somente aos africanos, mas também aos portugueses combatentes, que eram jovens e foram arrancados de seus sonhos pessoais e familiares, de seu país de origem para lutar contra um povo já massacrado pela pobreza e pela desigualdade gerada pelo sistema colonial português, em nome de um ideal ultrapassado, valorizado pelo peso da tradição histórica e totalmente contrário aos direitos humanos.

Em *O cheiro de Deus*, a violência está externada no discurso literário por meio da disputa de terras, O Contestado, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Toda a localidade tinha dupla jurisdição, convivendo uma autoridade de Minas Gerais e uma autoridade do Espírito Santo. Conforme a convicção ideológica política partidária da família, os filhos eram registrados: quem era a favor de Minas registrava em cartório mineiro e quem era a favor do Espírito Santo, fazia o contrário.

Em meio a uma guerra fria e disputada litigiosamente pelos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, a zona do Contestado era um território de 10 mil km², que, desde 1903, foi palco de inúmeras batalhas: tropas mineiras e capixabas ficavam de prontidão, espalhando tensão na região, com iminente combate entre os militares e a população.

Entretanto, a violência pode estar presente na sociedade de outras formas, por meio do preconceito racial. Embora, a obra de Drummond esteja centrada nas divergências políticas e disputa do Contestado, é possível apreender que a violência entre os personagens existe e, às vezes passa despercebida. A personagem Catula, filha

de uma alcoólatra, muito cedo habituou-se a viver com ódio que sua mãe lhe revertia, estampado pelo preconceito em relação ao tom de pele da menina.

Conforme relatos do autor, quando Catula tinha três anos tornou-se negra. Rose procurou ajuda médica para tal problema de pele, mas sem solução científica, “vivia em guerra com as frentes frias que vinham da Argentina e bastava Catula virar negra para trancá-la dentro de casa” (DRUMMOND, 2001, p. 91). A personagem Catula era alvo de preconceito e desconfiança, tanto de sua mãe quanto de alguns componentes do grupo social ao qual pertenciam.

Sendo assim, além do preconceito tanto dos adultos quanto das crianças, Catula guarda na lembrança o momento em que, ainda menina, com nove anos, sua mãe, ao vê-la beijando o primo Buchanan's, deu-lhe um tapa na cara, gritando “– Negra vagabunda! [...] Puta sem vergonha!” (DRUMMOND, 2001, p. 91). No caso da personagem, o preconceito racial afeta as questões psicológicas, emocionais e morais, tornando-a estigmatizada em relação aos membros da sociedade, em especial, o Contestado.

É importante refletir que, se o preconceito é latente na sociedade contemporânea, mesmo de forma velada, o que dizer sobre a sua manifestação na época retratada pelo romance de Drummond, final de década de 1950 e início dos anos 1960, em que os ideais sociais eram determinantes numa preterição de origem, ocasionando a inclusão ou exclusão de determinado grupo social.

Nessa esteira social, a personagem precisou acostumar-se com a estranheza gerada pela sua transformação racial e “conviveu com toda espécie de racismo. Nos grupos escolares onde estudou em Belo Horizonte, quando transformava-se em negra, era isolada no recreio, sofria o que chamavam de ‘gelo’”. (DRUMMOND, 2001, p. 90).

Em contrapartida, nas literaturas angolana e moçambicana, a violência do período colonial persiste mesmo depois que os portugueses voltaram para Portugal. Esse processo violento no pós-guerra é fruto do contexto histórico de exploração no qual foram submetidos durante séculos de colonização, em nome do império português, a violência pode ser justificada como parte do processo de pacificação, já que o conflito de interesses entre as classes sociais leva, em alguns casos, a atos violentos.

- Acabou-se a merda da liberdade! Acabou-se a puta da nação!
Aqueles afrontosos gritos roucos ainda ecoaram por um tempo pelas nebulosas ruelas, fazendo estremecer o pequeno sossego da Vila. Todos sabiam quem iria levar a peito aquele ultraje, mas ninguém sabia exactamente a que nação e liberdade o velho Bartolomeu se referia. Talvez a ofendida nação fosse o pequeno quarto onde ele se havia enclausurado.
E a amaldiçoada liberdade fosse a possibilidade de visitar o passado e voltar a viajar em falecidos navios coloniais (COUTO, 2008, p.95).

Num momento em que o país se encontrava liberto do regime colonial, portanto, livre para expressar sua cultura e identidade, valorizando a nação e seu povo, Bartolomeu reitera sua insatisfação mediante o contexto atual de Moçambique. Para ele, as viagens com os portugueses no navio eram um alento, pois o levavam para longe da terra, dos demais e de si. Bartolomeu Sozinho podia se desprender daquele mundo devastado, por alguns dias, meses ou semanas, já que era amparado pela distância da terra natal.

Além disso, a crise de identidade é um fator relevante nas obras de Mia Couto e Agualusa. Quando as potências europeias dividiram o Continente Africano, não levaram em consideração semelhanças étnicas/diferenças étnicas e a cultura dos povos. Assim, a marcação territorial ocorreu pela extensão geográfica de cada localização. Esse fato é relevante porque a identidade do povo em questão não é una, já que sofreu influência de outros povos ao longo da História, por meio do deslocamento de tribos do norte para o centro, para o sul e ao longo do território, e, ainda se fundiu à cultura do colonizador a ponto de não mais reconhecer-se.

Bartolomeu argumenta sobre essa fusão cultural e identitária em Moçambique que os “(...) poucos e desamparados, partilhando secretas cumplicidades e sofrendo de um mesmo sentimento de orfandade. A cultura que os criou está longe, noutra tempo, noutra universo. A mentira é o único remédio que lhes resta contra essa solitária lonjura.” (COUTO, 2008, p. 147-148).

Nos romances, o discurso literário nos entremostra o fato de que, com as mudanças ocorridas em Angola e Moçambique, com o fim do colonialismo português, houve uma ruptura quanto àquilo que era considerado estável entre os portugueses e os africanos. O discurso colonial com extremidades opostas deu lugar à diversidade do discurso pós-colonial. A luta por liberdade passou a ser por poder entre iguais e por representação social; a libertação dessas nações passou a usada como pretexto para justificar a luta entre iguais.

Contudo, no decorrer de viagem pelas obras lusófonas, podemos perceber que tanto a literatura como a história partem de narrativas produzidas em contexto histórico discursivo, já que o discurso narrado irá transmitir e tornar admissível determinado fato histórico, sendo recontado e recriado no discurso que o faz e refaz. Nesse refazer, acaba-se por se recriar um novo fato, uma nova história pela ótica de quem narra, pois nunca o olhar do enunciador é isento.

Dito desse jeito, há uma linha muito tênue entre o discurso feito pela história e o discurso literário: enquanto no primeiro se conta o que aconteceu, no segundo o imaginário se alia ao fato contado para lhe propiciar mais verossimilhança, ou seja,

[...] tanto os fatos registrados pela História quanto os enredos imaginados pela literatura inevitavelmente convergem, quando representados no ato da escrita, para aquele ambíguo meio-caminho entre elas no qual – e uso de novo uma frase de Machado de Assis – “a verossimilhança é muitas vezes toda a verdade” (MACEDO, 1999, p. 38).

Nas literaturas lusófonas, percebe-se a fragmentação do sujeito nessa descontinuidade histórica. A ideia de uma identidade e uma cultura social cristalizada é capaz de especificar traços únicos de uma nação ou torná-los imutáveis, como se houvesse o contato com outro e a possibilidade de o discurso alheio entremear os discursos coletivos e individuais em contexto histórico social.

Nessa perspectiva, as literaturas lusófonas passam a ostentar um discurso, também, fragmentado, que se mostra poderoso no processo de construção identitária e cultural das sociedades que representadas. É no discurso literário que se percebe a forma irônica como a História é questionada, buscando compreender o passado para se apropriar de manifestações sociais no presente e se preparar para o futuro.

O passado é parte primordial de uma identidade e de uma cultural nacional, na memória discursiva dos sujeitos atuantes em contexto social, essas manifestações estão expressas e são reveladas no discurso literário lusófono. Assim, durante a nossa análise buscamos exemplificar que as literaturas lusófonas são base documental do contexto histórico no qual estão estabelecidas.

Nessa esteira, a descrição dos contextos sociais por meio da memória discursiva descortina o sentimento de não pertencimento causado pela experiência traumática de conflitos por disputas de terras ou por guerra colonial. Esse sentimento de não

pertencimento é desvelado nas literaturas de Mia Couto e Agualusa, nas quais os personagens têm suas vidas transformadas pelo discurso ideológico do governo de Salazar.

A necessidade de pertencimento estampada nas literaturas de Mia Couto e Agualusa, remonta a uma característica que é inata ao ser humano, mas que em contexto histórico e social de colonialismo foi negada. Para os africanos, havia a carência de fazer parte de uma bandeira que os representasse, parte de uma nação, parte de um núcleo coletivo que incorpore sua cultura e identidade.

Dito dessa maneira, os narradores-enunciadores passam por um processo de desconstrução identitária e cultural; ocorre uma desconstrução quanto à representação do sujeito no pós-guerra. Com isso, o espaço discursivo de guerra, de ditadura, luta por demarcação de terras, disputas de poder constroem nos enunciadores uma memória individual e coletiva traumática, pois toda memória discursiva individual nasce em convívio social.

Para os países africanos, Angola e Moçambique, que foram colônias portuguesas, desvencilhar-se das artimanhas deixadas pelo colonizador não é tarefa tão fácil, pois os anos de dominação anularam os sentimentos de liberdade e de autonomia. Com a descolonização, sentem-se perdidos e recorrem aos estereótipos já conhecidos para reformular uma malha de segurança. Entretanto, não procuram nas suas bases tradicionais, na sua história ou nas culturas africanas, nas bases que fundamentam a sua inserção como nação, pois durante séculos houve a desvalorização e ridicularização de suas referências e de seus ancestrais.

Assim, na falta de um referencial que guie a construção de uma identidade nacional, busca-se as referências do colonizador que não estão na base da tradição da própria nação, por isso cria-se um novo paradigma a partir de uma história inventada. Desse modo, depois de tantos de anos de dominação, não conseguem encontrar o seu próprio discurso de posição no mundo e na sociedade, fazem isso com o discurso do colonizador, como se esse discurso de dominação os representasse.

Contudo, o sentimento de pertencimento não está presente apenas nas literaturas de Mia Couto e de Agualusa. Em Drummond e Lobo Antunes, o discurso de pertencimento tem como base as raízes europeias dos personagens. Em Drummond, fica clara a valorização dos Drummonds escoceses, assim como os costumes e tradição trazida pelos imigrantes. Embora a narrativa se passe em uma região de disputa territorial no Brasil, os enunciadores agem como se fossem “legítimos escoceses”.

Já em Lobo Antunes, a cultura europeia portuguesa funciona como referência, principalmente, da capital Lisboa. Entretanto, o enunciador questiona a forma de imposição e dominação portuguesa em Angola. Para ele, não se deve vestir a máscara do dominador no povo tão sofrido por anos de dominação e exploração.

Convém esclarecer que as literaturas lusófonas são movidas pelo desejo de confissão, os enunciadores têm o desejo de apresentar sua história, querem fazer com que aquele que escuta a sua voz possa participar da experiência de ser sujeito lusófono. As literaturas, com o discurso literário, produzem um olhar dilacerante sobre os conflitos dos coronéis no Brasil ou os conflitos coloniais em Angola e Moçambique: são relatos guiados pelos tortuosos, chocantes e complexos caminhos da memória discursiva.

Nessa esteira de pensamento, o discurso literário difunde as relações entre memória discursiva e identidade. Nas literaturas pode-se reiterar ainda de que forma as memórias discursivas influenciam em nosso comportamento presente e o quanto de verdade ou ficção compõem a nossa história. Nos romances, os personagens apresentam um processo de deslocamento, descentramento e desconstrução, uma vez que suas vidas são modificadas a partir da experiência obtida no passado e que é intercalada pelo imaginário social, imposto pela sociedade em formação.

Sendo assim, a constituição de um passado que se percebe em seu próprio discursivo, nesses contextos históricos sociais, está a razão de ser dos personagens que atuam para que as representações lusófonas se estabeleçam. Esse movimento serve para configurar e descrever a debilidade do ser humano diante de situações extremas, como as vividas em contexto de guerra nas colônias Angola e Moçambique, e os conflitos armados no Contestado no Brasil.

A literatura é testemunho das situações sociais limites, em que o contexto social representado pretende dizer o indizível da experiência humana, tendo a função crucial de preservar a lembrança do acontecido ou recuperar uma identidade perdida. Isto dito, vemos que o discurso literário representa duas vozes que se entrecruzam: a literatura como guardiã da memória discursiva e a que denuncia as contradições sociais.

Os mundos possíveis que as literaturas lusófonas nos propiciam podem trazer dentro de si o apelo ao reconhecimento, tanto por parte do sujeito interpretante quanto dos contextos que envolvem ou lhes são preexistentes, pois esses contextos históricos sociais desencadeiam o conhecimento histórico.

Além disso, vê-se que a cultura europeia está entrelaçada com as culturas locais, sendo, muitas vezes, difícil de saber separá-las. O que vemos no decorrer das leituras são territórios discursivos que reforçam identidades e fronteiras físicas e simbólicas, num hibridismo cultural que ganha relevo para evidenciar as relações de poder econômico, político e social.

CONCLUSÃO

Por que simplesmente não tentar
sensibilizar o outro, sentir o outro,
revelar-se outro?
Frantz Fanon¹¹

Navegar foi a palavra de ordem durante o período expansionista de Portugal; essa também foi nossa palavra de ordem durante as leituras e análises realizadas com as obras literárias lusófonas: *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, publicada em 2007, pela Editora Objetiva; *O cheiro de Deus*, de Roberto Drummond, publicada em 2001, pela Editora Objetiva; *O vendedor de passados*, de José Eduardo Agualusa, publicada em 2009, pela Editora Gryphos; e *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, de Mia Couto, publicada em 2008, pela Companhia das Letras.

E, para que nossa viagem se concretizasse, não perdemos de vista dois aspectos importantes e norteadores: a temática “O discurso e a representação do contexto histórico-social em obras literárias lusófonas” e a hipótese de que as literaturas lusófonas, implicadas em contexto histórico e social, revelam, por meio do discurso e da memória discursiva, marcas de cultura e de identidade. Assim, diante de tal perspectiva, foram retomados os objetivos: 1) verificar em obras lusófonas a memória discursiva e o multiculturalismo tendo em vista a língua portuguesa; 2) identificar em obras lusófonas a formação discursiva e a identidade em contexto histórico e social; 3) selecionar e analisar sequências literárias lusófonas presentes nas obras que compõem o *corpus*.

Dessa forma, com tais objetivos, delimitamos nosso percurso de pesquisa. E, após, o processo de análise das obras literárias lusófonas, podemos dizer que atingimos os nossos objetivos, pois conseguimos mostrar com a teoria selecionada e com diversos recortes das obras lusófonas como se dá em contexto histórico e social: a memória discursiva, o multiculturalismo, a identidade e a formação discursiva.

Entretanto, para que nossa viagem ficasse completa, precisamos da participação das categorias de análise: formação discursiva, memória discursiva, identidade discursiva e multiculturalismo. As categorias de análise se tornaram companheiras indispensáveis para o processo de apropriação e representação do espaço lusófono que

¹¹ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA, 2008, p. 191.

nos foi apresentado de forma lúdica e crítica.

É importante dizer que, os percursos realizados pela nossa viagem passam, também, pela escolha das palavras-chave: discurso literário; literatura lusófona; memória discursiva; cultura; identidade. As palavras-chave nos guiaram pelos caminhos e descobrimentos teóricos que nos serviram de lamparina na elucidação dos espaços históricos e sociais lusófonos.

Do ponto de vista metodológico, nosso roteiro apresenta nossa pesquisa como descritiva e interpretativa, sendo composta por três capítulos. Assim, o primeiro capítulo, denominado *Lusofonia: o contexto histórico e as literaturas lusófonas*, apresentamos questões teóricas, com ênfase no contexto histórico e social a partir do século XX e início do século XXI de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

No segundo capítulo, *O discurso e o contexto social*, interpelamos o aporte teórico utilizado na análise sobre Análise do Discurso de Linha Francesa, focalizando os conceitos: formação discursiva, memória e memória discursiva, identidade discursiva, multiculturalismo e discurso literário e as obras lusófonas.

Já no terceiro e último capítulo, *O espaço lusófono: uma abordagem discursiva*, em que realizamos a análise do *corpus*, trazemos à luz diversos aspectos que comprovam nossa hipótese de que as literaturas lusófonas estão implicadas em contexto histórico e social. No momento de nossa viagem, são reveladas, por meio do discurso e da memória discursiva, marcas de cultura e de identidade.

Para tal, analisamos quatro obras literárias lusófonas, buscando a representação de cultura e identidade presente nas narrativas escritas e publicadas por escritores lusófonos de quatro países; respectivamente, são eles: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. Desse modo, nossa viagem começou com a leitura das obras literárias a fim de reconhecer os espaços lusófonos e as particularidades de cada um.

Dessa maneira, diante do exposto, reiteramos que durante nossa jornada lusófona, buscamos responder nossa pergunta de pesquisa: Como a memória discursiva e o multiculturalismo se relacionam em literaturas lusófonas? Sendo assim, respondemos com a análise das obras literárias lusófonas, pois verificamos que o passado lusófono é primordial para a construção e manutenção da cultura e da identidade em contexto histórico e social. Além disso, tais manifestações estão expressas e são reveladas na memória discursiva dos sujeitos lusófonos.

Então, nessa pesquisa, seguimos o fato de termos as literaturas lusófonas como nossa área de interesse e que nos leva a fazer a travessia em busca do resultado que nos

estimulam em terrenos desconhecidos e nos ajudam a conhecer as realidades, a diversidade e a riqueza cultural, permitindo a ampliação das fronteiras discursivas.

Além disso, nossa viagem adentra pela contextualização histórica dos quatro países aqui representados com o intuito de entendermos como a História está representada no discurso literário lusófono; em seguida, embrenhamo-nos na Análise do Discurso e nas categorias de análise para, finalmente, nos depararmos com as histórias, a cultura e identidade do povo situado em contexto histórico social a partir da segunda metade do século XX.

Convém destacar que, a importância da nossa pesquisa se dá pelo fato de retratar mediante a análise de discursos lusófonos, questões: históricas, políticas, econômicas e sociais de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. No discurso literário lusófono, foi possível apreender que a diversidade cultural transpõe as atividades e o desenvolvimento humano. Nas obras, têm-se sociedades multi/intercultural que dialogam integradas numa perspectiva ampla de construção de identidade e consciência histórica.

Além do mais, a comparação dos discursos literários nos permitiu visualizar que o tempo e o espaço se fundem ora de forma conflituosa, ora para ironizar a situação social em que se encontram os personagens. E, ainda que, a pesquisa pode auxiliar os professores no trabalho em relação aos aspectos culturais e identitários dos países que falam língua portuguesa.

Para encerrar nossa viagem, reiteramos que muitas são as pesquisas sobre AD e literaturas lusófonas, visando o contexto social. Entretanto, poucas são as pesquisas que visam a AD e o cultural. No decorrer do nosso trajeto, buscamos apresentar uma confluência entre a AD e as questões culturais nos espaços lusófonos. Além disso, diversas pesquisas abordam a literatura portuguesa, a literatura brasileira ou a literatura africana em língua portuguesa, mas poucas são as pesquisas que abordam as literaturas lusófonas, ou seja, o que todas essas literaturas produzidas em língua portuguesa nesse espaço lusófono têm em comum. Encerramos nossa viagem com a satisfação em adentrar no universo cultural e identitário de um povo rico em sabedoria, em história e em diversidade cultural.

Referências bibliográficas

ABDAJA JÚNIOR, Benjamim. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas Portugal*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

ABREU, Alzira Alves de; WELTMAN, Fernando Lattman. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. IN. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

ACHARD, Pierre [et al.]. *O papel da memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004;2009.

ALEXANDRE, Valentim. *O império português (1825-1890): ideologia e economia*. *Análise Social*, Lisboa, v. 38, 2004, p.959-979.

ANDRADE, Freire de. *Fala do Governador geral de Moçambique*. In: GÓMEZ, Miguel Buendia. *Educação Moçambicana: história de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária, 1999, pág. 41.

ANTUNES, António Lobo. *Os Cus de Judas*. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BHABHA, HOMI K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BAKHTIN, Mikhael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

BASTOS, Neusa Barbosa e BRITO, Regina Helena Pires. *Percepções da Lusofonia em portais governamentais*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Faculdade do Minho, Braga, Portugal: Grácio Editor, 2012.

BASTOS, Neusa Barbosa, BRITO, Regina Pires de, BRIDI, Marlise Vaz. *Cultura, Lusofonia e Identidade: relações*. IN. BASTOS, Neusa Barbosa, BRITO, Regina Pires de, BRIDI, Marlise Vaz. *Estudos Lusófonos: Múltiplos olhares*. São Paulo: Terracota Editora, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *A cultura no mundo líquido moderno*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BRITO, Regina Pires e HANNA, Vera Lucia Harabagi (2014). *Cultura e Lusofonia: algumas relações*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308929897CulturaeLusofoniaalgumasrelacoes>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRITO, Regina Helena Pires; BASTOS, Neusa Maria. Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. MARTINS, M. et al. (Eds.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 65-75.

BUENO, Edna; SOARES, Lucilia; PARREIRAS, Ninfa. *Navegar pelas literaturas: as literaturas de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e subdesenvolvimento. A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1992.

_____. *A vida ao rés-do-chão*. IN: Setor de Filologia da FCRB. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. 2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial: transformações sociais nas colônias; os movimentos de libertação*. 3^a ed., São Paulo: Atual, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

CARPENTIER, Alejo. *Guerra del tempo*. Santiago de Chile: Editorial Orbe, 1965.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Mierelles Matêncio. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenção e gestos*. São Paulo, Universidade de São Paulo: Via Atlântica, 1999.

_____. *Angola e Moçambique nos anos 60: a periferia no centro do território poético*. IN: CHAVES, Rita; Macêdo. *Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

_____. *Angola e Moçambique - experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

- CIRÍACO, Maria Inês Francisca. *Moçambique multicultural e multilinguístico: um estudo de Niketche: uma história de poligamia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- CIRNE, Maria Teresa Filipe. *Um projecto de colonização portuguesa em Angola nos finais do século XIX (1884)*. Revista da Faculdade de Letras F.L.U.P., Historia, 14, p. 497- 534, 1998.
- CORDEIRO, Tiago. *Revolução no Brasil*. IN. 50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil. São Paulo: Abril, 2014.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Co-direção Eduardo de Faria Coutinho. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- COUTO, Mia. *Venenos de Deus, remédios do Diabo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CRISTÓVÃO, Fernando. *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina, 2008.
- CUNHA, Luís. *Lusofonia e identidade nacional: narrativa e sedução*. IN: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa: lusofonia- memória e diversidade cultural*. São Paulo, SP: Educ, 2008.
- _____. *Letras que desenham identidades: intersecções lusófonas na narrativa literária*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011: Lusofonia e Cultura-Mundo. P. 13-36, 2012.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DRUMMOND, Roberto. *O Cheiro de Deus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. União dos Escritores Angolanos. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política*. In LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]*. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Presença da literatura brasileira na África de língua portuguesa*. In: LEÃO, Ângela. *Contatos e ressonâncias nas literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003, pp. 13-72.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1969;2013.

GALVÃO, André Luís Machado. *O coronelismo na literatura: espaços de poder*. Cruz das Altas, BA: Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2018.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

_____. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Cultura e representação*. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2016.

HANNA, Vera Lúcia Harabagi; BRITO, Regina Helena Pires. *Sobre Descolonização e Lusofonia: reflexões*. Pp. 329-341. IN: BASTOS, Neusa Maria Barbosa. *Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: Educ, 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Tradução: Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAISSE, Sara Antónia Jona. *Âncoras à Eficácia do Processo Proutividade-Competitividade. Identidade Organizacional: um diferencial para a competitividade das empresas moçambicanas*. Mazza: Belo Horizonte. 2008. pp. 46-62.

- _____. *Moçambique, Surge et Ambula: a interculturalidade no corpus literário obrigatório no Ensino Secundário Geral entre 2004 e 2011*. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses – Especialidades em Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- _____. *Identidades e fragmentação: estórias de uma história n`Apocalipse dos predadores*. Letrônica. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 264-271, jul.-set. 2018.
- LARANJEIRA, José Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 7ª ed. revista, 1ª reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1990], 2014.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- LOPES, Armando. *Política linguística: Terra de ninguém, Terra de todos nós – Notas a partir de um posto de observação moçambicano*. In: MARTINS, Moisés de Lemos (coord). *Lusofonia e Inter- culturalidade: promessa e travessia*. Universidade do Minho: Humus, 2015. p. 197-226.
- _____. *A batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. UEM/Fundação Universitária, UEM, Maputo- Moçambique, 2004.
- LOUREIRO, Vivian Maria Rodrigues. *Música para os ouvidos, fé para a alma, transformação para a vida: música, fé e construção de novas identidades na prisão*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2020.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MACEDO, Helder. *As telas da memória*. In: CARVALHAL, Tânia Franco, TUTIKIAN, Jane (org). *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *O discurso literário contra a literatura*. In: MELLO, Renato de (org). *Análise do discurso & Literatura*. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

- _____. *Termos chave da análise do discurso*. Uberlândia: Editora UFMG, 2006.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo, Parábola Editorial, 2010.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo, Parábola Editorial, 2015.
- MARTINET, André. *Elementos de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1971.
- MARTINS, Moisés de Lemos. *Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. In. BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo, EDUC, 2006, pp. 49-62.
- MATA, Inocência. *A Actual Literatura Angolana: pontes ligando gerações, estéticas em rupturas*. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/73-a-actual-literatura-angolana-pontes-ligando-gera%C3%A7%C3%B5es-est%C3%A9ticas-em-rupturas>. Acesso em: 08 de março de 2020.
- MELLO, Renato de (org). *Análise do discurso & Literatura*. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado Precedido do Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1966:1977.
- MENDONÇA, Fátima. *A literatura moçambicana em questão*. Maputo, Moçambique, Revista Discursos nº 9, 1995. Acesso em 31/03/2021. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4327/1/F%C3%A1tima%20Mendon%C3%A7a.pdf>
- MIRANDA, Ana. *A arte de fingir que se mente*. Revista de História da Biblioteca Nacional, número 76. Rio de Janeiro, janeiro de 2012.
- MUSSALIN, F. BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.
- NAMBURETE, Eduardo. *Língua e lusofonia: identidade dos que não falam português*. In. BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo, EDUC, 2006, pp. 63-74.
- NGOMANE, Natanael. *Lusofonia: quem quer ser apagado?* Ma-Schamba, 01/07/2012. Disponível em: <https://ma-schamba.blogs.sapo.pt/1329073.html>. Acesso em: 20/06/2021.
- NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. *Perto do fragmento, a totalidade: olhares sobre a literatura e o mundo*. São Paulo: Editora Kapulana, 2015.

PADOVANI, Micheline Tacia de Brito. *Dêiticos discursos: um olhar multicultural em Pepetela*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 177 f. 2017.

PAVEAU, Marie-Anne. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Tradução Graciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Tradução Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. (1969). In: GADET & Hack. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *O papel da memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *África pré – colonial: ambiente, povos e culturas*. In: VICENTINI, Paulo Fagundes (org.). *História da África e dos africanos*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio [et. al.]. *O Brasil republicano- 2: Sociedades e Instituições (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008.

RIBEIRO, Maria Belém Reis Serra Pereira. *A definição de uma Literatura – Literatura Angolana*. Tese (Doutorado). Universidade do Minho – Instituto de Letras e Ciências Humanas, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 6ª reimpressão Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

- ROSÁRIO, Lourenço. *Lusofonia: cultura ou ideologia?* Recanto da Letras, 2007. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/524802> Acesso em 20/06/2021.
- SANTILLI, Maria Aparecida; FLORY, Suely Fadul Villibor. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Angola*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- _____. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- _____. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Portugal*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- SEARLE, John. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo, Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVA, dos Santos Manoel e SANT'ANNA, Romildo. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Brasil*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. Tradução Amálio Pinheiro (Parte I); Jerusa Pires Ferreira (Parte II). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.